



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

**LEIDJANE FERNANDES BALEEIRO**

**JOVENS DO CAMPO NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO BAIANO:  
TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE  
URANDI/BA**

Amargosa/BA  
2016

**LEIDJANE FERNANDES BALEEIRO**

**JOVENS DO CAMPO NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO BAIANO:  
TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE  
URANDI/BA**

Relatório Teórico-metodológico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação do Campo.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Priscila Gomes Dornelles

Amargosa/BA  
2016

**LEIDJANE FERNANDES BALEEIRO**

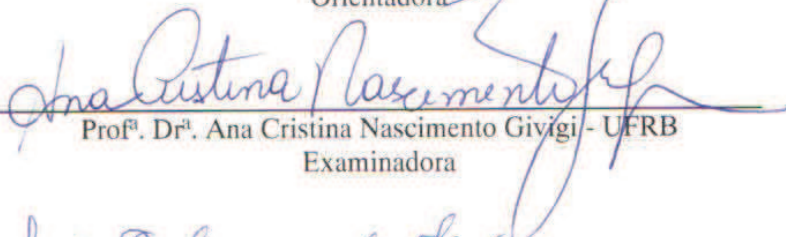
**JOVENS DO CAMPO NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO BAIANO:  
TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE  
URANDI/BA**


Relatório Teórico-metodológico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Educação do Campo, área de concentração: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação.

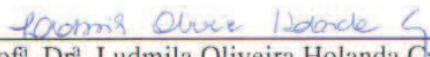
Aprovado em 30 de Março de 2016.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Priscila Gomes Dornelles – UFRB  
Orientadora

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Ana Cristina Nascimento Givigi - UFRB  
Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Luiz Paulo Jesus de Oliveira – UFRB  
Examinador

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante - UEFS  
Examinadora

Dedico esse trabalho aos/as jovens do campo do município de Urandi/BA, que mesmo diante das adversidades, resistem e sonham com um futuro promissor no campo.

## AGRADECIMENTOS

E aprendi que se depende sempre  
De tanta, muita, diferente gente  
Toda pessoa sempre é as marcas  
Das lições diárias de outras tantas pessoas

E é tão bonito quando a gente entende  
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá  
E é tão bonito quando a gente sente  
Que nunca está sozinho por mais que pense estar  
(Gonzaguinha)

Agradeço primeiramente, à minha orientadora Priscila Dornelles por sua orientação cuidadosa, seu respeito às minhas escolhas e, acima de tudo, por acreditar em mim e compreender os meus limites e fragilidades. Obrigada pela paciência e dedicação. Admiro-te muito!

À querida amiga Eugênia, agradeço pela amizade, pelo companheirismo e pelo apoio incondicional. Obrigada por partilhar das minhas angústias e inquietações no decorrer desse Mestrado. Você é fonte de inspiração, de determinação e de ousadia. A você serei sempre grata...

Ao professor David Romão, pela dedicação em contribuir com a orientação desse trabalho e pela disponibilidade em realizar o Seminário de estudo pós-carnavalesco sobre Trabalho, Capital e Educação. Aos/às colegas mestrandos/as Kriscia e Antoniel por partilhar essa vivência.

À banca examinadora, agradeço a disponibilidade em contribuir com a avaliação desse trabalho. Ao professor Luiz Paulo e a professora Ludmila Cavalcante, pelas contribuições na fase de qualificação e à professora Kiki Givigi por fazer parte da banca examinadora na fase de defesa.

Aos/às professores/as do Mestrado, Cláudio Félix, Débora Feitosa, Dyane Brito, Fábio Josué, Fátima Garcia, Kiki Givigi, Luís Flávio Godinho, Nalva Araújo, Priscila Dornelles, Rose Mubarak, Silvana Lima, Tatiana Velloso e Terciana Vidal. Obrigada pelas contribuições formativas. Agradecimento especial ao professor Luís Flávio Godinho, por me apresentar a categoria Trabalho e pelo incentivo para estudar esse tema articulado com Juventude.

Aos colegas da segunda turma do Mestrado em Educação do Campo, Alberto, Ângelo, Alessandra, Daiane, Gilmar, Jaqueline, Núbia, Magnólia, Maria do Rosário, Marcos e Patrícia, pelos conhecimentos e aprendizagens compartilhadas, durante esse processo formativo.

À Diretoria e equipe do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Urandi, pelo apoio, pelo companheirismo, pela confiança em mim depositada e pela compreensão nos momentos de ausência para a realização desse estudo.

À Juliana, amiga de muitos anos e companheira de militância, por compor a equipe de realização do grupo focal, pelas contribuições durante os encontros e, sobretudo por compartilhar as vivências e inquietações da juventude do campo.

A Mateus, companheiro de militância, por acreditar e defender o campo como espaço de vida e permanência da Juventude.

À Vânia, amiga e companheira de militância no MSTTR agradeço por acreditar na formação enquanto instrumento de luta. Compartilho contigo momentos memoráveis.

À Priscila e Pim, agradeço pela amizade, apoio e receptividade. Em breve retomaremos nossos “eventos de fortalecimento de amizade”.

A Régis, meu companheiro. Querido, agradeço pelos mais de cinco anos de convivência, no qual partilhamos nossas vidas, sonhos e conquistas. Obrigada pelo incentivo e pelo apoio.

À minha Família, meus pais Antônio e Iraci, minhas irmãs e irmãos, Irany, Daiane, Pablo, Diogênes e Inêz Maria, meus sobrinhos Júlio e Artur e minhas sobrinhas Emanuely, Laura, Isabela, Iasmim, Luísa, Maiara e Letícia... Ufa... O bom de ter uma família enorme é que nunca estou desamparada. Amo infinitamente cada um/uma de vocês. Não tenho palavras para agradecê-los por tudo que representam na minha vida.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, agradeço pelo financiamento da bolsa de estudo.

Aos/as sujeitos desta pesquisa, jovens do campo que contribuíram com seus relatos, suas experiências e suas angústias, obrigada pela partilha e pela colaboração!

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.

Rosa Luxemburgo

## RESUMO

Esse estudo problematiza as relações das juventudes do campo com as categorias trabalho e gênero no contexto do Semiárido. A pesquisa teve como objetivo analisar as tensões, os limites e as perspectivas da relação trabalho e gênero vivenciadas pelos/as jovens do campo no município de Urandi/BA. O embasamento das discussões ocorreu a partir de Frigotto (2001, 2012), Lessa e Tonet (2008) e Marx (2013), para a compreensão da categoria trabalho. Caldart (2010) e Vendramini (2010), para refletir sobre a atualidade da Educação do Campo. Silva (2006), Schistek (2014) e Stedile (2011) para compreender a produção da existência e a questão agrária no Semiárido. Castro (2005, 2012) e Abramo (2008) para conceituação e problematização da categoria Juventude. Para discutir sobre a categoria gênero e suas relações, utilizamos Scott (1995), Meyer (2004) e Cisne (2012), dentre outros/as autores/as. Para a realização desse estudo, utilizamos o grupo focal como instrumento metodológico. Operamos com a realização de quatro encontros, nos quais contamos com a participação de quinze jovens do campo do município de Urandi/BA. Os roteiros utilizados nos encontros embasaram a construção de um caderno metodológico com o título “*Construindo caminhos com as juventudes do campo: do semear à colheita*”, sendo esse o produto final apresentado ao Mestrado Profissional em Educação do Campo (UFRB). O trabalho desenvolvido evidenciou que a categoria trabalho é central para a juventude do campo urandiense e que, com isso, a falta das condições materiais de existência é o principal fator para a permanência/migração dos/as jovens do campo. O estudo revela ainda que as relações de gênero que se atravessam e constituem as juventudes do campo ainda são permeadas por desigualdades, em relação ao trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, por vezes, consideradas naturalizadas.

**Palavras-chave:** Juventudes do campo; Gênero; Trabalho; Educação do Campo; Semiárido.



## RESUMEN

Esse estudio problematiza las relaciones de las juventudes del campo con las categorías trabajo y género en el contexto del Semiárido. La búsqueda tuvo como objetivo analizar las tensiones, los límites y las perspectivas de la relación trabajo y género experimentada por los/las jóvenes del campo en el municipio de Urandi/BA. El embasamiento de las discusiones ocurrió a partir de Frigotto (2001, 2012), Lessa y Tonet (2008), Marx (2013), para la comprensión de la categoría trabajo. Caldart (2010) y Vendramini (2010), para reflejar sobre la actualidad de la Educación del Campo. Silva (2006), Schistek (2014) y Stedile (2011) para comprender la producción de la existencia y la cuestión agraria en el Semiárido. Castro (2005, 2012) y Abramo (2008) para conceptualización y problematización de la categoría Juventud. Para discutir la categoría género y sus relaciones, utilizamos Scott (1995), Meyer (2004) y Cisne (2012), entre otros/as autores/as. Para la realización de esse estudio utilizamos el grupo focal como herramienta metodológica. Conducimos con la realización de cuatro encuentros, en los cuales contamos con la participación de quince jóvenes del campo del municipio de Urandi/BA. Los itinerarios utilizados en los encuentros basaran la construcción de un cuaderno metodológico con el título “*Construindo caminhos com as juventudes do campo: Do Semear à Colheita*”, siendo esse el producto final presentado al Máster Profesional en Educación del Campo (UFRB). El trabajo desarrollado reveló que la categoría trabajo es central para la juventud del campo urandiense y que, con eso, la falta de las condiciones materiales de existencia es el principal factor para la permanencia/migración de los/las jóvenes del campo. El estudio también revela que las relaciones de género que se atraviesan y constituyen las juventudes del campo están permeadas por desigualdades, en relación al trabajo productivo y el trabajo reproductivo, a veces, consideradas naturalizadas.

**Palabras clave:** Juventudes del Campo; Género; Trabajo; Educación del Campo; Semiárido.

## LISTA DE SIGLAS

<b>ASA</b>	Articulação Semiárido Brasileiro
<b>CONTAG</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>DNOCS</b>	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
<b>ENFOC</b>	Escola Nacional de Formação da Contag
<b>IFOCS</b>	Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca
<b>IOCS</b>	Inspetoria de Obras Contra as Secas
<b>MSTTR</b>	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>P1+2</b>	Programa Uma Terra e Duas Águas
<b>PIMC</b>	Programa Um Milhão de Cisternas Rurais
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PTDRS</b>	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
<b>SAB</b>	Semiárido Brasileiro
<b>STTR</b>	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
<b>SUDENE</b>	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>UEFS</b>	Universidade Estadual de Feira de Santana
<b>UFRB</b>	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## **LISTA DE FIGURAS**

### **MAPAS**

Mapa 1 – Localização do município de Urandi/Bahia

Mapa 2 – Semiárido Brasileiro

### **TABELAS**

Tabela 1 – Estrutura fundiária do município de Urandi/Bahia

Tabela 2 – Perfil dos participantes da pesquisa

### **GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Estrutura fundiária no Brasil

Gráfico 2 – Histórico de recursos do plano agrícola e pecuário

Gráfico 3 – Evolução do crédito para a agricultura familiar

### **ORGANOGRAMA**

Organograma 1- Estrutura organizacional do MSTTR

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PALAVRAS INTRODUTÓRIAS</b> .....	13
<b>1.1</b>	<b>Percurso metodológico</b> .....	15
<b>1.2</b>	<b>O município de Urandi/BA no contexto da pesquisa</b> .....	17
<b>1.3</b>	<b>A metodologia de trabalho com grupo focal</b> .....	19
1.3.1	O Programa Jovem Saber no processo de escolha dos sujeitos da pesquisa.....	20
1.3.2	Os sujeitos da pesquisa e o desenvolvimento do trabalho de campo.....	22
<b>2</b>	<b>TRABALHO E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO SEMIÁRIDO BAIANO</b> .....	30
<b>2.1</b>	<b>Atualidade da relação trabalho e Educação do Campo</b> .....	33
<b>2.2</b>	<b>A produção da existência no Semiárido Baiano</b> .....	37
<b>3</b>	<b>JUVENTUDES DO CAMPO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO</b> .....	44
<b>3.1</b>	<b>Problemáticas contemporâneas das juventudes do campo</b> .....	45
<b>3.2</b>	<b>Relações de gênero e/na Educação do Campo: articulações para pensar juventudes</b> .....	48
<b>4</b>	<b>TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE URANDI/BA: TENSÕES, LIMITES E PERSPECTIVAS</b> .....	52
<b>4.1</b>	<b>Trabalho e juventudes em Urandi/BA: relações (im)possíveis para a permanência/migração no campo</b> .....	52
4.1.1	<i>Prefiro o pouco do que o muito e depois se lascar lá na frente: possibilidades para permanecer no campo</i> .....	55
4.1.2	<i>Eu gosto da roça: Sentimentos de pertencimento</i> .....	57
<b>4.2</b>	<b><i>É por isso que as mulheres ganham o prêmio mais baixo, porque não pagam nada: juventudes e relações de gênero no contexto de Urandi/BA</i></b> .....	58

<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>66</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>69</b>
	<b>ANEXO A – Convite da I conferência municipal de juventude de Urandi/BA.....</b>	<b>74</b>
	<b>ANEXO B – Relatório da I conferência municipal de juventude de Urandi/BA.....</b>	<b>75</b>
	<b>ANEXO C - QUESTIONÁRIO: 2º Festival municipal da juventude rural - Urandi/BA.....</b>	<b>78</b>
	<b>APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....</b>	<b>81</b>
	<b>APÊNDICE B - Termo de autorização de uso de imagem.....</b>	<b>83</b>
	<b>APÊNDICE C – Perfil do participante.....</b>	<b>84</b>
	<b>APÊNDICE D – Caderno Metodológico – Construindo Caminhos com as Juventudes do Campo: do semear à colheita.....</b>	<b>85</b>

## 1 PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

Os temas que constituem o objeto desse estudo – *juventudes do campo, trabalho e relações de gênero* - estão intrinsecamente relacionados com a minha vivência militante, individual e coletiva. O meu interesse pela categoria juventude se justifica por ser jovem, pela minha origem camponesa, bem como pelas experiências vivenciadas com jovens do campo através da atuação em ações como militante e como dirigente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR, mais especificamente no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR, no município de Urandi/BA, a partir do ano de 2006, além da participação em Festivais Municipais e Nacional da Juventude Rural e no Programa Jovem Saber<sup>1</sup>. O interesse pela categoria gênero também está associado às minhas vivências, mas esse surgiu com maior intensidade após a minha participação no Curso de Formação Política para Mulheres, realizado pela Escola Nacional de Formação da Contag – Enfoc, no ano de 2010, no qual comecei a refletir sobre os fundamentos da opressão e discriminação das mulheres na sociedade. A partir daí, passei a “matutar” sobre a condição de ser mulher e mulher do campo. Além disso, a minha participação na Marcha Mundial de Mulheres em 2010 e na Marcha das Margaridas nos anos de 2007, 2011 e 2015 contribuiu para esse processo de implicação e engajamento com análises articuladas com a categoria gênero.

A opção pelas temáticas da juventude, em articulação com trabalho e relações de gênero no contexto do campo, parte do lugar que me encontro e no qual sempre me encontrei: o campo. Esse lugar onde tensões e angústias são vivenciadas por nós, os/as jovens do campo, principalmente quando somos forçados/as a decidir entre o “ficar” ou o “sair” do campo no decorrer de nossas vidas. Durante a minha experiência no MSTTR, vários questionamentos e reflexões emergiram sobre a permanência do/da jovem no campo, os quais motivaram a problemática e o reconhecimento da importância desse estudo. Assim, vivenciei a partida de jovens homens, que antes de completarem a maioria, migraram para trabalhar principalmente no corte da cana e também de jovens mulheres que fizeram o mesmo movimento para trabalhar como empregadas domésticas em contextos urbanos diversos. Esse contexto interrogativo progresso aliado às discussões teórico-metodológicas que fundamentam essa pesquisa constituíram o seguinte questionamento: quais são as tensões,

---

<sup>1</sup> Sobre esse, discorrei na seção seguinte.

limites e perspectivas da relação trabalho e gênero vivenciadas pelos/as jovens do campo no município de Urandi/BA e quais suas implicações para a permanência do/da jovem no campo no contexto do Semiárido baiano?

Nesse contexto, o objetivo central desse estudo foi analisar as tensões, os limites e as perspectivas da relação trabalho e gênero vivenciadas pelos/as jovens do campo no município de Urandi/BA. Esse objetivo principal se desdobrou e se aliou aos seguintes objetivos específicos: a) Identificar os fatores que produzem a permanência/migração dos/as jovens do campo no contexto do Semiárido do município de Urandi/BA; b) Analisar as implicações entre o “ficar” e o “sair” do campo pelos/as jovens do município de Urandi/BA.

Considerando e objetivando a realidade do município de Urandi/BA, esse estudo analisa as problematizações já levantadas por autores/as como Carneiro e Castro em *Juventude Rural em perspectiva*; Castro em *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural*; Weisheimer em *Juventudes rurais: Mapa de estudos recentes*, dentre outros/as. Os/as referidos/as autores/as abordam em suas produções as dificuldades enfrentadas pela juventude para permanecer no campo. Assim, aprofundo essas problematizações tanto pelas produções no campo acadêmico, como ao longo da minha atuação como militante social no MSTTR. Essa vinculação/ação social me permitiu indicar, previamente, que as relações de trabalho no contexto do Semiárido são determinantes para a migração dos/as jovens do campo do município de Urandi/BA para contextos urbanos.

Assim, esse estudo se soma a outros implicando em visibilidade dos/as jovens do campo como um dos seus fatores de relevância social-acadêmica junto à possibilidade de estudo específico do contexto social de Urandi/BA, no qual 63,8% dos/as jovens da faixa etária de 15 a 29 anos residem no meio rural<sup>2</sup>. As ações teórico-metodológicas dessa pesquisa potencializaram um diálogo com os/as jovens urandienses, produzindo, com isso, possibilidades de problematização, reflexão e transformação dessa realidade.

Para a realização desse estudo, evidencio a dimensão do trabalho como central nas análises sobre a Educação do Campo e os movimentos sociais assumindo essa categoria como ato fundante do ser social, essencial não só para a constituição do/da jovem, mas de todo ser humano. O estudo da dimensão de gênero nesse estudo, também é imprescindível, visto que

---

<sup>2</sup> Esses dados podem ser encontrados em: <http://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 30 de Mai de 2014.

qualquer disputa e ação para superação das desigualdades sociais deve considerar as desigualdades entre homens e mulheres, entre homens e homens e entre mulheres e mulheres em seu bojo de luta política.

Para isso, a seção inicial desse estudo traz, além das palavras introdutórias, o percurso metodológico, os pressupostos teórico-metodológicos - centrados no materialismo histórico-dialético, o contexto da pesquisa, o instrumento metodológico utilizado e os sujeitos envolvidos no processo de investigação.

Na segunda seção, “Trabalho e Educação do Campo no Semiárido Baiano”, abordo a categoria trabalho, a atualidade da relação trabalho e Educação do Campo e a produção da existência no semiárido baiano. Compreendendo a centralidade da categoria trabalho nas discussões acerca da Educação do Campo.

Em seguida, na terceira seção, “Juventudes do campo e as relações de gênero”, conceituo a categoria juventudes do campo e a categoria gênero. Abordo as problemáticas contemporâneas das juventudes do campo e as relações de gênero, enquanto articulações para pensar juventudes.

Na quarta e última seção, “Trabalho e relações de gênero no município de Urandi/BA: tensões, limites e perspectivas”, apresento o resultado e as discussões do trabalho realizado nos encontros do grupo focal, a partir das relações (im)possíveis para a permanência/migração no campo e as relações de gênero no contexto de Urandi/BA. Por fim, após esse momento, apresento as considerações finais como uma síntese dos aprendizados construídos nesse processo investigativo apresentado nesse relatório.

## **1.1 Percurso metodológico**

Sobre o método escolhido para o desenvolvimento dessa pesquisa, em *O Capital*, Karl Marx enfatiza que “todo começo é difícil, e isso vale para qualquer ciência” (2013, p. 77). Com base nas ideias desse autor, me coloco como uma pesquisadora que inicia os estudos na perspectiva do materialismo histórico-dialético.

Essa escolha se deu partindo do pressuposto que o materialismo histórico-dialético “funda-se em categorias que são expressões das próprias relações sociais e que, portanto,



permitem apreender em sua essência os problemas reais, concretos, relativos à vida, ao trabalho e à educação. Além disso, impõe um comprometimento com a realidade” (VENDRAMINI, 2010, p. 127). É com o intuito de apreender a essência dos problemas relacionados à juventude do campo, trabalho e relações de gênero que faço a opção pelo método.

Assim, corroboro com a afirmação de José Paulo Netto (2011, p. 53) ao destacar que “o método implica, pois para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”. Além disso, a opção pelo materialismo histórico-dialético, segundo Gaudêncio Frigotto (2011, p. 37), “nos permite, se bem conduzido, compreender como a realidade humana se produz para além das aparências”. Desse modo, esse estudo pretende ir além de uma investigação superficial de uma dada realidade, mas a partir da compreensão da realidade, contribuir para o seu processo de transformação.

O materialismo histórico-dialético possibilita ainda uma análise crítica acerca das relações sociais, dentre elas as de gênero, “desse modo, a teoria social marxista permite ao movimento feminista e aos estudos de gênero instrumentalizarem-se para desnaturalizar as diversas opressões a que são submetidas as mulheres” (CISNE, 2012, p. 94).

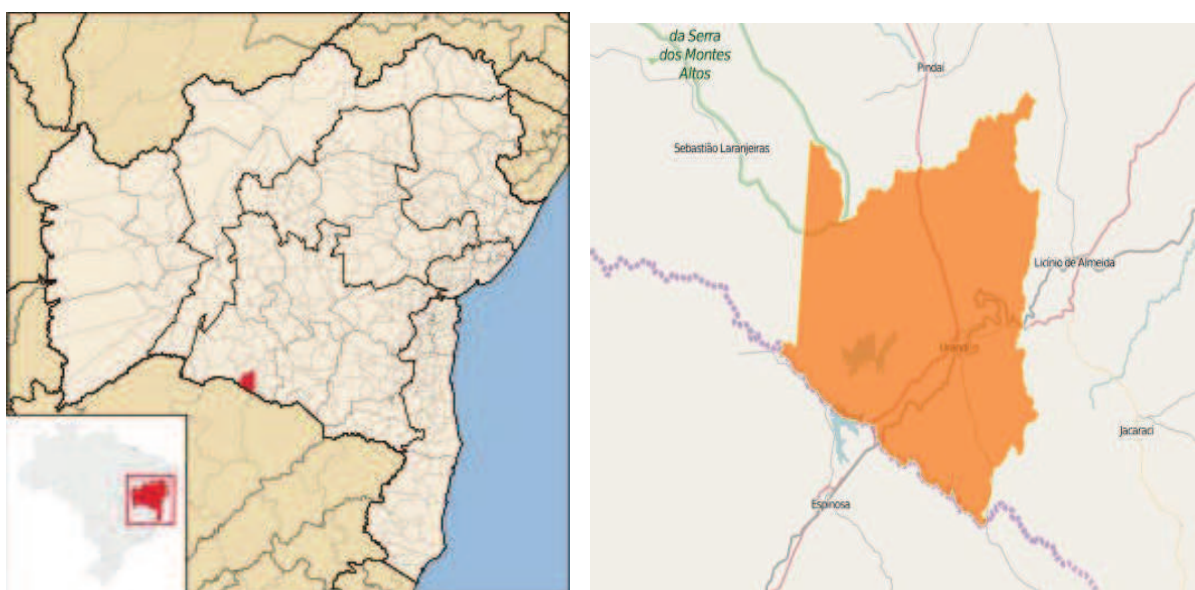
Para efeito desse estudo, utilizo a abordagem qualitativa, que segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2010, p. 57), esse tipo de método permite “desvelar processos sociais ainda poucos conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação”. A autora ressalta que a abordagem qualitativa, se ocupa no contexto das Ciências Sociais de um nível da realidade que não pode ser quantificado, pois trabalha com os significados, com as aspirações, crenças e valores.

Nessa perspectiva de compreender e transformar a realidade pesquisada, desenvolvo o estudo sobre as tensões, os limites e as perspectivas da relação trabalho e gênero, vivenciadas pelos/as jovens do campo no município de Urandi/BA. Para fins de organização, a seguir, apresento o *locus* da pesquisa e o contextualizo.

## 1.2 O município de Urandi/BA no contexto da pesquisa

O município de Urandi está localizado na região semiárida do Estado da Bahia e possui uma área de 969 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010), distante 755 km da capital Salvador. Tem como limite norte os municípios de Pindaí e Licínio de Almeida, a leste o município de Jacaraci, a oeste o município de Sebastião Laranjeiras e ao sul o município de Espinosa no Estado de Minas Gerais.

Mapa 1 - Localização do município de Urandi/Bahia



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Urandi#/media/File:Bahia\\_Municip\\_Urandi.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Urandi#/media/File:Bahia_Municip_Urandi.svg). Acesso em: 20 set. 2014 / <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=293260>. Acesso em: 27 out. 2015.

De acordo com dados do IBGE (2010), o município possui uma população de 16.466 mil habitantes, sendo que 10.527 da população vivem no campo, totalizando um percentual de 63,9%. Ainda segundo o Censo 2010, 4.790 mil habitantes são jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, sendo que 63,8% vivem no meio rural. Dados que potencializam a importância da realização do estudo com os/as jovens do campo.

O município de Urandi/BA, pertence à região do Território de identidade Sertão Produtivo, que atualmente é constituído por vinte municípios. De acordo o Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável – PTDRS “ainda que o método de povoamento, posse e propriedade da terra da região tenha se estabelecido originalmente da regra latifundiária, na

época presente, o arcabouço fundiário do Sertão Produtivo, baseiam-se em minifúndios” (2010, p. 10). No entanto, apesar da maior parte dos municípios serem constituídos de minifúndios, há concentração de terras nesta região, como é possível observar na tabela elaborada pelo Projeto GeografAR, a partir da análise do censo agropecuário 2006<sup>3</sup>.

Tabela 1 – Estrutura Fundiária do município de Urandi/Bahia

Urandi - BA	2006	MF <sup>1</sup> : 65ha	FMP <sup>2</sup> : 3ha	IG <sup>3</sup> : 0,675
<i>Grupo de Área</i>	<i>Estabelecimento(Qt)</i>	<i>Área(ha)</i>	<i>Estabelecimento(%)</i>	<i>Área(%)</i>
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	24	0	1,25	0,00
De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	0,00	0,00
De 0,2 a menos de 0,5 ha	4	1	0,21	0,00
De 0,5 a menos de 1 ha	42	21	2,19	0,04
De 1 a menos de 2 ha	116	126	6,04	0,25
De 2 a menos de 3 ha	129	266	6,72	0,52
De 3 a menos de 4 ha	122	372	6,35	0,73
De 4 a menos de 5 ha	112	457	5,83	0,90
De 5 a menos de 10 ha	206	1.340	10,73	2,64
De 10 a menos de 20 ha	314	4.181	16,35	8,25
De 20 a menos de 50 ha	391	12.026	20,36	23,72
De 50 a menos de 100 ha	180	11.734	9,38	23,14
De 100 a menos de 200 ha	84	10.675	4,38	21,05
De 200 a menos de 500 ha	23	6.566	1,20	12,95
De 500 a menos de 1000 ha	5	2.940	0,26	5,80
De 1000 a menos de 2500 ha	-	-	0,00	0,00
De 2500 ha e mais	-	-	0,00	0,00
Produtor sem área	168	0	8,75	0,00
<b>Total</b>	<b>1.920</b>	<b>50.705</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

1 - Módulo Fiscal; 2 - Fração Mínima da Propriedade; 3 - Índice de Gini

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006, Bahia [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

Elaboração: Projeto GeografAR

Fonte: [http://www.geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/urandi\\_-\\_ba.pdf](http://www.geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/urandi_-_ba.pdf). Acesso em: 30 jan. de 2016.

Como é possível observar nos dados acima, a maior parte da área do município 39,8%, está concentrada em 5,48 % dos estabelecimentos, que correspondem às propriedades de 100 a 1.000 hectares. Por outro lado 85,41% dos estabelecimentos detêm apenas 60,19 % da área, abrangendo as propriedades de 0 a 100 hectares. Isso demonstra uma acentuada disparidade na estrutura fundiária do município.

A economia do município de Urandi/BA é predominantemente agrícola, as principais culturas da região são o feijão, o milho e o sorgo, cultivados em área de sequeiro e o cultivo de fruticulturas, principalmente a banana, que são produzidos no perímetro irrigado de

<sup>3</sup> Os dados são do ano de 2006, pois esse foi o último Censo Agropecuário realizado, sendo que a autora não encontrou dados mais atuais.

Estreito<sup>4</sup>, no entanto, devido aos sucessivos anos de estiagem, tanto a produção na área de sequeiro, quanto na área irrigada encontra-se comprometida. Além da agricultura, a bovinocultura de leite e de corte é recorrente no município.

No decorrer dos últimos anos, a população do campo do município, tem sido beneficiada com algumas políticas públicas e programas que tem contribuído para a melhoria de qualidade de vida no campo, como o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC, no qual o município encontra-se em fase de universalização com as cisternas de consumo; o Programa Uma Terra e Duas Águas – P1+2, que está em fase inicial. Além de programas de incentivo à comercialização, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, de seguro em caso de perda da produção, o Programa Garantia Safra e de acesso ao crédito por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

No entanto, essas ações não abrangem a população do campo do município de forma homogênea, sendo necessários maiores investimentos para que as mesmas se efetivem.

### **1.3 A metodologia de trabalho com grupo focal**

O instrumento metodológico utilizado durante a realização dessa pesquisa foi o grupo focal. Segundo Powell e Single (1996, apud GATTI, 2005, p. 7), o grupo focal “consiste em um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto da pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”. A opção por essa técnica de trabalho com grupos e pelo trabalho com grupos se deu por compreender que o mesmo possibilita a interação entre os/as participantes da pesquisa, visto que essa interação facilita a expressão de ideias e de experiências que podem ficar pouco desenvolvidas em uma entrevista individual (GATTI, 2005).

Segundo Maria Cláudia Dal’igna (2011, p. 66-67), o que permite diferenciar a técnica do grupo focal das demais técnicas de trabalho com grupos “é o seu potencial para a produção de informações sobre tópicos específicos, a partir do diálogo entre participantes de um mesmo grupo. Esse diálogo deve estimular tanto as ideias consensuais quanto contrárias”. Essa

---

<sup>4</sup> Perímetro Irrigado de Estreito iniciou-se no ano de 1971, por iniciativa do DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. Fonte: <http://www.tribunapopulargbi.com.br/?lk=4&id=11169>.

característica da técnica do grupo focal foi fundamental para o desenvolvimento desse trabalho, uma vez que os/as participantes dialogaram e trocaram experiências, resultando na produção de informações relevantes sobre o tema abordado nesse trabalho.

No processo de composição do grupo focal, alguns elementos importantes devem ser observados para que o mesmo tenha êxito, como: “a) local de realização; b) composição do grupo; c) composição da equipe de pesquisa; d) estruturação do grupo; e) planejamento dos encontros” (ibidem, 2011, p. 67). Para efeito dessa pesquisa, esses aspectos também foram observados.

### 1.3.1 O Programa Jovem Saber no processo de escolha dos sujeitos da pesquisa

Para o desenvolvimento desse estudo com os/as jovens do campo, optei por trabalhar com os/as jovens participantes dos grupos de estudo do Programa Jovem Saber vinculado ao STTR de Urandi. Essa escolha se deu, por conhecer a metodologia e os objetivos do programa, pois, participei do grupo *Juventude Urandiense em busca de Saber*, o qual concluí a formação no ano de 2014. Além disso, a composição de um grupo focal artificial para a pesquisa poderia ser facilitada uma vez que esses/as jovens já estavam se organizando e iniciando o debate sobre a condição de ser jovem do campo. Desse modo, apresento a seguir o que é o Programa e seus objetivos.

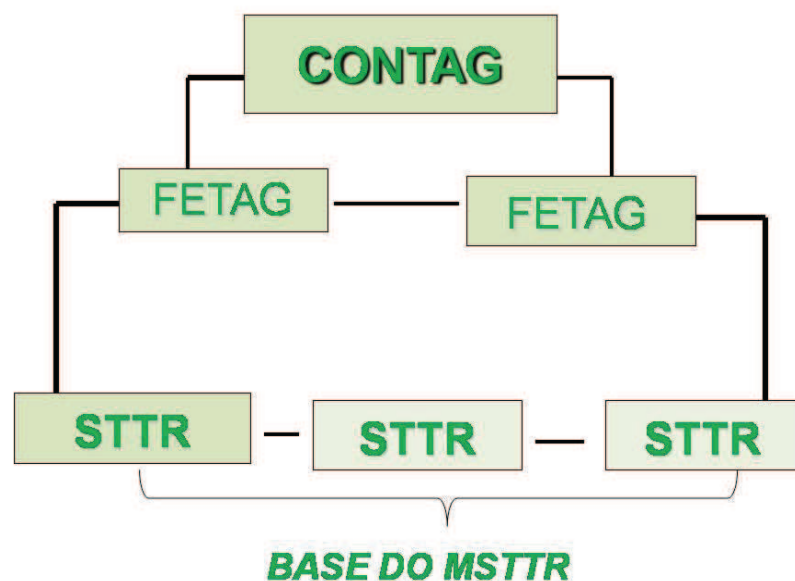
O Programa Jovem Saber, iniciado em 2004, pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, deliberado no 8º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, tem como objetivo desenvolver um processo de capacitação na qual a juventude do campo debate as questões pertinentes às políticas públicas, às políticas sindicais e à formação profissional (CONTAG, 2012). O programa é inteiramente gratuito e desenvolvido a partir de um processo de educação à distância voltado para jovens do campo na faixa etária de 16 a 32 anos. Os/As jovens sócios/as, ou não, de Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais podem participar do referido programa. A capacitação desenvolve-se a partir da constituição de um grupo de estudos, o qual pode ser composto por no mínimo cinco e no máximo dez jovens. Contudo, é obrigatório que cada grupo possua uma cota de no mínimo 30% de jovens do sexo feminino (CONTAG, 2012).

O processo de capacitação do programa é feito de forma modular, configurando um total de oito módulos. Os temas tratados são: 1. Desenvolvimento sustentável com sucessão rural; 2. Juventude, reforma agrária e agricultura familiar; 3. Juventude, organização da produção e meio ambiente; 4. Juventude, organização e gestão sindical; 5. Juventude e educação do campo; 6. Juventude, saúde, direitos sexuais e reprodutivos; 7. Juventude assalariada, direitos trabalhistas, sociais e humanos; 08) Juventude, associativismo e cooperativismo.

O Programa Jovem Saber teve início de forma efetiva no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Urandi/BA no final do ano de 2011, no qual foram criados dois grupos que concluíram no ano de 2014. Antes disso, outros grupos foram criados, mas não chegaram a concluir. Atualmente existem sete grupos de estudos do Programa Jovem Saber vinculados ao STTR de Urandi/BA. Os grupos foram criados no final do ano de 2014 e contam com a participação de jovens do campo de sete localidades do município de Urandi/BA. Totalizando, a participação de aproximadamente 50 jovens.

Como citado anteriormente o Programa Jovem Saber é uma ação do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR, para uma melhor compreensão do programa, apresento brevemente a estrutura organizacional desse movimento.

Organograma 1- Estrutura Organizacional do MSTTR.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O MSTTR é representado nacionalmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, que foi fundada em dezembro de 1963. Atualmente, são filiadas à CONTAG, 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura – FETAGs – representações estaduais, e 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTRs – representações municipais, constituindo assim o MSTTR, que luta pelos direitos de mais de 15, 7 milhões de homens e mulheres do campo e da floresta<sup>5</sup>.

Ao longo da sua história, o MSTTR tem se destacado na organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e principalmente, na formação de suas bases. Em 2006, foi criada a Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC, um espaço de formação político sindical, constituída para assumir a formação das lideranças do MSTTR<sup>6</sup>.

As principais bandeiras de lutas do MSTTR são: reforma agrária; agricultura familiar, direito dos/as assalariados/as; políticas sociais para o campo; novas relações de gênero e geração; agroecologia e eeforma política.

O MSTTR realiza, periodicamente, Fóruns, Congressos e Plenárias de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, esses objetivam debater sobre assuntos de interesse da categoria. Realiza também manifestações de massa, como o Grito da Terra Brasil - GTB, realizado anualmente, desde o ano de 1994. Além da Marcha das Margaridas, organizada a partir de 2000, que é uma ação estratégica das mulheres do campo, floresta e das águas. Destaco também o Festival Nacional da Juventude Rural, em que são priorizadas as bandeiras de luta das juventudes do campo.

### 1.3.2 Os sujeitos da pesquisa e o desenvolvimento do trabalho de campo

Como já citado, foram escolhidos jovens pertencentes a cinco grupos do Programa Jovem Saber no processo de criação do grupo focal, tendo em vista que esses tinham mais facilidade de acesso ao local dos encontros. Os/As jovens que compuseram o grupo focal são residentes no meio rural do município de Urandi/BA. O grupo foi formado por 15 participantes, sendo 8 jovens mulheres e 7 jovens homens, abrangendo a faixa etária de 17 a 26 anos. Sobre os/as participantes, apresento a seguir uma breve descrição:

---

<sup>5</sup> Disponível em: [www.contag.org.br](http://www.contag.org.br). Acesso em: 15 dez. 2015.

<sup>6</sup> Mais informações acessem: <http://www.enfoc.org.br/>

Tabela 2 – Perfil dos/as participantes da pesquisa

Nº	Nome <sup>7</sup>	Sexo	Idade	Estado Civil	Idade Cônjuge	Filhos	Escolaridade	Participação Comunitária	Situação Ocupacional	Raça <sup>8</sup>
01	Adrielle	F	26	Casada	32	01	Ensino Médio Completo	Grupo <i>Força Jovem 02</i> <sup>9</sup> .	Lavradora	Parda
02	Anne	F	26	Casada		01	Cursando Pedagogia	Grupo <i>Força Jovem 02</i> .	Lavradora	Pardo
03	Camila	F	25	Casada	30	02	Ensino Médio Completo	Grupo <i>Mãos Unidas</i> ; Associação. Grupo de Jovens da Igreja; Sócia do STTR	Lavradora /Costureira	Parda
04	Elisa	F	21	Solteira		Não	Cursando Administração	Grupo <i>Juventude Viva</i> ; Sócia do STTR; Grupo de Jovens.	Estudante	Pardo
05	Isabela	F	19	Casada	24	01	Ensino Médio Completo	Grupo <i>Juventude do campo Forte e de Luta</i> ; Comissão de Jovens do STTR; Associação.	Lavradora /Costureira	Parda
06	Isadora	F	24	Casada	29	01	Ensino Médio Completo	Grupo <i>Extrema Sabedoria</i> ; Dirigente Sindical.	Lavradora /Costureira	Pardo
07	Ravane	F	20	Casada	31	01	Ensino Médio Completo	Grupo <i>Mãos Unidas</i> .	Lavradora	Parda
08	Vitória	F	23	Solteira		01	Ensino Fundamental Incompleto	Grupo <i>Força Jovem 2</i> ; Associação.	Lavradora	Parda
09	Henrique	M	19	Solteiro			Ensino Médio	Grupo	Nenhuma	Pardo

<sup>7</sup> Em respeito à Resolução do Conselho Nacional de Saúde - CNS Nº 466/2012, os sujeitos foram denominados com nomes fictícios. Nesta pesquisa, solicitamos que os participantes escolhessem um pseudônimo para serem denominados no texto e garantir o anonimato.

<sup>8</sup> Os dados contidos nesta tabela foram fornecidos pelos/as jovens a partir da Ficha Perfil do Participante. Disponível no Anexo 2 desse trabalho.

<sup>9</sup> Os grupos que os/as participantes fazem parte são grupos do Programa Jovem Saber, no qual cada um é denominado por um nome escolhido pelos membros do próprio grupo.



							em Curso	<i>Juventude Viva.</i>		
10	<b>Jhony</b>	M	24	Solteiro		Não	Ensino Médio Incompleto	Membro da Comissão de Jovens do STTR de Urandi; Grupo de Jovens da Igreja	Vocalista	Preto
11	<b>João</b>	M	23	Solteiro		Não	Ensino Médio – Técnico Agrícola	Grupo <i>Mão Unidas.</i>	Lavrador	Preto
12	<b>José</b>	M	22	Solteiro		Não	Cursando Ensino Superior – Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias	Secretário de Jovens/ STTR de Urandi; Associação; Grupo de Jovens da Igreja; Sócio do STTR	Lavrador	Pardo
13	<b>Paulo</b>	M		Solteiro		Não	Ensino Médio em Curso	Grupo <i>Juventude do campo, Forte e de Luta.</i>		
14	<b>Nicolas</b>	M	17	Solteiro		Não	Ensino Médio em Curso	Grupo <i>Força Jovem 2</i>	Trabalhador Rural	Pardo
15	<b>Vandi</b>	M	23	Solteiro		Não	Ensino Médio Completo	Grupo <i>Juventude do campo, Forte e de Luta;</i> Grupo de Jovens da Igreja.	Nenhuma	Pardo

Após a escolha dos participantes do grupo, foi escolhido um local adequado para a realização dos encontros, uma sala do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Urandi, localizado na sede do município de Urandi/BA. Esse local foi indicado, tendo em vista que os/as participantes eram de comunidades diferentes, sendo esse espaço de fácil acesso para todos/as participantes.

A equipe de pesquisa foi composta pela autora desse trabalho e por Juliana Aranha, Pedagoga, ex-Secretária de Jovens e Adolescentes e atual Secretária Geral do STTR de Urandi. No âmbito do planejamento das atividades do grupo focal, para cada encontro foi elaborado um roteiro de trabalho que ajudou a pesquisadora-moderadora a conduzir as discussões do grupo. Foram realizados quatro encontros com um período de

aproximadamente 15 dias entre cada encontro. Procurei realizar os encontros com a menor brevidade possível entre um e outro com o objetivo de não haver dispersão dos/as participantes e de garantir a continuidade das discussões temáticas tratadas. Essa estratégia foi satisfatória, pois todos/as jovens convidados/as participaram dos encontros, com apenas algumas faltas. Assim, no primeiro encontro, se fizeram presentes 12 jovens, no segundo, 13 jovens, no terceiro, 12 jovens e no quarto, 14 jovens.

Após cada encontro, foi feita a transcrição e a análise do material produzido, o qual foi utilizado para compor o planejamento do próximo encontro, visto a percepção da necessidade de aprofundamento de uma determinada discussão em encontros posteriores. Apresento a seguir os roteiros dos encontros realizados.

<b>Encontro I - dia 08 de julho de 2015</b>	
Tópico do dia	
<b>Identities da juventude do campo</b>	
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Debater sobre a construção das identidades dos/as jovens do campo.</li> </ul>
<b>Plano de Trabalho</b>	
Tópico de Discussão 1	
- Apresentação dos participantes (15 min).	
Tópico de Discussão 2	
Realização de trabalho de grupo, no qual os/as jovens vão construir cartazes com imagens que representam as juventudes do campo (15 min).	
Apresentação do trabalho dos grupos (15 min).	
Tópico de Discussão 3	
Estímulo para discussão	
Exposição do vídeo “Diz aí juventude rural – Identidade” (10 min). <a href="http://www.youtube.com/watch?v=AlhqskKjriw">http://www.youtube.com/watch?v=AlhqskKjriw</a>	
Tópico de Discussão 4:	
Questões para nortear o debate sobre o vídeo:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais as semelhanças/diferenças dos/as jovens do vídeo com os/as jovens da nossa região?</li> <li>• Quais atividades de trabalho vocês desenvolvem?</li> <li>• Quais as opções de trabalho que temos na nossa região?</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vocês já foram discriminados por serem do campo?</li> <li>• Como vocês se divertem? Quais as opções de lazer na nossa região?</li> <li>• Quais músicas vocês gostam de ouvir?</li> <li>• A quais meios de comunicação vocês tem acesso?</li> <li>• Quais são seus hábitos alimentares? Vocês consideram que houve mudanças nesses hábitos?</li> <li>• Vocês puderam observar que um dos jovens do vídeo citou que contribui com as tarefas domésticas? E vocês?</li> <li>• Na opinião de vocês o que é preciso para os/as jovens permanecerem no campo?</li> </ul> <p>Cada participante deverá expor sua opinião sobre o vídeo e se posicionar sobre a construção das identidades dos/as jovens do campo e indicar quais as problemáticas vivenciadas (40 min).</p>
Confraternização: lanche (10 min).

<b>Encontro II - dia 20 de julho de 2015</b>
Tópico do dia
<b>Vida no campo e perspectivas para o futuro</b>
Objetivo
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer quais são as perspectivas dos/as jovens do campo para o futuro (trabalho, educação, família).</li> </ul>
<b>Plano de Trabalho</b>
Tópico de Discussão 1
<p>Distribuir papel, lápis de cor e solicitar que os/as jovens desenhem como se encontram hoje e como gostariam de estar no futuro (20 min).</p> <p>Estimular os/as jovens a pensar sobre as suas perspectivas para o futuro: Onde querem estar? Que trabalho pretendem desenvolver? Desejam continuar no campo?</p>
Tópico de Discussão 2
<p>Cada participante deverá apresentar ao grupo o que representam os desenhos que fizeram (45 min).</p> <p>Estimular a discussão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O que é preciso para que o projeto de vocês se realize?</li> <li>• Que caminhos serão necessários percorrer?</li> <li>• Essa realização depende só de vocês?</li> <li>• Quais fatores externos influenciam na realização do projeto de vocês?</li> </ul> <p>Identificar as diferenças e as semelhanças nas perspectivas para o futuro para os jovens e para as jovens. Estimular o debate entre os participantes.</p>
Confraternização: lanche (10 min).

<b>Encontro III - dia 03 de Agosto de 2015</b>	
Tópico do dia	
<b>Juventudes do campo e relações de gênero</b>	
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar como se estabelecem as relações de gênero no campo, com ênfase nas relações de trabalho.</li> <li>• Discutir como se constituem as práticas corporais e de lazer, para o jovem homem e para a jovem mulher.</li> </ul>
<b>Plano de Trabalho</b>	
Tópico de Discussão 1	<p>Estimular os/as participantes a refletir: Como eram “antigamente” e como são “hoje” as relações entre mulheres e homens? O que mulheres e homens faziam antes de forma diferente de hoje? E o que permanece igual?</p> <p>(Dividir em dois grupos, distribuir cartolina e pincel para eles identificarem as semelhanças e as diferenças) (20 min).</p> <p>Incentivar que nesse debate apareçam as questões relacionadas a lazer, atividades esportivas, domésticas, cuidado com os filhos, trabalho agrícola e profissões.</p> <p>Apresentação dos grupos (20 min).</p>
Tópico de Discussão 2	<p>Após a apresentação dos grupos, provocar o debate norteado pelas seguintes questões: O que uma jovem do campo não pode fazer, pelo senso comum? O que um homem jovem do campo se recusa a fazer no âmbito laboral? O que ainda continua bem distinto? O que está mais fluido e possível entre os gêneros? O que é possível para o/a jovem do campo, no campo da formação acadêmica? (20 min).</p>
Tópico de Discussão 3	<p>Continuar o debate problematizado: o que é ser mulher e o que é ser homem no campo? Tem diferença? E ser mulher jovem é igual a ser mulher adulta ou idosa? Ser homem jovem é igual a ser homem adulto ou idoso?</p> <p>Fazer um exercício no qual os/as participantes possam dialogar sobre o que o senso comum considera como coisas de menino e coisas de menina, bem como as características esperadas do jeito de ser dos homens e das mulheres. (Estimular que os participantes façam uma conversa em dupla e depois socializem com o grupo.)</p> <p>Realizar uma breve exposição, refletindo que as relações gênero são uma construção social. Portanto, não são naturais e, desse modo, podem ser mudadas para prevalecer a igualdade entre mulheres e homens (20 min).</p>
Confraternização: lanche (10 min).	

<b>Encontro IV - dia 20 de Agosto de 2015</b>	
Tópico do dia	
<b>Juventudes do campo: organização, participação e acesso às políticas públicas</b>	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar como e se as juventudes do campo se organizam.</li> <li>• Identificar os espaços de participação e de luta das juventudes do campo por políticas públicas e melhores condições de vida no campo.</li> <li>• Debater sobre as políticas públicas destinadas aos/às jovens do campo.</li> </ul>	
<b>Plano de Trabalho</b>	
Tópico de Discussão 1	
Apresentar as políticas públicas destinadas à juventude do campo.	
Em seguida, discutir se os/as jovens do campo têm acesso a essas políticas públicas no município no qual residem. Se não têm, como fazer para acessá-las? (15 min).	
Tópico de Discussão 2	
Apresentar o vídeo “Juventude rural”, que retrata a organização de jovens em associações e os benefícios que essa organização traz para a comunidade. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=JhDpizxyi1I">https://www.youtube.com/watch?v=JhDpizxyi1I</a>	
Após o vídeo, debater sobre como os/as jovens do campo do nosso município se organizam. Se não se organizam, quais são os motivos? Quais são as vantagens que o/a jovem do campo tem quando se organiza em grupos, associações e cooperativas? (20 min).	
Tópico de Discussão 3	
Debater sobre os espaços de participação que os/as jovens do campo podem ocupar para reivindicar seus direitos. Como se dá a luta do/da jovem para permanecer no campo? As jovens mulheres têm o mesmo espaço de participação que os jovens homens? (15 min).	
Confraternização: lanche (10 min).	

Os roteiros apresentados foram elaborados de acordo com a necessidade de discussão e de aprofundamento sobre as temáticas abordadas. Sendo que o tema do último encontro foi sugerido pelos próprios jovens participantes a partir da necessidade de conhecerem as políticas públicas para a juventude do campo. Durante os encontros, a gravação de áudio e vídeo foram utilizadas para a posterior transcrição, mediante autorização dos/as participantes por meio do Termo de consentimento livre e esclarecido<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> O TCLE está disponível no Apêndice I desse trabalho.

É importante ressaltar que o trabalho com o grupo não se encerrou no quarto encontro. A partir do debate sobre a organização política e participação da juventude nos processos e discussões sociais do município foi proposto a participação na 1ª Conferência Municipal de Juventude de Urandi. Até aquele momento, o município ainda não havia convocado a referida Conferência. Assim, a partir do comprometimento do grupo em compor, participar e se engajar na realização, solicitamos junto ao Secretário Municipal de Ação Social a convocação da Conferência. Desse modo, a 1ª Conferência Municipal de Juventude de Urandi/BA<sup>11</sup>, com o lema *As várias formas de mudar Urandi*, foi realizada no dia 06 de Setembro de 2015 e contou com uma expressiva participação dos/as jovens do campo.

É fundamental ressaltar que a realização da Conferência e o engajamento do grupo focal nessa proposição evidenciam tanto a capacidade formativa político-teórica dos grupos, os quais não se restringem aos processos metodológicos estruturados, bem como atingem o desejo desse programa de Mestrado Profissional de gerar produtos que tenham impactos e contribuições sociais para a comunidade.

---

<sup>11</sup> O relatório da Conferência Municipal de Juventude de Urandi/BA está disponível no Anexo 2 desse trabalho.

## 2 TRABALHO E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO SEMIÁRIDO BAIANO

Nessa seção, escrevo sobre a categoria trabalho e a Educação do Campo no contexto do Semiárido, compreendendo que as discussões acerca da Educação do Campo não podem estar desvinculadas da centralidade do trabalho na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo. Segundo Marx (2013, p. 120), o trabalho é considerado uma categoria central, “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

No presente estudo, abordo os sentidos atribuídos ao trabalho por jovens do campo, compreendendo o trabalho enquanto “condição básica e fundamental de toda a vida humana” (ENGELS, 2013, p. 13). Considerando esse aspecto, a opção pela categoria trabalho se deu, tendo em vista, que esse “constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito” (FRIGOTTO, 2001, p. 74).

Para corroborar com a compreensão dessa categoria, na obra *Introdução à filosofia de Marx*, Sérgio Lessa e Ivo Tonet (2008, p. 17), discorrem que “por meio do trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos”. Marx (2013, p. 255) afirma que “agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”, adquirindo novos conhecimentos e habilidades.

Por meio da relação do trabalho com a natureza é que os homens se diferem dos outros animais, nesse sentido Marx e Engels (2007, p. 10) afirmam que “pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência”. Assim, “os homens produzem indiretamente sua própria vida material” (MARX E ENGELS, 2007, p. 11).

O trabalho e seus efeitos já se faziam presentes mesmo na sociedade primitiva “ao coletarem os alimentos, os homens iam conhecendo a realidade, e esse conhecimento era generalizado por todos os membros do grupo” (LESSA E TONET, 2008, p. 54). Segundo os autores (2008) a que caracterizava o trabalho nessa comunidade primitiva era o fato de que todos trabalhavam e o produto do trabalho também era usufruído por todos.

A partir da descoberta da agricultura os homens puderam produzir mais do que necessitavam para a sua sobrevivência, surgindo assim o excedente da produção, foi a existência desse excedente que posteriormente “tornou economicamente possível a exploração do homem pelo homem” (LESSA E TONET, 2008, p. 55). Essa forma de exploração, segundo afirma Engels (2013, p. 28) conduziu “a divisão da população em classes diferentes e, portanto, no antagonismo entre as classes dominantes e as classes oprimidas”.

No decorrer da história da humanidade, surgiram outras formas de organização da sociedade e da exploração da força de trabalho, como o escravismo e o feudalismo. Mas é com o advento do modo de produção capitalista que se desenvolveu uma nova forma de alienação, mediada pelo trabalho assalariado (LESSA E TONET, 2008).

Vivemos em uma sociedade cindida em classes, no que tange ao trabalho. Gaudêncio Frigotto (2012) aponta que existem mediações de primeira e de segunda ordem. Para ele, a primeira é constituída pelo pressuposto da centralidade do trabalho como criador da condição humana e a segunda transforma o trabalho criador em alienação, mercadoria e força de trabalho. Considera-se o primeiro como trabalho e o segundo como trabalho abstrato. Nessa concepção,

Para Marx e Engels há uma clara distinção entre trabalho abstrato e trabalho: o primeiro é uma atividade social assalariada, alienada pelo capital. Corresponde à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que nos transforma a todos em coisa e articula nossa vida pelo fetichismo da mercadoria. O trabalho, pelo contrário, é a atividade de transformação da natureza pelo qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe (LESSA, 2012, p. 26).

Trabalho e emprego comumente são compreendidos como palavras sinônimas, no entanto, não o são. Trabalho “enquanto práxis humana, material e não material, objetiva a criação de condições de existência e que, portanto não se encerra na produção de mercadorias” (KUENZER, 2012, p. 56). O trabalho como emprego é um conceito que surgiu com o advento do capitalismo, sendo uma atividade no qual o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de salário.

Segundo Frigotto (2009), ter as duas palavras (trabalho e emprego) como sinônimos, é comum, porque a grande massa dos que pertencem e têm experiência real de classe trabalhadora não têm necessariamente consciência de classe. Ainda conforme o autor, é a



partir das relações sociais produtivas do sistema capitalista que são estabelecidos os sentidos de trabalho enquanto emprego remunerado e trabalhador para se referir à classe trabalhadora.

Assim, observamos que o trabalho assalariado predomina na sociedade na qual vivemos, prevalecendo “uma situação em que praticamente a totalidade dos atos de trabalho assume a forma abstrata advinda de sua subordinação ao capital” (LESSA, 2012, p. 26). Nesse sentido, Lessa ainda ressalta que:

Nem o fato de utilizarmos o termo trabalho em acepções tão distintas, nem o fato de quase todo o trabalho ter hoje a forma de trabalho abstrato, nem ainda a reconfiguração de algumas das relações entre trabalho produtivo e improdutivo no contexto da “reestruturação produtiva”, nada disso cancela as reais distinções entre trabalho e trabalho abstrato: suas funções sociais são e continuam a ser ontologicamente distintas. O trabalho abstrato é a redução da capacidade produtiva humana a uma mercadoria, a força de trabalho, cujo preço é o salário. Todas as atividades humanas assalariadas são trabalho abstrato. O trabalho enquanto categoria fundante é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio material do homem com a natureza, é o conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade (LESSA, 2012, p. 28).

A concepção de trabalho enquanto categoria fundante do gênero humano não tem sido compreendida no interior das relações sociais vigentes, em que uma classe social dominante explora o trabalho das demais (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2012). Nesse contexto, o sistema capitalista se mantém e se reproduz, se apropriando de um tempo do trabalho do trabalhador, “que vende sua força de trabalho ao empresário ou empregador, o detentor dos meios de produção. [...] Criam-se vínculos de submissão e exploração do produtor e de dominação de quem se apropria do produto e do tempo de trabalho excedente” (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2012, p. 749-750).

Ainda que o trabalho nas sociedades de classes, seja alienador, explore e degrade a vida humana, ainda assim, na concepção de Frigotto e Ciavatta (2012, p. 753), a sociedade não se constitui e/ou “não é pura negatividade pelo fato de que nenhuma relação de exploração até o presente conseguiu anular a capacidade humana de criar e de buscar superar a exploração”. Isto significa considerar os movimentos sociais do campo e da cidade como instrumentos que podem produzir caminhos políticos para superar essa exploração.

Nas subseções seguintes, procuro evidenciar que a educação foi e é um instrumento utilizado pelo Estado e pela classe dominante para manter a exploração e a alienação da classe

trabalhadora. Em confronto a esta lógica, apresento a Educação do Campo como um instrumento de luta de classes e de busca de superação dessa exploração.

## **2.1. Atualidade da relação trabalho e Educação do Campo**

Nos últimos 30 anos, o Brasil deu um salto importante na garantia do direito à educação, com a ampliação do acesso e das garantias legais, no entanto, não conseguiu garantir a qualidade e a universalidade da oferta (HADDAD, 2012). . Nesse sentido, a realização plena do direito à educação está longe de ocorrer, tendo em vista o atual modelo de sociedade (capitalista) em que vivemos, como afirma Frigotto, “a sociedade que se produz na desigualdade e se alimenta dela não só não precisa da efetiva universalização da educação básica, como a mantém diferenciada e dual”. (2007, p. 1138).

Em contraposição a esse modelo de educação, corroboro com a reivindicação de uma educação do mesmo ponto de vista de Adriana D’Agostini e Mauro Titton: “uma educação de classe, na perspectiva da formação da consciência de classe dos trabalhadores, por entender que no atual modelo de produção da vida há uma negação do conhecimento à classe trabalhadora” (2014, p.157). Em relação à educação destinada à população do campo, essa negação e desigualdade se acentuam, pois é no meio rural que se encontram os mais altos índices de analfabetismo do país, revelando ainda mais o descaso e a pouca atenção dispensada pelo poder público em relação à educação no campo.

Nessa perspectiva, segundo Ademar Bogo (2013, p. 92), “para as elites dominantes, a educação para os camponeses não tinha importância alguma, fundamentalmente porque esses lidavam com técnicas rudimentares”. Assim, em sua trajetória, as escolas no campo são marcadas por momentos de abandono e pouco investimento governamental.

Nesse contexto, produziu-se certa manutenção do analfabetismo no campo brasileiro, pois mesmo quando as políticas educativas compensatórias chegavam ao campo, não havia a universalidade da oferta e suas propostas se davam na mesma modalidade daquela oferecida no meio urbano. Além disso, é importante considerar que, em geral, esse trabalho se dá desconsiderando as especificidades dos/as camponeses/as.

Em relação à educação oferecida nas escolas no campo, sabe-se que eram ofertados conhecimentos mínimos de leitura e de escrita. Nesse sentido, aponto que o fracasso da

educação no campo, refletido pelo grande número de analfabetos/as, está relacionado com a falta de investimentos em infraestrutura e espaço adequado para o funcionamento das escolas e, sobretudo, na falta de formação para os/as professores/as das escolas do campo. A realidade objetiva aponta para baixos salários, evasão escolar e, especificamente, um ensino totalmente desvinculado da realidade do campo.

Segundo Ribeiro (2012, p. 294), “a permanência das crianças na escola depende do que esta pode oferecer em relação às atividades práticas relativas ao trabalho material como base da aprendizagem, ou seja, da produção de conhecimentos”. Desse modo, é preciso uma relação entre os conteúdos ensinados na escola com a realidade da vida no campo, pois o que se aprende na escola está distante do trabalho que os/as educandos/as desenvolvem com a terra.

A educação destinada às populações do campo está relacionada “a uma concepção preconceituosa a respeito do camponês, porque não considera os saberes decorrentes do trabalho dos agricultores” (RIBEIRO, 2012, p. 296), saberes esses relacionados ao cultivo e à produção de alimentos, ao trato com a terra e ao conhecimento da realidade local. Em decorrência dessas ausências, a educação no campo, ao longo do tempo, incorporou uma representação de busca da felicidade na cidade, levando os/as alunos/as a acreditar nesse referente.

A instituição escolar no campo contribuiu para inserir no cotidiano dos sujeitos do campo experiências educacionais e culturais diferentes daquelas do universo camponês. Segundo Bogo (2013, p. 101), “a educação sempre cumpriu um papel marginal para a valorização dos camponeses enquanto seres sociais, classe e cultura”. Nesse contexto, incentivou perspectivas de vida distantes da realidade do campo, ocasionando algo como a negação do próprio campo.

Essa proposta educativa alheia ao campo contribuiu para a migração dos/as camponeses/as para os grandes centros urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida, no entanto, muitos/as acabaram incorporados/as à massa de miseráveis das periferias das grandes cidades. Bogo (2013, p.101) afirma que:

Pelos interesses estatais e do capital, a escola nunca se estruturou para conter a evasão territorial nem para garantir a permanência e conscientizar os camponeses que deveriam buscar permanecer na agricultura, melhorando as condições de vida; ao contrário, a falta da escola e de oportunidades, somados ao sonho de ascensão social, levaram a população predominantemente rural a migrar em grande quantidade para os grandes centros urbanos.

Pensar a educação e o ensino escolar de forma histórica, segundo D'Agostini e Titton (2014, p. 157), recorrendo à afirmação de Florestan Fernandes (1966), “é reconhecê-la como um problema social, ou seja, produtora de desigualdades sociais, de contradições e é por isto que ela é assumida pelos movimentos sociais como tal para que a partir da luta coletiva se transforme a escola”. É nessa perspectiva que os movimentos sociais do campo pautam e reivindicam uma Educação do/no Campo construída pelos/as e com os/as sujeitos, compreendendo a formação humana como direito e pensada a partir da especificidade do contexto do campo, Nesse contexto, essa emerge “da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos” (VENDRAMINI, 2007, p. 123).

Segundo Roseli Caldart (2010, p. 106), “a Educação do Campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo”. Essa autora ressalta ainda o protagonismo dos movimentos sociais na luta por uma Educação do Campo:

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão dos movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (2009, p. 2).

Desse modo, a autora citada enfatiza que “na sua origem, o ‘do’ da Educação do campo tem a ver com esse protagonismo: não é ‘para’ e nem mesmo ‘com’: é dos trabalhadores, educação do campo, dos camponeses, pedagogia do oprimido...” (CALDART, 2010, p. 108). Nesse sentido, a pressão e luta dos movimentos sociais foram fundamentais para a construção da política de Educação do Campo.

Célia Regina Vendramini (2010, p. 133), ao discutir sobre o trabalho coletivo e as experiências formativas na Educação do Campo, afirma: “em primeiro lugar, que a Educação do Campo não é um ato isolado, mas coletivo e contextualizado e, em segundo, que a educação, na perspectiva da transformação social, deve estar associada a formas alternativas e coletivas de produção da vida”. Nesse sentido, o projeto de Educação do Campo defendido pelos movimentos sociais, tem por sustentação o reconhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e seus modos de produzir suas condições materiais de existência.

Na trajetória de luta do Movimento por uma educação do campo, marcos legais foram conquistados. No entanto, apesar das conquistas, percebe-se também que há muito ainda que se avançar, tendo em vista que o direito e os marcos legais da Educação do Campo ainda não foram consolidados de forma homogênea no campo brasileiro.

Segundo Santos e Teixeira (2014, p. 179), “pensar a atualidade e rumos da Educação do Campo, do ponto de vista da classe trabalhadora, requer ter em foco a lógica e a própria crise do capital contemporâneo, a qual avança na destruição avassaladora da natureza e dos seres humanos”. Nessa perspectiva, D’Agostini e Titton, afirmam que

A educação do campo na perspectiva dos movimentos de lutas sociais é uma estratégia para garantir inicialmente acesso à educação, mas fundamentalmente para a universalização de uma educação de classe na perspectiva da emancipação humana, contrapondo-se à posição conservadora de educação defendida pelo Estado para a reprodução social do capital. (2014, p.161).

Compreendemos que a não consolidação de forma homogênea do projeto de Educação do Campo proposto e desenvolvido pelos movimentos sociais do campo, está relacionado ao fato de que o mesmo tem sido objeto de disputa no campo teórico e conceitual. Desse modo, a elite agrária do país tem se apropriado dos conceitos para prevalecer a prática de uma educação que não considera os sujeitos como protagonistas de sua própria história. Assim, essa pesquisa tem como relevância considerar os sujeitos e seus protagonismos no campo.

## 2.2 A produção da existência no Semiárido Baiano

É no Semiárido que a vida pulsa, é no Semiárido que o povo resiste!<sup>12</sup>

A discussão apresentada nesse capítulo é importante para analisar as relações de trabalho e gênero no contexto do Semiárido, tendo em vista que não estamos falando das juventudes do campo de modo geral, mas, das juventudes do campo do Semiárido baiano. Essa afirmação se dá, pois consideramos que além de todos os problemas vivenciados pelas juventudes, os/as jovens do Semiárido ainda enfrentam as dificuldades de viver em uma das regiões mais pobres do país. Para a compreensão dessa realidade, apresento a seguir as características da região.

Mapa 2: Semiárido Brasileiro



Fonte: [http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD\\_MENU=105](http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=105). Acesso em: 15 Fev. 2015.

O Semiárido Brasileiro – SAB se estende por 982.566 mil quilômetros quadrados e compreende 1.133 municípios de 9 estados do Brasil - Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, como pode ser observado no Mapa 2. A população do Semiárido é de cerca de 22 milhões de pessoas e dela faz parte a

<sup>12</sup> Lema do VIII Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro (EnconASA), realizado em Januária – MG, no ano de 2012

maior concentração de população rural do Brasil (BAPTISTA; CAMPOS, 2014). O Semiárido é uma região de déficit hídrico, devido ao excesso de evaporação, da irregularidade das chuvas e os longos períodos de estiagem, apesar disso, é considerado o Semiárido mais chuvoso do mundo. A vegetação predominante no semiárido é a caatinga, sendo esse o único bioma exclusivamente brasileiro.

Ao longo do tempo, o SAB foi visto como lugar de pobreza e atraso. Em geral, acredita-se que o principal problema do SAB é a ausência de chuvas, contudo, compreende-se que a inexistência de políticas públicas e a concentração de terras, são os principais problemas do Semiárido.

Associadas a essa realidade, durante muitos anos na história do Brasil, políticas específicas de enfrentamento às estiagens prolongadas foram inexistentes. O período que vai do início da ocupação do Semiárido pelos colonizadores europeus até a metade do século XIX, caracteriza-se pela ausência de ações governamentais (SILVA, 2006). As ações existentes nesse período podem ser caracterizadas como ações assistencialistas, as quais consistiam exclusivamente na doação de alimentos e não em ações específicas que minimizassem os efeitos da seca em longo prazo.

Somente em 1904, foi instalada a Comissão de Estudo e Obras Contra os Efeitos das Secas, e em 1906, foi criada a Superintendência de Estudos e obras contra os Efeitos das Secas, mas foi com a criação da Inspeção de Obras Contra as Secas – IOCS, em 1909, que foi estabelecido um novo patamar na ação estatal (SILVA, 2006). O plano de ação da IOCS, segundo Roberto Marinho Alves da Silva (2006, p.48) envolvia as seguintes atividades:

Realização de estudos, planejamento e execução de obras hídricas, como a construção de açudes públicos e particulares, canais de irrigação, barragens, perfuração de poços e drenagens; estradas de rodagem e ferrovias; reflorestamento e piscicultura.

Apesar do grande avanço do conhecimento físico do Semiárido e do grande investimento de recursos governamentais em obras hídricas, como a construção de barragens e açudes, considera-se que não houve tanto êxito em relação aos aspectos sociais. Essa posição fundamenta-se na ideia de que essas obras não favoreceram a população sertaneja, sendo os maiores beneficiários os grandes proprietários de terra.

O IOCS fracassou e, em 1919, passou a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca – IFOCS, no entanto, também não obteve êxito, assim como o primeiro, a IFOCS “caiu em descrédito, apenas mitigando os efeitos das secas, acumulando verbas e socorros às vítimas nas mãos de políticos influentes e de grandes comerciantes e proprietários, formatando assim a indústria da seca” (ANDRADE apud CARVALHO, 2007, p. 18).

A IFOCS foi transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, no ano de 1945, “com a finalidade de realizar obras e serviços permanentes e desenvolver ações em situação de emergência” (SILVA, 2006, p. 52). A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1959, manteve a mesma linha de pensamento e atuação. As ações governamentais de intervenção na realidade do Semiárido, segundo Silva (2003, p. 369) foram construídas embasadas nas seguintes características:

a) o caráter emergencial, fragmentado e descontínuo dos programas desenvolvidos em momentos de calamidade pública; b) as ações emergenciais que alimentam a “indústria da seca”; e, c) a solução hidráulica, com a construção de obras hídricas, quase sempre favorecendo empreiteiras e a grande propriedade rural. Em todas essas características reproduz-se o uso político do discurso da miséria e do subdesenvolvimento como decorrência direta das secas.

Nesse contexto, as grandes obras hídricas e as tentativas de desenvolvimento do Semiárido realizadas pelos órgãos citados foram importantes para a construção de reservatórios e o armazenamento de água na região. No entanto, segundo Silva (2006, p. 54),

A imbricação entre o Estado e os interesses do Nordeste algodoeiro-pecuário eram explícitas nas ações dos Órgãos criados para o combate à seca. As barragens construídas diretamente pelo Estado ou em regime de cooperação com os grandes proprietários serviam, prioritariamente, para sustentação do gado, e apenas marginalmente, para a implantação das culturas de subsistência nas várzeas.

Assim, fica evidente que a população sertaneja foi a menos favorecida com essas obras. Apesar da quantidade de recursos gastos no âmbito das ações dos órgãos de combate à seca, as consequências dos efeitos da seca e a democratização do acesso à água especificamente para as populações carentes não foram resolvidos. Segundo Beatriz Helena Oliveira de Mattos (2007, p. 81), “permanecem em conjunto a visão emergencial, a falta de



continuidade, o clientelismo, o favoritismo, o assistencialismo, a desvinculação em relação ao planejamento regional e uma visão equivocada sobre o modo de se relacionar com a seca”.

Nesse contexto, a política de combate à seca contribuiu para agravar uma série de problemas no Semiárido, como a construção de uma ideia negativa sobre a região, no imaginário nacional, tal qual: “um lugar apenas de terra seca e rachada, onde são encontradas carcaças de gado morto, crianças desnutridas, uma agricultura improdutiva e de subsistência”. (ASA, 2009, p. 4).

Essas imagens negativas em relação à região semiárida, de acordo com Silva (2003, p. 361), “são fruto de julgamentos superficiais sobre a realidade do semi-árido e dos interesses políticos das elites locais que explicavam a miséria, a fome e o atraso como produtos de condições naturais adversas, do clima, da terra e da formação de sua gente”. Assim, o Semiárido foi estigmatizado como lugar de pobreza, de atraso e de pessoas ignorantes. Passados mais de 500 anos, essa é a visão que ainda prevalece no centro sul do país em relação ao Nordeste e mais especificamente em relação ao Semiárido.

Diante da ineficácia das políticas de combate à seca, e sabendo que a seca é um fenômeno natural, o qual não é possível combater, a sociedade civil e os movimentos sociais incidiram sobre outra ótica: a convivência com o Semiárido. Nessa perspectiva o problema do Semiárido não é a falta de chuva, e sim a falta de políticas públicas adequadas para a região. Segundo Álamo Pimentel (2002, p. 189), “a convivência com o Semiárido representa uma inversão paradigmática: do combate a seca, à convivência com os longos períodos de estiagem”. O fracasso das políticas que tinha como objetivo combater a seca gerou pressupostos para a convivência com o fenômeno, construindo-se uma perspectiva de diálogo que articule as várias dimensões da vida no Semiárido, instituindo-se uma nova visão da região.

Na perspectiva de conviver com o clima semiárido, foram desenvolvidas tecnologias sociais que estão amplamente disseminadas por toda a região através do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, o qual abrange o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC e o Programa Uma Terra e Duas Águas –

P1+2, elaborados e executados pela Rede<sup>13</sup> Articulação Semiárido Brasileiro – ASA, através de financiamento público e privado.

O P1MC atende a necessidade da primeira água por meio da cisterna de consumo, enquanto que o P1+2 abrange as tecnologias destinadas à água para produção e dessedentação animal, a exemplo da cisterna calçadão, cisterna de enxurrada, barreiro trincheira, barragem subterrânea, dentre outras. É perceptível que essas tecnologias têm provocado mudanças na região, a exemplo do relato do participante Jhony, *através do programa das cisternas, como a gente não tem um trabalho fixo em outro local, que através do projeto veio as hortas e tem os canteiros pra gente ir plantando e sempre colhendo, que através disso a gente não compra mais verduras* (Grupo Focal, Encontro I, 08 jul. 2015, p. 10).

Todavia, apesar dos avanços, a convivência com o Semiárido não tem conseguido provocar mudanças em problemas estruturantes. Nesse sentido, Haroldo Schistek (2014) afirma que falta um elemento que não pode ser substituído por nenhuma tecnologia, a terra. Assim, a Reforma Agrária e o ajuste fundiário são elementos imprescindíveis para que a convivência com o Semiárido se efetive com garantias sociais.

Observa-se que essa não é uma questão fácil de ser solucionada, uma vez que a concentração de terras no Brasil é uma problemática histórica, datada desde o início da invasão dos portugueses ao nosso território. Segundo João Pedro Stedile, os mesmos “o fizeram financiados pelo nascente capitalismo europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar” (2011, p. 19).

Nesse sentido, Bernardo Mançano Fernandes (2013, p.177) afirma que a questão agrária nasce “da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos”.

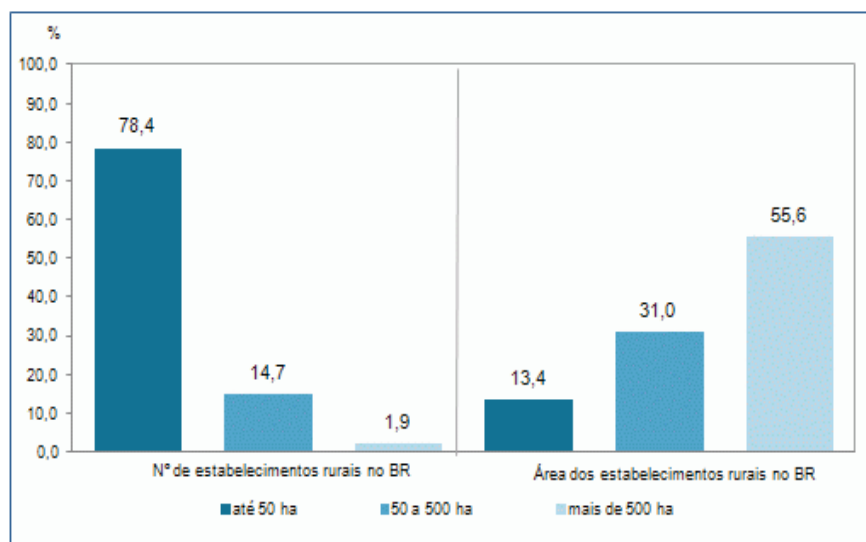
A Lei de terras nº 601, de 1850, segundo Stedile “regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (2011, p. 23). Nesse contexto, ao longo da história

---

<sup>13</sup> A ASA é uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, entre outras. Informações disponíveis em: <http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>. Acesso em: 23 de Out de 2015.

do Brasil, novas leis e outras formas de apropriação das terras, foram estabelecidas, no entanto, não conseguiram acabar com a concentração de terras no país e concretizar a Reforma Agrária, como pode ser constatado nos dados do Censo Agropecuário 2006.

Gráfico 1 - Estrutura Fundiária no Brasil



Fonte: [http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conteudo.asp?cod\\_menu\\_filho=819&cod\\_menu=817&tipo\\_menu=ECONOMIA&cod\\_conteudo=1480](http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu_filho=819&cod_menu=817&tipo_menu=ECONOMIA&cod_conteudo=1480). Acesso em: 23 de out de 2015.

Os dados do gráfico acima mostram que 78,4% dos estabelecimentos rurais no Brasil, detêm 13,4% da área, enquanto que 55,6% da área estão concentradas em 1,9% dos estabelecimentos. Diante da expansão do agronegócio, a consolidação da Reforma Agrária se mostra cada vez mais distante. Fernandes (2013, p. 216-217) afirma:

Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio, apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo; agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento.

Assim, pode ser observada a disparidade em relação aos investimentos no Agronegócio em contraposição à Agricultura Familiar através do histórico do volume de recursos destinados a cada um desses setores.

Gráfico 2

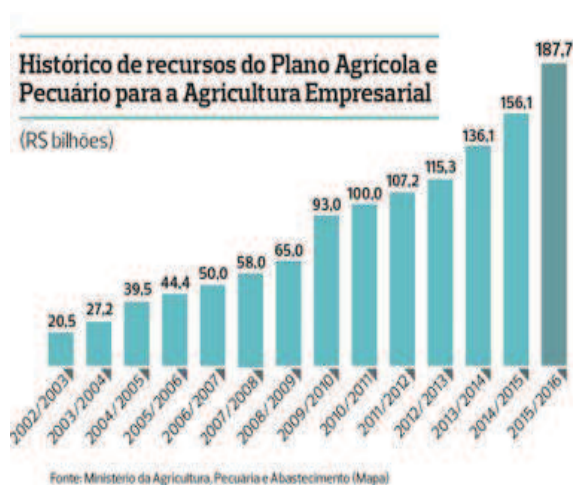
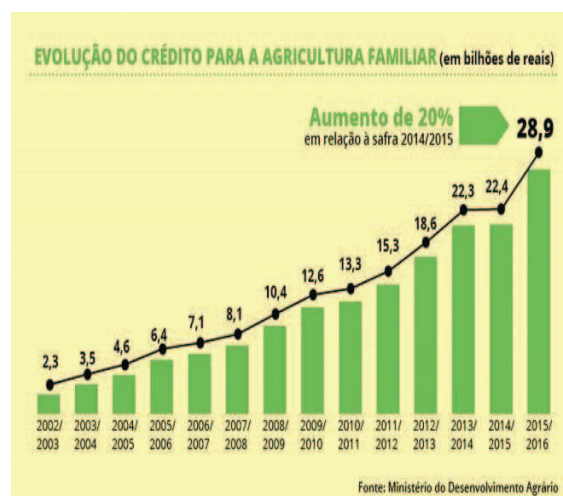


Gráfico 3



Fontes: <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2015/06/plano-safra-2015-tera-1877-bilhoes.html>. <http://www2.planato.gov.br/noticias/2015/06/infoagriculturafamiliar.jpg/view>. Acesso em: 28 out. 2015.

O Plano Agrícola e Agropecuário 2015/2016 destinou 187,7 bilhões em crédito para o agronegócio, enquanto que o Plano Safra 2015/2016 destinou 28,9 bilhões para a agricultura familiar. Nesse sentido, Fernandes (2013, p. 216) afirma que “O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias”. Corroborando com Fernandes, Vendramini (2007, p. 126) afirma que a modernização da agricultura “acentua ainda mais a concentração da propriedade da terra e a desigualdade social no campo, com o alto preço de destruição da agricultura familiar, devastação e degradação dos empregos rurais, miséria da população rural e deterioração do meio ambiente”.

Assim, a luta pela terra e pela Reforma Agrária, segundo Michelotti (2008, p. 91), “está associada à luta por reconhecimento político em busca de uma cidadania historicamente negada ao campo, em suas múltiplas dimensões”. Nesse contexto, os movimentos sociais do campo, contribuíram e ainda contribuem para o processo de conscientização dos povos do campo, de uma luta que vai além do acesso a terra, mas por melhores condições de vida no campo.

### 3 JUVENTUDES DO CAMPO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Essa seção tem como objetivo conceituar a categoria juventude do campo, bem como analisar como as relações de gênero se articulam à questão do trabalho, identificando como essa relação se dá para os/as jovens do campo.

Discutir sobre a juventude, especialmente, a brasileira, exige um olhar pautado por princípios de diversidade e de complexidade, nesse sentido, “precisamos falar de *juventudes*, no plural, e não de *juventude*, no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam essa condição” (ABRAMO, 2008, p.43-44). Pensar em juventudes significa dizer, segundo Luiz Paulo Jesus de Oliveira (2013, p.37), que “o ‘modelo de juventude’, hegemonicamente produzido ao longo da sociedade moderna, não foi e nem é vivido por todos os indivíduos pertencentes ao mesmo grupo etário, da mesma forma”. Assim, nessa pesquisa, assumo que os/as jovens do campo, sujeitos dessa investigação, também vivem essa condição a partir de diferentes categorias e especificidades sociais, sobre as quais podemos considerar os contextos de classe, de gênero e de regionalidade.

Contudo, apesar dessas marcações conceituais, tradicionalmente a sociedade compreende a categoria juventude como uma fase de transição da infância para a vida adulta. No entanto, no entendimento de Ana Amélia Camarano et al. (2006), a percepção dos/as jovens apenas sob a ótica da transitoriedade de sua condição dificulta enxergá-los/as como sujeitos de direitos, com experiências tão importantes quanto as pessoas que estejam em outras fases.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), adotam o recorte etário de 15 a 24 anos para identificar a população jovem. No Brasil, de acordo com o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 08 de agosto de 2013), são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 a 29 anos. Já o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR adota a faixa etária de 16 a 32 anos. A justificativa para essa delimitação etária se dá em face de um processo de envelhecimento do campo, aliado ao êxodo rural. Assim, o recorte de juventude se constitui por ser um espaço de elaboração de políticas que favorecem a inclusão social desse segmento da população (CONTAG, 2007).

Ao discutirmos sobre as juventudes, é preciso explicitar de qual contexto etário, cultural, histórico e social se apresentam ou se identificam tais jovens, sejam eles/elas do campo ou da cidade, do litoral ou do Semiárido. Além disso, para efeito desse estudo, também utilizo o recorte de gênero, tendo em vista, que o jovem e a jovem vivem essa condição de formas distintas em função das dimensões culturais que produzem essa diferença.

### **3.1 Problemáticas contemporâneas das juventudes do campo**

Quando se fala em juventude, costuma-se relacioná-la a áreas sociais como a educação, a cultura e o lazer. No entanto, segundo Nadya Araújo Guimarães (2008), o trabalho se destaca de forma recorrente entre os assuntos de maior interesse para a juventude brasileira, sendo esse também um dos problemas que mais os/as preocupam e que impulsiona a migração campo/cidade.

O corte etário adotado pela OMS e UNESCO, segundo Castro (2012, p. 437/438), “procura homogeneizar o conceito de juventude com base nos limites mínimos de entrada no mundo do trabalho reconhecidos internacionalmente, e nos limites máximo de término da escolarização formal básica”. No que se refere à juventude brasileira e mais especificamente aos/às jovens do campo, esse corte etário não dá conta da sua heterogeneidade, visto que essa população desde cedo já atua no mundo do trabalho e dificilmente conclui a educação básica na idade considerada padrão.

Assim, compreender a juventude apenas como um momento de transição da educação escolar ao trabalho não condiz com a realidade dos/as jovens, pois, como afirma Guimarães (2008, p. 167), “o jovem brasileiro vive essa transição de uma forma muito peculiar, numa socialização antecipada e temporã no trabalho”. O ingresso da população brasileira no trabalho começa ainda na infância e, de acordo Guimarães (2008, p. 167), “nada menos que 33% deles inicia sua carreira como trabalhador entre 05 e 14 anos”. No município de Urandi/BA, essa afirmação é constatada na fala de uma das participantes da pesquisa, aos afirmar que: *quando eu comecei trabalhar, eu tinha onze anos de idade, [...], desde os onze anos de idade eu comecei a trabalhar em casa de família* (Camila, Grupo Focal, Encontro II, 20 jul. 2015, p. 11).

Segundo dados da Pnad (2012), 45,1% dos/as jovens urbanos e 45,3% dos/as jovens rurais apenas trabalham e não estudam, desse modo, corroboro com Oliveira (2013, p. 41) ao afirmar que “investigar a juventude no Brasil é investigar a juventude trabalhadora”. Desse modo, faz-se necessário um olhar aprofundado para as relações dos/as jovens com o trabalho, sobretudo, os/as jovens do campo. Ainda dialogando com os dados da Pnad (2012), 14,6% dos jovens da faixa etária de 15 a 29 anos residem no campo. Isto significa mais de 7 milhões de jovens que convivem com o grande desafio de permanecer no campo.

De acordo Elisa Guaraná de Castro (2005), o desinteresse dos/as jovens e sua atração pela cidade é uma tendência amplamente reforçada em pesquisas sobre juventude do campo. Nesse contexto, “a categoria tende a ser constantemente substantivada, adjetivada, sem que se busque a auto percepção e formação de identidades daqueles que são definidos como ‘jovens’” (2005, p.18). Os/as jovens do campo enfrentam ainda a invisibilidade e a migração que, segundo Nilson Weisheimer (2005, p. 08), “parecem fortalecer-se mutuamente, criando um círculo vicioso em que a falta de perspectivas tira dos jovens o direito de sonhar com um futuro promissor no meio rural”.

Essa argumentação contribui com essa pesquisa ao evidenciar que a juventude do campo se encontra diante de muitos desafios e incertezas entre “ficar e sair” do campo. Sobre isso, Castro (2005) ressalta alguns elementos configuradores dessa dualidade: a circulação dos/as jovens em função da escola e do trabalho; a difícil realidade de se reproduzir a pequena produção familiar; as tensões a partir das relações de autoridade na família e na “comunidade”; e os diferentes olhares para a realidade e o universo rural e urbano do qual fazem parte esses/essas jovens e adultos. Assim, “ficar” e “sair” do campo aparecem vividos de forma muito mais complexa que uma simples escolha.

Comumente a formação escolar para os/as jovens do campo é associada a um futuro melhor, em relação ao trabalho no campo. Castro (2005) outra vez contribui com essa discussão ao afirmar que o estudo é associado a percepções que representam ascensão social, de modo que a sua própria condição de trabalhador/a do meio rural apareça em posição de inferioridade. Isto é, nesse discurso aciona-se imagens e construções do “homem e da mulher do campo” associados ao “atraso”, falta de opção, falta de escolha, opção para quem não é inteligente (CASTRO, 2005).

Segundo a mesma autora, o trabalho urbano é valorizado pela renda “mais certa”, uma garantia de renda da família, vista como necessária devido às condições difíceis de retorno financeiro da produção no campo da agricultura camponesa, pois o campo do agronegócio “aparece como um espaço produtivo por excelência” (FERNANDES, 2013, p. 2016). Dessa maneira, os/as jovens, constroem a relação com a escolaridade (principalmente a conclusão do Ensino Médio) como um caminho para uma perspectiva de mobilidade social e para uma perspectiva profissional menos penosa do que o trabalho do campo precário em que estão inseridos. Maria José Carneiro (2008) também ressalta o fato da escolaridade ser encarada pelos/as jovens do campo como um passo para “ser alguém na vida”, o que significa fundamentalmente não ser agricultor/a.

Legitimando as reflexões das autoras mencionadas, Maria de Nazareth Wanderley (2007, p.33) afirma que “a agricultura parece não merecer mais o empenho dos jovens. A terra insuficiente, a penosidade do trabalho e a falta de estímulos para a produção certamente explicam porque tão poucos são os que pretendem continuar agricultores”. Em pesquisa<sup>14</sup> realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Urandi/BA durante o 2º Festival da Juventude Rural<sup>15</sup>, dos/as 60 jovens entrevistados/as, 65% informaram que pretendem continuar morando no meio rural, mas apenas 30% pretendem se estabelecer profissionalmente como agricultor/a familiar.

A pesquisa realizada pelo STTR também traz questões importantes em relação ao trabalho realizado pelas jovens e pelos jovens do município de Urandi/BA. Das jovens que apenas trabalham, 71% declararam realizar a função de empregada doméstica, babá e/ou costureira; 28% atuam na área educacional como professoras. As profissões dos jovens variam entre motorista, pedreiro e vendedor, sendo que apenas 6,25% têm como profissão ser trabalhador rural. Nesse sentido, Wanderley (2007) afirma que a maior parte das atividades não agrícolas exercidas pelos/as jovens fora do estabelecimento familiar são igualmente muito precárias e incapazes de abrir para os/as jovens novos campos profissionais.

Nesse contexto, Castro (2005) afirma que “ficar e sair” do campo é uma decisão mais complexa do que revelam as pesquisas sobre juventude do campo, visto que, nessas

---

<sup>14</sup> O Questionário aplicado no evento encontra-se no Anexo C.

<sup>15</sup> Evento realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Urandi, em 16/03/2014, com o objetivo de ampliar e dialogar sobre as políticas públicas para a juventude na busca por melhores oportunidades para a permanência do Jovem no Campo com qualidade de vida.



produções, o debate se torna binário, como se houvesse uma simples atração pelo mundo urbano e um desinteresse pelo trabalho rural. Distante dessa perspectiva, argumenta-se aqui que o "ficar e sair" do campo envolve a saída para continuar os estudos, a busca de opções que ofereçam melhores condições de trabalho e remuneração, a busca de autonomia em relação à família, a carência de políticas públicas no campo e, no caso das jovens, envolve também a exclusão do processo sucessório. Nessa perspectiva, Castro afirma (2005) que a dualidade entre ficar e sair é central para a percepção de que a mudança da realidade do/da jovem do campo demanda ações coletivas e políticas públicas de longo alcance que gerem transformações mais profundas na realidade brasileira.

### **3.2. Relações de gênero e/na Educação do Campo: articulações para pensar juventudes**

Como já foi explanado na seção anterior, não se pode falar em juventude e, sim, em juventudes, tendo em vista as múltiplas dimensões sociais que compõem e atravessam essa categoria. Assim, nesse trabalho, além de abordar a juventude do campo e de um determinado lugar, - o Semiárido, abordo essa categoria ainda na perspectiva das relações de gênero, pois, considero essencial para complexificar a compreensão das relações sociais que se estabelecem no campo.

A categoria gênero é assumida aqui como uma construção social e histórica, e se constitui como um instrumento de análise das relações sociais. O núcleo essencial da definição de gênero, na concepção de Joan Scott, baseia-se na conexão integral entre duas proposições: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (1995, p.86). No seio dessas relações sociais, a categoria gênero posiciona como, historicamente, as mulheres estiveram (estão) em condições de desigualdade perante aos homens, bem como indica como existe a produção de diferenças e hierarquias entre feminilidades e entre masculinidades.

A palavra gênero, segundo Linda Nicholson (2000. p. 01), é usada de duas maneiras diferentes, “de um lado o “gênero” foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a “sexo”, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. Aqui, “gênero” é tipicamente pensado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo”.

Fundamentalmente, rompe-se com uma argumentação natural e/ou biológica do gênero (e de suas repercussões desiguais) para pensá-lo como uma categoria que se constitui social e culturalmente. É importante destacar que, as relações de gênero são produzidas e reproduzidas socialmente, assim para uma compreensão mais ampla de gênero, segundo Guacira Lopes Louro (1995, p. 103),

Exige que pensemos que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico (portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de práticas sociais masculinizantes e feminizantes, em consonância com as diversas concepções de cada sociedade); como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são “generificadas”, ou seja, expressam as relações sociais de gênero). Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a idéia de formação, socialização ou educação dos sujeitos.

Nesse contexto, as relações de gênero são construídas em diversos contextos e espaços sociais (institucionalizados ou não), a exemplo da família e da escola, através de um processo educativo explícito e, muitas vezes, implícito, predominando tratamentos diferenciados para mulheres e homens, como afirma Amanda Cristina Lino (2013, p. 79),

O modelo capitalista de sociedade cria padrões de comportamentos (normatizações) formatando-se em um determinado modelo de homem e de mulher, no qual os processos educacionais, sejam eles escolares e não escolares, reproduzem modelos femininos e masculinos, em que a educação cumpre importante papel no processo de reprodução de tais formatações.

Assim, no decorrer da vida, diferentes pedagogias educam culturalmente homens e mulheres sobre como devem se comportar, agir e se relacionar, estabelecendo padrões de “ser homem” e “ser mulher”. Nesse sentido, em relação a padrões de comportamento, especificamente em se tratando da população do campo, Sônia Fátima Schwendler, destaca as distintas preocupações que os pais têm em relação à criação do filho e da filha e como acontece o processo de educação dos mesmos. Nesse contexto, segundo a autora,

A menina aprende com a mãe as lidas de casa e os cuidados para com os filhos, não aprendendo a discutir política, negociar, comercializar, discutir a produção, o que é ofício do menino, o qual também não aprende com a mãe as lides da casa e o cuidado com as crianças. Cabe à mulher dar à luz, cuidar dos filhos, manter a família, os trabalhos domésticos e a reprodução da força de trabalho, sendo-lhe destinado o papel de auxiliar no trabalho, como

extensão do lar. Analogamente, a mulher camponesa "ajuda" na roça. Na maioria das vezes, não lhe cabe decidir a produção, negociar, comercializar os produtos, discutir os créditos agrícolas - estas são colocadas como tarefas masculinas (2002, p.1).

Essa forma diferenciada de educar meninos e meninas produz reflexos na vida adulta, mantendo as mulheres na invisibilidade, tanto no trabalho doméstico, como no trabalho agrícola. Quando se trata das jovens mulheres, essas questões influenciam na decisão de sair ou ficar no campo. Segundo estudo realizado pela CONTAG (2012) em relação ao fluxo migratório de jovens rurais para as cidades, constatou-se que são as jovens mulheres que mais saem do campo. A potência da articulação entre juventude, trabalho e gênero evidencia-se quando essas jovens mulheres do campo são penalizadas por um processo de dupla discriminação, caracterizadas pela desvalorização do trabalho feminino e pelo fenômeno da invisibilidade juvenil.

Segundo Dagmar Meyer (2004, p. 15), gênero enfatiza a pluralidade e a conflitualidade dos processos “pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos femininos e masculinos, torna-se necessário considerar que isso se expressa pela articulação de gênero com outras ‘marcas’ sociais, tais como classe, raça/etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade”. Nesse trabalho, as relações de gênero aparecem articuladas às relações de classe e juventude. Nesse sentido, a categoria gênero não é vista como algo menor, por outro lado compreendo que a mesma não pode estar desatrelada da questão de classe, tendo em vista que se faz necessário:

Trabalhar gênero articuladamente com uma visão de classe, partindo da compreensão de que, para a superação das desigualdades sociais, é insuficiente que as mulheres da classe trabalhadora percebam e lutem por iguais condições com os homens, é necessário que possuam identidade de classe, para que possam compreender sua situação como trabalhadoras e lutar pelo fim da opressão de classes, o que exige a ruptura com a ordem sociometabólica do capital (CISNE, 2012, p. 107).

Na construção desse trabalho, classe e gênero são colocados no mesmo patamar, uma vez que, existem concepções que valorizam a luta de classes como uma luta maior e colocam a luta e pauta das mulheres como secundárias (LINO, 2013). Nesse sentido, Mirla Cisne (2012, p. 132), aponta que, “se faz indispensável para as análises de gênero uma visão de classe, a luta de classes articuladas com a luta contra a opressão de gênero é fundamental para

a conquista de uma sociedade livre com seres humanos emancipados”. A autora destaca ainda, que “a luta de classes dissociada da dimensão de gênero, não garantirá a conquista da liberdade, daí a necessidade de articular no plano teórico as dimensões de classe e gênero” (2012, p. 132).

Corroborando com esse pensamento, destaca Ricardo Antunes (2009, p. 110) “o fim da sociedade de classes não significa direta e imediatamente o fim da opressão de gênero”. Uma vez que a opressão masculina em relação às mulheres se faz presente também entre os que defendem e lutam pelo fim da sociedade de classes. Assim, a luta das mulheres por sua emancipação é cada vez mais necessária, contra as formas históricas de opressão masculina e decisiva para a construção de uma nova sociedade.

## 4 TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE URANDI/BA: TENSÕES, LIMITES E PERSPECTIVAS

### 4.1 Trabalho e juventudes em Urandi/BA: relações (im)possíveis para a permanência/migração no campo.

A permanência no campo tem sido um dos grandes desafios para as juventudes. Em se tratando dos/as jovens do município de Urandi/BA, essa realidade não é diferente. Assim como foi discutido na seção sobre as problemáticas contemporâneas das juventudes do campo, o trabalho é um dos problemas que mais os/as preocupam e impulsiona a migração campo/cidade. Quando questionados/as sobre o que precisam para permanecerem no campo, a questão do trabalho para a garantia das condições materiais de existência é determinante, como apresento no diálogo a seguir.

**Leidjane:** E pra vocês, assim, o que precisa hoje para o/a jovem permanecer no campo?

**Henrique:** Serviço.

**Paulo:** Serviço.

**José:** Organização.

**Vandi:** Um trabalho assalariado.

**Ravane:** Força de vontade, fulano foi pra São Paulo, eu vou também, lá eu vou consegui coisa melhor né? Ai quando chega lá, a saudade de casa, saudade de mainha, acontece muito isso.

**José:** Porque lá fora tem o retorno rápido e na propriedade na zona rural tem retorno, mas demora mais, então tem gente que quer retorno rápido, então quando volta fica mais difícil ainda.

**Isabela:** Serviço assalariado, porque assim, por conta disso, também um serviço assalariado lá na roça, não tem que sair em procura de empregos em outros lugares, deixar a família, então eu acho, essa questão de ter um salário fixo na roça, a pessoa passa ter todo mês ali pra poder pagar suas contas, pra sobreviver mesmo.

(Grupo Focal, Encontro I, 08/07/2015, p. 23 -24)

O diálogo do grupo apresenta questões importantes para a compreensão da realidade na qual encontra-se inserida a maior parte da juventude do campo, notadamente do Semiárido Brasileiro. Quando os/as jovens falam em serviço, fundamentalmente, refere-se a um trabalho que gere renda, *o retorno rápido*, para a aquisição de bens de consumo, e por vezes a garantia

do sustendo da própria família. Isso significa que o trabalho na agricultura é posicionado pelos/as jovens participantes da pesquisa como um trabalho distinto, pois não gera um retorno financeiro imediato. Assim, no contexto de Urandi/BA, a morosidade e/ou a ausência da garantia de renda no campo é um argumento que aparece como motivador para a saída dos/as jovens. Nessa lógica, a migração é impulsionada pela falta de condições materiais, para permanecerem no campo. Foi essa razão que determinou a saída da jovem Camila.

**Camila:** Eu fui pela questão da renda, na época não tinha renda, eu trabalhava em casa de família pra ganhar cinquenta reais por mês. Quando eu comecei trabalhar eu tinha onze anos de idade [...]. Então meu primo me chamou: - Camila, aqui tem um mercado, não paga muito não, mais paga trezentos reais. Foi aonde que eu fui e passei a gostar, mas aí a coisa foi ficando mais difícil, cê vai achando que vai melhorando, mas num vai, salário vai subindo, mais as coisa também vai subindo, loja lá é um absurdo, cê vai comprar uma roupa é quase um salário do mês, então não é igual aqui que as coisa é mais barata. Mais hoje eu não vou falar que não volto pra lá<sup>16</sup>, pois pode ter a precisão de voltar, **mais hoje eu prefiro ficar aqui.**

(Grupo Focal, Encontro II, 20 jul. 2015, p. 11).

Apesar da busca por melhores condições de sobrevivência, percebe-se que os/as jovens também enfrentam dificuldades no meio urbano, pois eles/elas estão mais vulneráveis ao desemprego e às formas de trabalho precárias (OLIVEIRA, 2013), uma vez que muitos/as desses/as jovens não possuem qualificação e experiência profissional para se inserirem no mercado de trabalho. Somado ao desejo de permanecer no campo, esses fatores podem provocar o retorno dos/as mesmos/as para o campo, como também pode ser constatado na fala da jovem Anny.

**Anny:** Eu morei em duas cidades, a primeira cidade foi Pitangueiras, a cidade não era muito boa, não. Mas, assim, muita dificuldade pra arrumar serviço, eu tinha experiência, tinha trabalhado aqui, eu tinha levado a carta de experiência, distribuí currículo, tipo assim, cinquenta currículos, mas acho que a cidade lá só chama se tiver alguém que te indique, fiquei lá e não arrumei serviço. Depois, mudei de cidade pra Presidente Prudente. Também não arrumei serviço. Meu esposo começou a trabalhar, chegou lá a empresa deixou a gente mais ou menos uns dois meses parado, meu esposo ficava em casa, não tinha cana pra cortar, não pagava, só diária, o que a gente levou que tinha ganhado antes, gastou tudo. No final, mandou embora por justa causa, até hoje está na justiça, ainda não recebeu nada, nem acerto, nem fundo de garantia, direito nenhum a gente não recebeu. **A gente veio embora, então assim, quanto mais eu viajei, quanto mais sair pra fora, a gente vê que aqui é bem melhor [...].**

(Grupo Focal, Encontro II, 20 jul. 2015, p. 09).

<sup>16</sup> A jovem se refere ao estado de São Paulo.

Como se pode observar nos depoimentos acima, nem sempre a saída para centros urbanos em busca de melhores condições de trabalho e geração de renda se concretiza. Pois, assim como no campo, a cidade também convive com o desemprego, com a precarização e informalização do trabalho. Nesse sentido, Antunes (2005, p.26) afirma que “em verdade, o sistema de metabolismo social do capital necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de trabalho parcial – *part-time*-, terceirizado, precarizado”.

Além da busca de trabalho nos centros urbanos em outros Estados, os/as jovens procuram alternativas no meio urbano no seu município de origem. No entanto, também convivem com o trabalho precarizado e sem garantias de direitos sociais, como destaca a fala do jovem José.

**José:** Muitas vezes o salário que uma pessoa vai ganhar aqui em uma loja, não vale a pena você sair da zona rural pra vim pra cidade. Eu acho que o mais viável é o jovem quando encontra é aqui na fábrica<sup>17</sup>, que é um salário já mais razoável, pelo que meus amigos que trabalham me falou e algumas outras ai que surgem. Mas, eu acho que a maioria aqui da nossa realidade do nosso município, a maioria é em loja, essas coisas, nem carteira assinada é. Então, a gente fica um pouco assim desmotivado pra vim pra cidade trabalhar com o salário baixo e a gente não tem uma segurança, mas na zona rural tem suas oportunidade, em casa de família, já tem as jovens ai que já estão na costura, tem outras realidades, né? [...].

(Grupo Focal, Encontro I, 08 jul. 2015, p. 13).

Na fala acima, observa-se a informalização como uma característica fortemente relacionada ao trabalho nas cidades brasileiras, sobretudo nos pequenos municípios. Nesse sentido, afirma Maria de Nazareth Warderley (2007, p.32),

O encaminhamento para outras profissões encontra, igualmente, limites no restrito dinamismo socioeconômico dos pequenos municípios, onde vivem esses jovens. Os lugares rurais são distantes e nas sedes municipais, as oportunidades de caminhos alternativos são igualmente muito restritas.

No âmbito do sistema capitalista, as relações de gênero produzem experiências e oportunidades distintas para os/as jovens também no campo da geração de renda, mesmo que todos/as estejam em situação de precarização do trabalho. Nesse contexto, as falas dos/as participantes evidenciam que as jovens encontram como alternativas de renda no meio urbano

<sup>17</sup> O participante se refere à fábrica do Grupo Sudotex, direcionada exclusivamente ao setor têxtil, que se constitui como a maior geradora de empregos no município de Urandi/BA.

o trabalho doméstico e em estabelecimentos comerciais. Enquanto que os jovens procuram meios de renda, principalmente, em grandes fazendas do agronegócio. A fala do jovem José destaca que esse é um trabalho igualmente precarizado.

**José:** Eu trabalhei em uma Fazenda, mas não foi uma experiência boa, tem experiências melhores. Foi próximo a Luiz Eduardo, Roda Velha. Trabalhei três ou quatro meses, mas não foi bom não, não respeitava a gente, né? Questão do agrotóxico, **a gente tava na lavoura e eles aplicando agrotóxico em cima da gente.** E é um lugar assim, solitário, porque não tinha transporte pra sair, a gente ficava só na fazenda ali, vendo a cara das mesmas pessoas, preso. É assim, ganha dinheiro, eu mesmo ganhei muito dinheiro, mas **prefiro o pouco do que o muito e depois se lascar lá na frente.** [...] Vou pra outro lugar, se eu precisar vou pra outro destino, mas pra fazenda não vou mais não.

(Grupo Focal, Encontro II, 20 jul. 2015, p. 10).

Vendramini (2010) afirma que o campo do agronegócio é um espaço de grande exploração dos/as trabalhadores/as, especialmente do trabalho temporário, onde esses/as estão expostos a condições de trabalho precárias e degradantes como pode ser constatado no relato do participante.

Diante das experiências apresentadas pelos/as jovens participantes, percebe-se a centralidade do trabalho, enquanto fator determinante para a decisão entre “ficar” e “sair” do campo.

4.1.1 *Prefiro o pouco do que o muito e depois se lascar lá na frente:* possibilidades para permanecer no campo.

Tanto nas dificuldades encontradas, tanto no trabalho agrícola, quanto na saga em busca de trabalho nas pequenas e grandes cidades, os/as jovens do campo têm procurado alternativas de permanecer no campo através do trabalho não agrícola. *Procuramos montar uma confecção de costura pra ter um salário lá do rural mesmo* (Isadora, Grupo Focal, Encontro I, 08/07/2015, p. 08). *Estou no corte e costura, tô trabalhando nas costuras, é o que eu tenho de profissão* (Camila, Grupo Focal, Encontro I, 08 jul. 2015, p. 12). Nesse sentido, Maria José Carneiro (2008, p.260) afirma que

A ampliação das opções de trabalho não-agrícola no campo é um fenômeno generalizado, surtindo efeitos positivos especialmente sobre a juventude. A valorização dessas ocupações por meio de cursos de capacitação é uma



necessidade diretamente associada à ruptura com a precariedade das relações de trabalho e remuneração.

A autora afirma ainda que “a combinação da atividade agrícola com a não-agrícola deve ser encarada também como uma saída tanto para aumentar o rendimento familiar (e individual) como para criar espaços valorizados de inserção econômica e social da mulher” (ibidem, 2008, p.261). Desse modo, apesar das dificuldades vivenciadas no dia a dia, os/as jovens de Urandi/BA demonstram compreender o campo como espaço também de produção de experiências positivas, a exemplo das políticas públicas de convivência com o Semiárido. Em suas falas, eles/elas reconhecem os avanços na melhoria da qualidade de vida ocorrida nos últimos anos, como destaca o jovem João, *o que eu achei interessante é a permanência da família no campo, [...] e também tem algumas melhorias que já vem acontecendo, como exemplo, as cisternas, as cisternas de produção que algumas pessoas têm, agora tem água encanada, luz, tem muita melhoria* (Grupo Focal, Encontro I, 08 jul. 2015, p. 06).

Essa fala do jovem João evidencia a opinião da maioria dos/as jovens participantes da pesquisa acerca da importância das políticas de convivência com o Semiárido, as quais são indicadas como elementos fundamentais para a melhoria da qualidade de vida no campo. Nesse sentido, Eugênia da Silva Pereira (2015, p. 52) ressalta que as ações dessas políticas,

Disseminaram tecnologias sociais, como a cisterna de placas, que tem contribuído com o homem e a mulher do campo, tornando possível o armazenamento de água da chuva para utilizá-la, sobretudo, no período da estiagem. A partir da cisterna de consumo do PIMC, outras tecnologias foram sendo (re)criadas e implementadas. Isso demonstra a afirmação e a efetivação da política de convivência com o semiárido tanto pela implementação de tecnologias sociais como pelo protagonismo das pessoas que vivem nessa região.

Os/as jovens participantes dessa pesquisa também destacam o armazenamento de água, por meio da captação da água de chuva como um elemento imprescindível para a sobrevivência no Semiárido.

**José:** Como a gente mora no semiárido, tem época de chuva e época de seca, [...] na época da chuva a gente tem como armazenar água que desce muita água, pelo tanto de chuva que tem, **tem como armazenar para conseguirmos permanecer na época da seca com a hortaliça, com a criação de animais**, pra viver né? Com melhores condições na zona rural. (Grupo Focal, Encontro I, 08 jul. 2015, p. 09).

**Isadora:** [...]Tem a cisterna que foi uma grande melhoria lá na zona rural, igual os meninos já falaram que quem tem a cisterna hoje não compra mais alimento aqui na rua, com veneno, tá produzido o seu própria alimento sadio, todo mundo tem sua hortinha e quem não tem já procura ir comprar no vizinho que já tem.[...]

(Grupo Focal, Encontro I, 08 jul. 2015, p. 08).

Os/as jovens demonstram compreender a lei da convivência ressaltada por Roberto Malvezzi (2007, p. 13) o autor afirma que “a primeira lei da convivência com o Semi-Árido, então, é a captação inteligente da água da chuva, uma prática milenar, usada pelo povo de Israel desde os tempos bíblicos” A concepção de convivência dos/as participantes perpassa pela estocagem de água para consumo e produção de alimentos. Nesse sentido, os/as mesmos/as destacaram a cisterna de produção – tecnologia implementada pelo Programa Uma terra e Duas Águas – como determinante para a produção de alimentos e garantia da segurança e soberania alimentar.

No entanto, apesar dos avanços conquistados nos últimos anos, Pereira (2015, p. 127) afirma que “o povo do Semiárido não pode se contentar com algumas políticas públicas que minimizem as dificuldades de sobrevivência, mas se organizar e lutar por outra forma de sociabilidade em que haja justiça e igualdade para todos”.

#### 4.1.2 *Eu gosto da roça*: Sentimentos de pertencimento

Os/as jovens participantes dessa pesquisa vêm o campo de forma positiva; têm orgulho de serem do campo: *eu tenho orgulho de morar na zona rural* (Ravane, Grupo Focal, Encontro I, 08 jul. 2015, p. 06). Muitos/as querem permanecer e aqueles/as que já saíram ressaltam, *quanto mais eu viajei, quanto mais sair pra fora, a gente ver que aqui é bem melhor...* (Anny, Grupo Focal, Encontro II, 20 jul. 2015, p. 09). Quando se trata de perspectivas para o futuro, o desejo de permanecer também prevalece, *no futuro eu espero que eu esteja morando na zona rural, no campo, que eu gosto muito*. (Anny, Grupo Focal, Encontro II, 20 jul. 2015, p. 4).

Apesar de todas as dificuldades e limitações, Wanderley (2007, p. 32) afirma que “a vida no campo é positivamente valorizada por uma grande parcela dos jovens. Os aspectos positivos aventados dizem respeito às raízes pessoais, aos laços familiares e de amizade, à proximidade da natureza e à qualidade de vida no campo”. Dialogando com essa afirmação, é

possível perceber que apesar das dificuldades enfrentadas pelos/as jovens para permanecerem no campo, muitos/as jovens desejam continuar vivendo no campo.

Diante disso, é possível perceber que “os/as jovens rurais migram não apenas por um ideal de vida urbano, mas principalmente na tentativa de atender suas necessidades básicas, uma vez que as políticas públicas ainda são precárias no campo” (CONTAG, 2012, p. 17). Desse modo, considero que as experiências dos/as jovens urandienses evidenciam o resultado da pesquisa realizada por Guimarães (2008), na qual o trabalho não perdeu sua centralidade entre os/as jovens brasileiros/as. Ao contrário disso, o trabalho está na ordem do dia entre a juventude e se expressa por necessidade, independência, crescimento, autorrealização, dentre outras razões.

#### ***4.2 É por isso que as mulheres ganham o prêmio mais baixo, porque não paga nada: juventudes e relações de gênero no contexto de Urandi/BA***

Como já anunciado nesse estudo, a categoria gênero é compreendida como um marcador que “advém da necessidade de desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres, analisadas, pois, como construções sociais, determinadas pelas e nas relações sociais” (CISNE, 2012, p. 77). Historicamente, a subordinação e a opressão das mulheres, foram atribuídas à anatomia dos seus corpos, de acordo com Dagmar Meyer e Priscila Dornelles (2013, p. 49),

pode-se encontrar o corpo tematizado como um elemento importante dos processos de produção, manutenção e transformação de identidades sociais e culturais e, concomitantemente dos processos de diferenciação, hierarquização e desigualdade social: a força corporal foi por muito tempo, um importante argumento, entre outros, para explicar a superioridade dos homens sobre as mulheres; e ainda está aí para dar conteúdo ao jeito para jogar futebol, por exemplo; características anatômicas como tamanho e formato da bacia explicaram e justificaram a maternidade como destino natural da mulher; possuir um pênis ou a vagina nos vincula, naturalmente, ao exercício de determinadas formas de sexualidade.

Assim, por muito tempo e ainda hoje, foram ensinadas às mulheres as atividades que são consideradas como apropriadas ao seu sexo, a forma como devem se relacionar e se comportar no ambiente público e privado. Dessa forma as desigualdades foram/são perpetuadas e naturalizadas.

Para além das evidências históricas, atualmente, em diversos espaços, veicula-se a ideia de que essa discussão sobre a desigualdade, opressão e subordinação das mulheres em relação aos homens não se faz mais necessária, visto que, nesse plano argumentativo, há uma ideia de que as mulheres já alcançaram a igualdade com os homens. Durante os encontros do grupo focal, mais especificamente no Encontro III, essa posição ficou evidente.

**Adrielly:** O trabalho hoje, entre homens e mulheres, ainda tem um pouco de preconceito, mas não é muito como antigamente. Porque, hoje, **basta ela estudar e querer que ela pode ter a mesma profissão que o homem**. Se ela lutar pelo direito dela e correr atrás, que hoje mulher tem até presidenta, que não tinha antigamente. Mulher, antes, não estudava; hoje, já tem médica, já tem professora. Mulher, hoje, pode tomar a decisão que ela quiser. Pode ter a profissão que ela quiser, ganha bem, tem muitas que não dependem do marido mais, tem sua liberdade, pode pagar para cuidar dos filhos, por exemplo.

**Leidjane:** Sim. Agora eu queria que a gente pensasse um pouco na mulher nossa do dia a dia, ou seja, a nossa vizinha, nossa mãe, nossas irmãs, e nós mesmas. Isso que Adrielly falou vale para as nossas mulheres que convivem com a gente no dia a dia? Essa independência financeira?

**Camila:** Tem muitos casos.

**Anne:** Tem, mas, são exceções. Se a gente for analisar, a maioria são exceções. Muitas continuam dependentes do marido.

**Ravane:** Às vezes é falta de oportunidade. Muitas não têm oportunidade pra tá estudando, pra ter um serviço melhor e outras não têm oportunidade em questão de vida financeira, tem esse lado também.

**José:** **Eu creio também que mesmo a mulher estudando, a mulher batalha bem mais que o homem pra conseguir.**

(Grupo Focal, Encontro III, 03 ago. 2015, p. 05-06)

Ao analisar a condição das mulheres do campo, esse argumento que supõe uma atual condição de igualdade entre homens e mulheres é colocado em conflito com a realidade social quando as/os participantes são estimuladas/os a refletirem sobre a questão, principalmente, quando provocados a olhar para a realidade das mulheres camponesas com as quais convivem. A descrição da jovem Adrielly parece ser fruto de uma percepção crescente na sociedade, na qual existe uma mulher independente, *que pode tomar a decisão que ela quiser*. Contudo, essa afirmação está distante da realidade do campo e, certamente, da realidade urbana, se considerarmos análises sociais de gênero produzidas no contexto brasileiro.

Sobre essa percepção, Mirla Cisne considera que “há uma falsa e vulgar idéia de que as mulheres já atingiram um patamar de igualdade social com os homens, se libertaram,

adquiriram independência, já ocupam grande parte do mercado de trabalho, enfim, já temos uma nova mulher” (2012, p.85). Desse modo, na realidade do campo, essa mulher independente e autônoma ainda é exceção. Pode-se desconstruir essa premissa ao analisarmos a experiência de vida das jovens mulheres participantes dessa pesquisa, as quais muito cedo assumiram o desafio da maternidade, são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e da criação dos/as filhos/as; encontram dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho e são constantemente vigiadas em suas escolhas de práticas esportivas e de lazer, informações que observaremos em depoimentos posteriores.

Essa desigualdade entre mulheres e homens, segundo Amanda Cristina Lino (2013, p. 79), é um processo que está explícito na realidade do campo, mas não é um processo exclusivo desse, visto que é “característico da sociedade capitalista como um todo, de um modelo econômico e social estruturado na propriedade privada, que reproduz as desigualdades que se intersecciona nas relações sociais, econômicas e de gênero”. Nesse sentido, a ideia de que as mulheres já atingiram um patamar de igualdade com os homens é ilusório tanto para as mulheres do campo, quanto para as mulheres urbanas.

Ainda que muitas mulheres trabalhem fora do ambiente doméstico, essas continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado com a casa e com os/as filhos/as, em geral, acumulando uma dupla ou tripla jornada de trabalho. Segundo Betânia de Melo Ávila (2013, p. 234), “a dupla jornada é a denominação que se tem dado ao movimento causado pela sobreposição de tarefas do trabalho remunerado e não remunerado no cotidiano”. Essa acumulação de tarefas pode ser observada na fala seguinte.

**Camila:** É que não tenho a horta, minha casa é nova não tem a cisterna ainda, mas pretendo fazer minhas hortas, ganhar a cisterna, fazer pra plantar hortaliças, **por enquanto estou no corte e costura, tô trabalhando nas costura, é o que eu tenho de profissão, fora as tarefas de casa que a gente chega tem tudo para fazer, menino pra cuidar, que eu tenho dois. Levanta cedo para mandar pra escola, vai trabalhar chega tem que fazer janta, cuidar de casa, dá pra ir se virando**, as hortas eu não tenho, então não vou falar que eu cuido, porque não tenho.

(Camila, Grupo Focal, Encontro I, 08 jul. 2015, p. 09).

A fala da participante deixa evidente que, mesmo a mulher exercendo outra profissão, as tarefas domésticas ainda são de sua responsabilidade. Nesse contexto, Mirla Cisne (2012, p.124) enfatiza que “além da docilidade e passividade historicamente aproveitadas e difundidas pelo capital, a educação destinada às mulheres com o objetivo de dar conta de

várias atividades ao mesmo tempo – por exemplo, cuidar dos filhos, da cozinha e da lavagem de roupas simultaneamente”. Nesse sentido, é importante ressaltar a dupla ou tripla jornada de trabalho não atinge os sujeitos homens.

Outro aspecto a ser considerado quando atravessamos a categoria gênero ao contexto dos/as jovens do campo é a invisibilidade do trabalho feminino. No contexto das falas, é perceptível que a jovem mulher do campo, além da dupla jornada de trabalho, convive ainda com a invisibilidade tanto do trabalho desenvolvido na agricultura, quanto do trabalho doméstico. Essas formas de trabalho, em geral, para homens e para mulheres, não são posicionadas como trabalho, pois não são ações que gerem remuneração.

**Anny:** O costume está mudando. Porque antigamente a mulher ficava fazendo o serviço da roça, mas ficava mais a dona de casa. E, hoje, a mulher está saindo; a mulher também está trabalhando; mulher também está estudando. Então, não tem como a mulher dá conta de tudo. A mulher cuida da casa, trabalha e estuda. Trabalha e vai cuidar do filho não tem como a mulher dá conta, tem que ajudar nem que seja um pouco, colaborar, deixar limpo, manter limpo, mas tem que ter uma colaboração, nem que for o mínimo um pouquinho, mas tem que ter.

(Grupo Focal, Encontro I, 08 jul. 2015, p. 23)

A fala da jovem Anny evidencia a naturalização da relação mulheres e trabalho doméstico quando a menção sobre o trabalho doméstico realizado pelos homens é considerado apenas como uma ajuda e/ou uma colaboração com as responsabilidades naturalizadas como do universo das mulheres. A divisão tradicional de papéis distintos para mulheres e homens, segundo Sônia Fátima Schwendler (2002, p.1), “se sustenta numa rígida divisão sexual do trabalho que tem, historicamente, relegado à mulher um papel secundário no trabalho, na vida política, nas lutas sociais, responsabilizando-a pelo trabalho não-visível”. Essa divisão dos papéis entre homens e mulheres evidencia que mesmo a mulher tendo garantido conquistas no campo dos direitos, ainda prevalecem desigualdades diversas.

A ênfase em distintos destinos para homens e mulheres a partir da naturalização e/ou essencialização do gênero movimentam a educação familiar e escolar distinta de meninos e meninas, como afirma Schwendler (2002). Nesse processo, têm-se as meninas que aprendem com as mães os trabalhos domésticos, enquanto que os meninos não são posicionados como próprios e/ou possíveis nesse contexto. Essa questão se reflete também com os/as participantes dessa pesquisa. A maior parte dos jovens não tem o hábito de realizar as tarefas domésticas, como podemos observar a seguir.

**João Pedro:** Pelo menos quando mãe sai de casa, ela e minha irmã sai, eu tenho que fazer comida, lavar a panela, se não, não come.

**Leidjane:** Quando precisa, você faz?

**João Pedro:** Quando precisa, eu faço.

**Henrique:** Eu também, quando precisa tenho que fazer.

**Leidjane:** E, geralmente, precisa ou é difícil de precisar?

**Henrique:** Difícil, só quando minha mãe sai pros canto, quando minha irmã não tá, eu tenho que fazer.

**Jhony:** Mesmo quando não precisa, mãe estar fazendo o almoço, lavo a louça lá, aí eu vou lá e vejo que ela já está ocupada com almoço, que tem que sair na hora, aí pego e ajudo. Não só nos momentos que ela não está. Sempre tem que dá uma força também pra adiantar as coisas pra ela.

**José:** Eu também só quando precisa, lá em casa eu moro com minha avó, minha avó já é de idade, esses trabalho, questão de quando tinha a irmã dela aqui, que ajudava lá em casa aí eu tinha que fazer os trabalhos mais pesados, aí um tempo ficou sem, aí minha avó, aí eu lavava, essas coisas, ajudava com o terreiro, as vasilhas tinha minha irmã, eu não gosto muito de mexer na cozinha, mas meu irmão gosta, mas eu fazia, agora tem outra menina ajudando, agora assim, só quando precisa mesmo, agora que eu ver que estou atrasado, não peço eu mesmo faço, mas é só quando precisa.

**Vandi:** Comigo particularmente, não vou menti mesmo, eu não pratico muito esses tipos de serviço, de vez em quando eu lavo uma peça de roupa minha, um sapato coisa assim, um bonê, mas, geralmente, cozinha e essas coisa doméstica de casa, eu não.

**Paulo:** Eu também assim muito pouco, eu não faço quase nada e de vez em quando eu ajudo sé é molhar as planta, de vez em quando.

(Grupo focal, Encontro I, 08 jul. 2015, p. 20-21)

Diante das falas dos jovens, é possível constatar que apenas um deles ajuda com frequência nos afazeres domésticos, sendo que os demais só realizam essas tarefas quando não tem mulheres para realizá-las. Nesse sentido, Betânia de Melo Ávila (2013, p. 133) afirma que

No trabalho produtivo há uma captura das habilidades desenvolvidas no trabalho doméstico, que, dessa forma, além de ser apropriado como uma forma de exploração do trabalho das mulheres, pode funcionar também como um meio de reafirmar a naturalização dessas habilidades como algo inerente à concepção de um ser feminino.

Em contraposição ao relato dos jovens, que afirmaram que somente pontualmente desenvolvem os trabalhos domésticos, as jovens participantes dessa pesquisa relatam desenvolver todos os afazeres domésticos, como pode ser observado nos relatos abaixo.

**Isabela:** Eu lavo roupa, faço comida, arrumo a casa, olho menino (risos)

**Elisa:** Eu só não olho menino.

**Isadora:** Faço de tudo

**Camila:** Eu também faço de tudo, Marcos eu não vou falar que ele não faz porque ele faz, louça ele lava, agora roupa, banheiro tenho que lavar, se vira pra fazer almoço, ontem mesmo ele tava lá, daqui que vou fazer essa carne, foi lá e fez, se for pra ele fazer ele faz, então casa eu não preocupo, (risos) igual eu estou trabalhando, **faz meio mais ou menos, mas faz, não é igual a gente, não capricha, varre e passa um paninho não é igual a gente**, ele varre, o que for pra fazer ele faz, até comida se for pra ele fazer tem hora que estou lá rápida chego e tem outra tarefa pra fazer, ele ajuda eu lá e ele vai e olha os meninos.

(Grupo focal, Encontro I, 08 jul. 2015, p. 21)

A fala da participante Camila destaca que o esposo ajuda nas tarefas domésticas, no entanto, a mesma ressalta que *faz meio mais ou menos, mas faz, não é igual a gente, não capricha*. Nesse sentido, Parry Scott e Rosineide Meira Cordeiro (2013, p.133) afirmam que metade das mulheres “reconhecem uma “incompetência masculina” em realizar tarefas de casa”. Assim, as mulheres contribuem para a naturalização de que o trabalho doméstico “é coisa” de mulher.

Como pode ser observado, tanto no diálogo dos jovens como no das jovens, o trabalho doméstico é visto como uma ajuda para as mulheres. Desse modo, Segundo Betânia de Melo Ávila (2013, p. 233),

A divisão sexual do trabalho também aparece no interior da esfera do trabalho reprodutivo através da distribuição desigual de trabalho entre homens e mulheres e de uma diferenciação de tarefas. As mulheres majoritariamente responsáveis por esse trabalho, realizam todas as tarefas necessárias e imprescindíveis para a manutenção da vida cotidiana, enquanto os homens, minoritariamente envolvidos nesse trabalho, realizam tarefas pontuais, em geral consideradas como apoio ou suporte àquelas de responsabilidade das mulheres.

Os/as jovens participantes desse estudo possuem a faixa etária de 17 a 26 anos. Sendo que, das oito jovens mulheres participantes, seis são casadas e sete possuem filhos/as. Dos jovens homens, os sete participantes são solteiros e não possuem filhos/as. A idade dos companheiros das participantes compreende a faixa etária de 24 a 32 anos. Esses dados corroboram com resultados da pesquisa realizada por Scott e Cordeiro (2013, p. 132) no qual



as autoras afirmam que “no campo começa-se a vida reprodutiva mais cedo do que na cidade. As mulheres do campo entram na vida reprodutiva muito mais cedo do que os homens, 41% tendo tido filhos antes de completar 18 anos, enquanto apenas 16% dos homens tiveram filhos com esta idade”. Isso evidencia que, no campo, o lugar do privado e as competências daquele contexto ainda são destinadas às mulheres e/ou naturalizadas como espaços de atuação próprios a esse corpo.

Ainda que as mulheres desenvolvam atividades consideradas do âmbito masculino, em muitos desses espaços têm tratamento desigual. Isto é evidenciado nas práticas esportivas e de lazer, como observa-se no diálogo a seguir.

**Isabela:** Geralmente é assim, os homens joga meia hora e as mulheres joga quinze, eu acho isso um absurdo. Tem essa diferença, porque é homem tem que jogar mais tempo que as mulheres? Aí tem um campeonato, o prêmio das mulheres é duzentos reais e dos homens é quinhentos.

**Camila:** Só que o homem paga o torneio e a mulher não paga. (risos).

**Vitória:** É por isso que as mulheres ganha o prêmio mais baixo, porque não paga nada.

**Isadora:** Mas são poucos os torneios que as mulheres não pagam.

**Adrielly:** Nós não! É o treinador que paga pela gente, não é nós mesmo. Mesmo assim ainda tem um preconceito contra a mulher ainda. Porque o homem tem sua moto, na hora que ele quiser ir no jogo ele vai, a mulher não, tem que tá procurando alguém pra levar, tem umas que tem que chegar cedo em casa por causa da família, tem umas que o marido tem que tá junto no dia, o marido não vai, ela não vai, aí tem isso também.

(Grupo Focal, Encontro III, 03 ago. 2015, p. 03).

As participantes ressaltam tratamentos desiguais na prática do futebol, visto que o tempo das partidas é desigual. Em geral, as mulheres jogam menos tempo que os homens. Além disso, a premiação destinada às mulheres é inferior à dos homens. Por fim, as dificuldades sociais para poderem participar dessa prática esportiva funcionam cotidianamente.

Diante das experiências relatadas pelas participantes, percebemos mais uma vez que o mito da igualdade cai por terra. Nesse aspecto, segundo Meyer e Dornelles (2013, p. 51), “essa normalidade é socialmente inventada, requer investimentos e esforços e implica custos, tanto para quem a repete e reafirma quanto e, sobretudo, para aqueles que buscam escapar dela”.

Nesse contexto, a transformação das relações de gênero requer compreendermos que “a diferença não é natural, mas sim naturalizada. A diferença é produzida através de processos discursivos e culturais. A diferença é ‘ensinada’” (LOURO, 2008, p. 22). Nessa perspectiva, acreditamos e lutamos por uma sociedade em que as mulheres devem ser social, econômica e politicamente iguais aos homens e para que tenham os mesmos direitos e oportunidades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de escrita desse trabalho foi atravessado por angústias e inquietações que decorrem do ato de escrever, mas, também, de muito contentamento em abordar temas que se entrelaçam com a minha realidade e pela satisfação em concluir uma etapa da vida acadêmico-profissional – o mestrado. Quando “olho para o meu passado”, minha trajetória enquanto estudante, percebo que consegui chegar mais longe que a maioria das pessoas do meu convívio, da minha família e da minha comunidade. Mas, compreendo que se cheguei onde estou, isso se deve, principalmente, aos espaços de militância e de vivências nos quais me constitui como sujeito político implicada com os temas abordados nesse estudo, *juventudes do campo, trabalho e relações de gênero*.

A realização dessa pesquisa foi determinada por escolhas, teóricas e metodológicas, mas, principalmente, pela escolha de um lugar - o Campo - e de sujeitos específicos – as Juventudes. É desse enredo de envolvimento político-acadêmico e de vivências no âmbito pessoal e profissional que escolhi o campo do ‘meu lugar’ – o município de Urandi/BA – para a realização da pesquisa apresentada nesse relatório. Esse lugar onde as minhas vivências e inquietações se entrelaçaram com as inquietações dos/aas sujeitos participantes da pesquisa.

Para ouvir esses/as jovens, fiz a opção pelo grupo focal enquanto instrumento metodológico, o qual mostrou-se como uma escolha acertada no decorrer da pesquisa. Principalmente, porque sua potência se evidenciou na possibilidade de produção de debates e de posições dos sujeitos da pesquisa, bem como tornou-se um espaço formativo, de construções e aprendizagens coletivas. Nesse espaço, foi possível perceber e produzir informações sobre as especificidades dos/as jovens do campo do município de Urandi/BA.

A partir dos relatos expressos pelos/as jovens do campo e do aporte teórico-metodológico acionado, construímos algumas considerações em relação ao questionamento proposto para nortear a investigação: quais são as tensões, limites e perspectivas da relação trabalho e gênero vivenciadas pelos/as jovens do campo no município de Urandi/BA e quais suas implicações para a permanência do/da jovem no campo no contexto do Semiárido baiano?

No que tange aos limites e às tensões da relação dos/as jovens com o trabalho, os resultados desse estudo demonstraram que essa categoria é central para a juventude urandiense, constituindo-se como um fator determinante para permanecerem no campo. Assim, a falta das condições materiais de existência aparece como fator principal para a migração dos/as jovens do campo para contextos urbanos. Os resultados dessa análise demonstraram que a permanência/migração está permeada de tensões e conflitos e essa decisão de sair/ficar no campo está relacionada, principalmente, com a precarização e a desvalorização do trabalho do campo. Junto a isso, é fundamental ressaltar que essa pesquisa evidenciou e problematizou os resultados do processo de migração de jovens do campo para a cidade: a continuidade de acesso a posições precarizadas de trabalho. O relato dos/as jovens já migrantes e participantes dessa pesquisa demonstrou que a ida para os contextos urbanos nem sempre significa melhores condições de trabalho e renda.

Além disso, ao atravessarmos as relações de gênero às discussões sobre juventudes do campo, esse estudo problematizou ainda como as relações de gênero funcionam na vida das juventudes do campo, constituindo esse contexto de desigualdades, por vezes, naturalizadas. Nessa análise, indicamos que a naturalização dessa condição pelos sujeitos do campo dificulta a construção do debate nos espaços formativos, bem como a luta pela superação das relações desiguais de gênero. Assim, apontamos a necessidade de incorporação e ampliação das discussões de gênero no contexto do campo nas diversas ações promovidas em torno da formação política dos/as sujeitos do campo. Dentro dessa linha, ressaltamos a contribuição dessa pesquisa para o fortalecimento e o engajamento político na luta contra as opressões e discriminações de gênero na sociedade.

Os resultados desse trabalho desenvolvido apontam para uma etapa de conclusão do Mestrado Profissional em Educação do Campo, mas, de forma mais contundente, evidenciam caminhos e possibilidades para a construção de processos formativos com as juventudes do campo e a reflexão da condição de ser jovem do campo.

O diálogo com as juventudes reforçou uma posição político-acadêmica de que o campo é o nosso lugar. O lugar que requeremos ficar. Mas, ao contrário das escolhas que fiz para realizar essa pesquisa, essa escolha entre ficar e sair do campo não depende do esforço individual de qualquer jovem e, sim, das ações coletivas e da promoção de políticas públicas que possibilitem a permanência das juventudes no campo.

Com a intencionalidade de socializar e, se possível, multiplicar a experiência formativa do grupo focal, elaboramos o caderno metodológico “*Construindo caminhos com as juventudes do campo: do semear à colheita*”. O objetivo foi apresentar a experiência de pesquisa formativa realizada com os/as jovens do campo para que essa seja acionada como referência para a construção de modelos similares e de outros modos de formação com essas juventudes. Nesse caderno, apresentamos sugestões temáticas e metodológicas, as quais se apresentam menos como receitas e mais como um modo de organização do trabalho formativo. Nesse sentido, indicamos, ainda, a necessidade da construção de novos temas e de outras possibilidades formativas que dialoguem com esse público do campo.

Por fim, no que pese os seus limites, ressalto que esse estudo se coloca como uma contribuição para o debate da temática juventudes do campo no meio acadêmico, bem como aciona visibilidades dos/as jovens e das relações de trabalho e gênero que os constituem no município de Urandi/BA.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ASA. **Caminhos para a Convivência com o Semiárido**. Recife: ASA, 2009.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. VENTURINI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013.

BAPTISTA, Naidison de Quintela; CAMPOS, Carlos Humberto. Caracterização do Semiárido brasileiro. In: CONTI, Irio Luiz. et al (Org.). **Construindo saberes, cisternas cidadania: formação para a convivência com o semiárido**. FAURGS/REDEgenteSAN / IABS / AECID / MDS / Editora IABS, Brasília – DF, 2014.

BOGO, Ademar. A questão da Educação do Campo e as contradições da luta pelo direito. In: NASCIMENTO, A.D., RODRIGUES, R.M.C., SODRÉ, M, D.B. (Org.). **Educação do Campo e Contemporaneidade**. Salvador, EDUFBA, 2013. p. 91 – 108.

BRASIL. IBGE CENSO 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=293260&search=bahia|urandi>. Acesso em: 05 de set de 2014.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: Notas para uma Análise de Percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.) **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão** – Brasília: MDA/MEC, 2010.

\_\_\_\_\_, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. CD ROM: Especialização Latu Sensu em Educação do Campo – UAB/UNIMONTES / Módulo II. 2009.

CAMARANO, Ana Amélia (Org) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

CARVALHO, Luzineide Dourado, As representações política e geográfica sobre o Semi-Árido Brasileiro e o planejamento e gestão territorial. In: Caderno Multidisciplinar – **Educação e Contexto do Semi-Árido Brasileiro: Currículo, contextualização e**

complexidade: Elementos para se pensar a escola no Semi-árido. V. 1 – Juazeiro-BA: Selo Editorial RESAB, 2007.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005.

\_\_\_\_\_, Elisa Guaraná de. Juventude do campo. In: CALDART, Roseli Salete (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões. 2012.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Programa Jovem Saber: Lições do Jovem Saber**. Brasília: 2012.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Revista da Juventude Rural**. Brasília, 2007.

D'AGOSTINI, Adriana; TITTON, Mauro. **Política de formação de professores para educação do campo: limites e possibilidades**. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 155-173, jun. 2014. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/10218>.

DAL'IGNA, Maria Cláudia. **Família S/A: Um estudo sobre a parceria família-escola**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2011.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo. **A Dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. M. **Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial**, 2004. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão Agrária do Brasil: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe**. *Revista Brasileira de Educação*. v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. p. 168 – 194. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a14.pdf>. Acesso em: 10 de mai de 2015.

\_\_\_\_\_, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 1129-1159, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>. Acesso em: 10 de mai de 2015.

\_\_\_\_\_, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, Roseli Salete (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_, Gaudêncio. **Educação e Trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora**. *Perspectiva*, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001. Disponível em:

[http://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGQTSCM/documentos/educacao/04\\_frigoatto.pdf](http://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGQTSCM/documentos/educacao/04_frigoatto.pdf). Acesso em: 20 de set de 2014.

\_\_\_\_\_, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: Teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho**. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 25-54.

\_\_\_\_\_, Gaudêncio. Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: MUNARIN, Antonio et al (Org.). **Educação do campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 19-46.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal em ciências sociais e humanas**. São Paulo, Líber Livro, 2005.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel. BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.s). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

HADDAD, Sérgio. Direito à Educação. In.: CALDART, Roseli Salette. et all. (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012. P. 215-222.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos Homens: trabalho e ser social**. 3.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

\_\_\_\_\_, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LINO, Amanda Cristina. A participação das mulheres sem terra em busca de sua emancipação: uma intersecção entre gênero, classe e sexualidade. **REU**, Sorocaba, SP, v. 39, n. 1, p. 71-86, jun. 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, História e Educação: construção e desconstrução**. Educação e Realidade, Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v.20, n.2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

\_\_\_\_\_, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-posições, v. 19, n. 2, maio/ago. 2008.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007. (Pensar o Brasil).

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



MATTOS, Beatriz Helena Oliveira de Mello. Natureza e sociedade no semi-árido brasileiro: um processo de aprendizagem social? In: **Educação no contexto do semi-árido brasileiro**. Juazeiro-BA: Fundação Konrad Adenauer: Selo Editorial RESAB, 2007.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão Produtivo**. 1ª. ed. Bahia: 2010.

MEYER, Dagmar Estermann. **Teorias e Políticas de Gênero**: fragmentos históricos e desafios atuais. Rev Bras Enferm, Brasília, DF, p. 13-18 jan/fev. 2004.

\_\_\_\_\_, Dagmar Estermann. DORNELLES, Priscila Gomes. Corpo, gênero e sexualidade na escola: Cenas contemporâneas, políticas emergentes e teorias potenciais. In. GIVIGI, Ana Cristina Nascimento. DORNELLES, Priscila Gomes [et al.]. **O recôncavo sai do armário**: universidade, gênero e sexualidade. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2013.

MICHELOTTI, Fernando. Educação do Campo: reflexões a partir da tríade Produção – Cidadania – Pesquisa. In: **Educação do Campo**: campo – políticas públicas – educação, Brasília: Inca; MDA, 2008.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **Filhos da precarização social do trabalho no Brasil**: um estudo sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2013.

PEREIRA, Eugênia da Silva. **“Uma andorinha só não faz verão”**: limites e possibilidades das práticas educativas da Articulação Semiárido Brasileiro na microrregião de Guanambi/Bahia. 2015. 174f. Relatório Técnico-científico (Mestrado em Educação do Campo). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Amargosa, março de 2015.

PIMENTEL, Álamo. **O elogio da Convivência e suas pedagogias subterrâneas no Semiárido Brasileiro**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

RIBEIRO, Marlene. Educação Rural. In: CALDART, Roseli Salete (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Cláudio Félix dos; TEIXEIRA, David Romão. **A política de educação do campo e a luta de classes no Brasil contemporâneo**: questões para análise da conjuntura. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 6, n. 1, p. 174-183, jun. 2014. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/10547/8939>.

SCHISTEK, Haroldo. **Tamanho da Propriedade no Semiárido Brasileiro**. In: CONTI, Irio Luiz. et al (Org.) **Construindo saberes, cisternas cidadania**: formação para a convivência com o semiárido. FAURGS/REDEgenteSAN / IABS / AECID /MDS / Editora IABS, Brasília – DF, 2014.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **A construção do feminino na luta pela terra e na recreação social do assentamento.** 2002. Disponível em: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=CONSTRUC567&ng=p&sc=3&th=42&se=0>. Acesso em: 12/04/2015.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide Meira. Mulheres no Campo: polarização de gênero e sinais de ascensão. VENTURINI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado:** uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido.** *Soc. estado.* [online]. 2003, vol.18, n.1-2, pp. 361-385. ISSN 0102-6992. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v18n1-2/v18n1a16.pdf>. Acesso em 25 de Set de 2012.

\_\_\_\_\_, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. (tese de doutorado).

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil:** O debate tradicional – 1500-1960. 2 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VENDRAMINI, Célia Regina. A Educação do Campo na Perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético. In. MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa II:** questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010.

\_\_\_\_\_, CÉLIA REGINA. **Educação e trabalho:** reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. *Cad. Cedes, Campinas*, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a02v2772.pdf>. Acesso em: 10/09/2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José. CASTRO, Elisa Guaraná de (org). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais:** Mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

## ANEXO A – Convite da I Conferência Municipal de Juventude de Urandi/BA

**I CONFERENCIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE URANDI - BA**



**I CONFERÊNCIA MUNICIPAL de JUVENTUDE**

*"AS VÁRIAS FORMAS DE MUDAR URANDI"*

**Convite**

O CMDCA em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social Tem a honra de convidá-lo(a): para **I Conferência Municipal de Juventude.**

**Local:**  
**Salão Paroquial**  
**Data: 06/09/2015**  
**Hora: 08:00h às 17:00h.**

## ANEXO B – Relatório da I Conferência Municipal de Juventude de Urandi/BA



### RELATÓRIO – I Conferência Municipal de Juventude de Urandi/BA

MUNICÍPIO	URANDI – BAHIA	
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	SERTÃO PRODUTIVO	
DATA:	06/09/2015	
TEMA DA CONFERÊNCIA	AS VÁRIAS FORMAS DE MUDAR URANDI	
NÚMERO DE PARTICIPANTES	111(CENTO E ONZE)	
BREVE RELATORIA DA CONFERÊNCIA:		
<p>A Conferência foi convocada pelo Decreto Municipal nº UM-132/2015, publicado no Diário Oficial do Município em 25/08/2015, assinado pelo Prefeito em 24/08/2015.</p> <p>A abertura da I Conferência Municipal de Juventude de Urandi-BA, aconteceu às 8:00h do dia 06/09/2015, no Salão Paroquial de Urandi, sito na Rua Joaquim Ribeiro, Bairro: DC-5, Urandi-BA, com a abertura oficial pelo Secretário Municipal de Assistência Social e pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), Secretário de Jovens do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Urandi e demais entidades civis do Município. Houve apresentações culturais pelos jovens camponeses do Município, e três palestras magnas: 1ª) O grito dos excluídos na perspectiva da juventude, por Warlei Oliveira, Coordenador Regional do CESOL do Sertão Produtivo; 2ª) A realidade da Juventude de Urandi, por Fernando Souza e Silva Filho, Professor e Secretário Municipal de Assistência Social; 3ª) O olhar da juventude campo e reflexões para a criação do Conselho Municipal de Juventude, Por Leidjane Baleeiro, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Urandi. Após as palestras abriu o espaço para perguntas e contribuições da plenária. Finalizado o debate, iniciou-se os trabalhos de grupos em eixos afins acoplados, ou seja, os eixos foram contemplados em conjunto. Após os trabalhos de grupos, houve uma pausa para o almoço e retornou as atividades às 14h para a apresentação das propostas e aprovação pela plenária. Em seguida aconteceu a eleição dos delegados para a Conferência interterritorial a ser realizada em Barreiras-BA. Finalizados os trabalhos às 15h pelo Secretário Municipal de Assistência Social, que agradeceu a presença e o apoio de todos pela realização da I Conferência Municipal de Juventude de Urandi, fato histórico no Município e contou com a participação efetiva dos jovens urandienses.</p>		
<b>PROPOSTAS (duas por eixo):</b>		
<b>EIXO I – Direito à Diversidade e à Igualdade:</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Garantir a contratação de estagiários jovens no setor público e privado sem que haja discriminação de raça, etnia, cor da pele, cultura, idade, sexo, religião, deficiência e aparência física.</li> <li>2. Igualdade de direitos para jovens mulheres e jovens homens do campo e da cidade no</li> </ol>		

que tange à diversidade profissional.

#### **EIXO II – Direito ao Desporto e ao Lazer**

1. Implantar e programar políticas públicas que determinam um percentual de no mínimo 5% da receita corrente líquida municipal para o investimento de ações que contemplem as áreas de cultura, desporto e lazer;
2. Contratar, preferencialmente através de concurso público, profissional devidamente habilitado para elaborar e desenvolver projetos que contemplem as diversas modalidades esportivas e culturais.

#### **EIXO III – Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão**

1. Revisão das Leis atuais para a concessão das rádios comunitárias que atenda a faixa etária de jovens de 15 a 29 anos;
2. Ampliação da telefonia móvel e internet gratuita para atender os jovens do campo e da cidade.

#### **EIXO IV – Direito à Cultura**

1. Implantar e programar políticas públicas que determinam um percentual de no mínimo 5% da receita corrente líquida municipal para o investimento de ações que contemplem as áreas de cultura, desporto e lazer;
2. Contratar, preferencialmente através de concurso público, profissional devidamente habilitado para elaborar e desenvolver projetos que contemplem as diversas modalidades esportivas e culturais.

#### **EIXO V – Direito ao Território e à Mobilidade**

1. Liberação e locação de recursos para transportes de estudantes de nível superior e técnico profissionalizante no interior do município e intermunicipal;
2. Concessão de passe livre para estudantes em geral.

#### **EIXO VI – Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça**

1. Vetar o projeto de lei que autoriza a redução da maioridade penal para 16 anos, e garantir o cumprimento das leis já existentes no combate das desigualdades na sociedade, especialmente no trato da juventude.
2. Proibir por Lei a realização de eventos e movimentos de motos em campanhas eleitorais e demais situações.

#### **EIXO VII – Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil**

1. Criar o Conselho Municipal de Juventude, e posteriormente elaborar o diagnóstico da situação dos jovens no município, com divulgação e orientação em todas as comunidades do município;
2. Apoiar os grupos de jovens existentes com a realização de congressos, fóruns e a promoção de intercâmbio para troca de experiências.

#### **EIXO VIII – Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda**

1. Implantar cursos de qualificação técnica em agroecologia, tecnologia da informação, empreendedorismo para o jovem;
2. Criar espaços de comercialização de produtos agroecológico para o jovem da agricultura familiar no município.

#### **EIXO IX – Direito à Saúde**

1. Assegurar a formação e a capacitação dos profissionais de saúde dentro do SUS, garantindo atendimentos humanizados, implantar o Capacita-SUS;
2. Realizar mutirões de saúde do jovem com palestras de prevenção e orientação sobre temas como: suicídio, ansiedade e educação para o trânsito.
3. Criar pontos de coletas de material para identificação de DST e HIV nos municípios polos de cada território.

**EIXO X – Direito à Educação**

1. Implantar, em regime de cofinanciamento entre os entes federados para construção de um centro de educação profissionalizante, para contemplar a demanda regional;
2. Promover investimentos na educação superior através de bolsas estudo, transporte e moradia estudantil.

**EIXO XI – Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente**

1. Implementar trabalho de reciclagem de resíduos sólidos e agregar valores aos materiais descartáveis para contribuir com a geração de renda do jovem.
2. Criar programas de turismo rural, ecológico e educacional, com o objetivo de gerar renda e conscientizar a população para a preservação dos recursos naturais e fortalecer o turismo local.

**RELAÇÃO DOS DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA INTERTERRITORIAL EM BARREIRAS – BAHIA.****DELEGADA DO GOVERNO:****JULIMAR DE SANTANA ARANHA, FEMININO, PARDA, HETEROSEXUAL****RG: xxxxxxxxxxx/BA – 31 ANOS.****DELEGADO DA SOCIEDADE CIVIL:****MATEUS SILVEIRA OLIVEIRA, MASCULINO, HETEROSEXUAL, BRANCA****RG: xxxxxxxxxxx/MG – 22 ANOS.**

Urandi(BA), para Salvador(BA), 08 de setembro de 2015.

Comissão Organizadora da I Conferência Municipal de Juventude

## ANEXO C – Questionário: 2º Festival Municipal da Juventude Rural - Urandi/BA



## QUESTIONÁRIO: 2º Festival Municipal da Juventude Rural - Urandi/BA

Nome do Entrevistador \_\_\_\_\_

**IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

- 1- Qual a sua idade? \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) masculino ( ) feminino
- 2- Como você se considera? ( ) negro ( ) branco ( ) pardo ( ) Outra \_\_\_\_\_
- 3 - Qual seu estado civil? ( ) solteiro ( ) casado ( ) amigado/mora com parceiro ( ) divorciado ( ) viúvo
- 4 - Você tem filhos? ( ) sim ( ) não Quantos? \_\_\_\_\_
- 5 - Onde você mora? \_\_\_\_\_
- 6 - Qual a sua escolaridade?
- ( ) Nunca frequentou a escola ( ) Até a 4ª série ( ) Até 8ª série ( ) Médio Incompleto
- ( ) Médio Completo ( ) Superior Incompleto ( ) Superior Completo ( ) Outra \_\_\_\_\_
- 7 - Você está estudando atualmente? ( ) não ( ) sim Qual Curso? \_\_\_\_\_
- 8 – Se não estuda, qual o motivo? \_\_\_\_\_
- 9 – Em qual dessas condições você se enquadra?
- ( ) Só estuda ( ) Estuda e trabalha ( ) Só trabalha
- ( ) Estuda e busca trabalho ( ) Só busca trabalho ( ) Nem estuda, nem trabalha

**ACESSO AOS RECURSOS MATERIAIS**

- 10 - Sua família é proprietária da terra em que trabalha? ( ) Não ( ) Sim Área \_\_\_\_\_ ha
- 11 - Qual é a principal cultura produzida na propriedade? \_\_\_\_\_
- 12 – Qual o destino da produção? ( ) Consumo familiar ( ) Comercialização ( ) Ambos
- 13- Você recebe remuneração por sua participação no trabalho familiar agrícola? ( ) Sim ( ) Não
- 14 - Você sabe o que é DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF)? ( ) sim ( ) não
- 15 - Você possui DAP em seu nome? ( ) Sim ( ) Não
- 16 - Você possui área de terra em seu nome? ( ) Não ( ) Sim Área? \_\_\_\_\_ ha
- 17 - Você tem conta corrente ou poupança em seu nome? ( ) Sim ( ) Não

**PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO AGRÍCOLA**

- 18 - Você já trabalhou na roça? ( ) Não ( ) Sim - Com qual idade você começou a trabalhar? \_\_\_\_\_ anos.
- 19- Atualmente você trabalha na roça? ( ) Sim ( ) Não – Se sim, quantos dias por semana trabalha na roça? \_\_\_\_\_
- Se não, qual o motivo? \_\_\_\_\_

- 20 - O quanto você gosta de trabalhar na agricultura? ( ) Gosto Muito ( ) Mais ou menos ( ) Não gosto
- 21 - Como você considera sua participação no trabalho familiar agrícola?  
 ( ) Muito importante ( ) Importante ( ) Pouco importante ( ) Nada importante
- 22 - Quais frases se aproxima mais do que você pensa sobre o trabalho familiar agrícola?  
 ( ) Trabalho digno, importante para a sociedade. ( ) Não é valorizado pela sociedade.  
 ( ) Traz satisfação ver crescer o fruto do próprio trabalho. ( ) Trabalho pesado, insalubre e sem descanso  
 ( ) Permite ter independência financeira. ( ) Não traz retorno financeiro só prejuízo.
- 23 - Que frase se aproxima mais do que você pensa sobre o trabalho assalariado e não agrícola?  
 ( ) Trabalho digno, importante para a sociedade.  
 ( ) Não é valorizado pela sociedade.  
 ( ) Trabalho mais leve com direito a descanso nos fins de semana e férias.  
 ( ) Tem muita subordinação e exploração do trabalhador pelo patrão.  
 ( ) Tem a garantia de recebimento de um salário ao final do mês.  
 ( ) Tem muito desemprego, é muito instável e de difícil contratação.
- 24 - Você possui acesso a internet? ( ) Sim ( ) Não Onde? \_\_\_\_\_

### **PROJETOS DOS JOVENS**

- 25- Você tem um projeto profissional que quer exercer no futuro? ( ) Sim ( ) Não
- 26 - Se a resposta for sim, qual? \_\_\_\_\_
- 27 - Você pretende se estabelecer profissionalmente como agricultor familiar? ( ) Sim ( ) Não
- 28 - Onde você pretende morar? ( ) Meio Rural ( ) Meio Urbano
- 29 - Qual atividade profissional você exerce atualmente? \_\_\_\_\_
- 30 - Você já trabalhou em outras atividades? ( ) Sim ( ) Não
- 31 - Em qual função? \_\_\_\_\_ Carteira Assinada? ( ) Sim ( ) Não
- 32 - No momento você trabalha em qual função \_\_\_\_\_ Carteira assinada? ( ) Sim ( ) Não
- 33 - Quais desses fatores são os mais importantes para a permanência dos jovens no meio rural?  
 ( ) Ter o reconhecimento, incentivo e apoio da família.  
 ( ) Ter vontade e dedicação pessoal.  
 ( ) Ter acesso à propriedade de terra.  
 ( ) Obter uma renda considerada satisfatória.  
 ( ) Ter conhecimentos adequados sobre a produção agrícola.  
 ( ) Ter água para produzir.  
 ( ) Ter políticas públicas que viabilizem a permanência dos jovens  
 ( ) Outra: \_\_\_\_\_

### **PARTICIPAÇÃO SINDICAL**

- 34 - Quais dessas organizações você participa?  
 ( ) Sou sócio do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.



- Participo do Grupo de Jovens do Sindicato  
 Participo de Associação de Agricultores e/ou Produtores.  
 Participo de Grupo de Jovens da Igreja.  
 Participo de Grêmio Estudantil ou União de Estudantes  
 Sou filiado a Partido Político  
 Participo de Conselho Comunitário, Municipal ou Regional  
 Não participo de nada.  Outra: \_\_\_\_\_

35 - Dessas políticas públicas quais você conhece?

- PRONAF  PRONAF Jovem  PRONAF Mulher  
 Programa Nossa Primeira Terra  Jovem Saber  Outra: \_\_\_\_\_

36 - Quais delas você já teve acesso? \_\_\_\_\_

### **LAZER**

37 - Quais dessas atividades você fez: nos últimos 6 meses (1), alguma vez na vida (2), nunca fez (3):

- Assistir show musical  Festa em casa de amigos  Festa na comunidade  
 Jantar em restaurante  Frequentar a igreja  Ir a praia.  
 Ir a lanchonetes e sorveteria  Ir a shopping Center  Ir ao cinema.  
 Ir a estádio de futebol  Cavalgadas  Tomar banho de rio  
 Passear em parques e praças  Torneios de Futebol / futsal  MotoCross  
 Outras \_\_\_\_\_

### **AVALIAÇÃO DO FESTIVAL MUNICIPAL DA JUVENTUDE RURAL**

38 - Como você avalia a divulgação e mobilização para o Festival Municipal da Juventude Rural de Urandi?

- ótimo  boa  regular  ruim  péssimo

39 - Como você avalia a organização do festival?  Ótimo  Boa  Regular  Ruim  Péssimo

Sugestões: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

MUITO OBRIGADO POR RESPONDER AO QUESTIONÁRIO!

## APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada *Jovens do Campo: os sentidos atribuídos ao trabalho no contexto do Semiárido*, sob responsabilidade da pesquisadora Leidjane Fernandes Baleeiro. Essa pesquisa se justifica por se engajar com a ampliação do campo de estudo sobre os/as jovens do campo, especificamente no Semiárido brasileiro. Os objetivos da pesquisa são compreender os sentidos atribuídos ao trabalho e suas implicações para a permanência da juventude do campo no contexto do Semiárido no município de Urandi/BA. Para a coleta dos dados usaremos a estratégia do grupo focal, na qual os encontros serão gravados em áudio e vídeo e, posteriormente, transcritas as falas desses encontros. Essa pesquisa tem como benefícios produzir conhecimentos que podem ser utilizados em processos de desenvolvimento de políticas públicas para a juventude do campo. Ainda, a pesquisa será apresentada em eventos científicos e acadêmicos com o objetivo de difusão do conhecimento, resguardando o sigilo das informações prestadas pelo (a) senhor(a). Já em relação aos riscos que essa pesquisa poderá trazer, entendemos que o (a) senhor(a) poderá se sentir constrangido (a) e/ou envergonhado (a) por não conhecer o tema, mesmo sendo jovem do campo. Ainda, o momento e o horário em que serão realizados os encontros do grupo focal poderão implicar em prejuízos às suas atividades cotidianas. Para minimizar esse desconforto e prejuízo, os encontros serão realizados em local e horário apropriados ao/à senhor(a) e ao coletivo participante do grupo, de modo que se sinta à vontade em responder aos questionamentos, sem pressões e prejuízos às suas atividades cotidianas, inclusive podendo declinar da participação em qualquer momento.

Solicito gentilmente que o (a) senhor(a) leia atentamente esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes de decidir sobre a sua participação voluntária na pesquisa. Gostaríamos de também informar que o (a) senhor (a) poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar e, caso desejar sair da pesquisa, tal fato não terá prejuízos para o (a) senhor (a). Informamos que sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo (a), será mantido em sigilo. A sua participação nesse trabalho deverá ser espontânea, sem direito a receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, com a finalidade exclusiva de colaborar com a pesquisa. Caso o (a) senhor (a) se sinta a vontade em participar da pesquisa, informamos que duas vias desse termo de consentimento livre e esclarecido serão assinadas em todas as páginas pelo (a) senhor (a), pela pesquisadora responsável Leidjane Fernandes Baleeiro e pela professora orientadora Priscila Gomes Dornelles, sendo uma das vias entregue ao/ à senhor (a).

Para Dúvidas, solicitações, esclarecimentos, acesso aos dados da pesquisa, o senhor (a) poderá entrar em contato com a Prof<sup>a</sup>. Priscila Gomes Dornelles, pelo telefone (xx) xxxxxxxx, ou com a discente Leidjane Fernandes Baleeiro, pelo telefone (xx) xxxxxxxx. Dúvidas sobre questões éticas da pesquisa também poderão ser esclarecidas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFRB, pelo telefone (75) 36216850.

Urandi - BA, 08 de Julho de 2015.

Assinatura do/da participante

Assinatura da pesquisadora

Assinatura da pesquisadora responsável

## APÊNDICE B - Termo de autorização de uso de imagem



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Nesse ato, \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, portador da Cédula de identidade RG nº. \_\_\_\_\_ inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, residente à Av/Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_/Bahia. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada por Leidjane Fernandes Baleeiro para a dissertação e produtos relacionados ao Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que está lotado no Centro de Formação de Professores da UFRB, na Av. Nestor de Melo Pita, 535 – Centro – Amargosa (BA), sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) livros/cartilhas; (II) folhetos em geral (encartes, boletins etc.); (III) folder de apresentação; (IV) revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) folder; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, blogs, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

\_\_\_\_\_, dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

(assinatura)

Nome:

Telefone p/ contato:

## APÊNDICE C – Perfil do Participante



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**Pesquisadora:** Leidjane Fernandes Baleeiro **Orientadora:** Priscila Gomes Dornelles

### Perfil do/da participante

#### A - Identificação

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Sexo:** ( ) Masculino ( ) Feminino **Idade:** \_\_\_\_\_ anos

**Estado civil:** ( ) solteiro/a ( ) casado/a ( ) divorciado/a ( ) viúvo/a ( ) outro: \_\_\_\_\_

**Em relação à cor, você se declara:** ( ) branco/a ( ) preto/a ( ) pardo/a ( ) amarelo/a ( ) sem declaração

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**Possui filhos?** ( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, quantos? \_\_\_\_\_

**Qual a sua profissão?** \_\_\_\_\_

**Qual a sua escolaridade?** \_\_\_\_\_

**Onde estudou?** \_\_\_\_\_

**Você está estudando atualmente?** ( ) não ( ) sim

**Qual Curso?** \_\_\_\_\_

#### **Quais destas organizações você participa?**

( ) Sou sócio do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

( ) Participo do Programa Jovem Saber. Qual seu grupo? \_\_\_\_\_

( ) Participo de Associação Comunitária

( ) Participo de Grupo de Jovens da Igreja. ( )

Outra: \_\_\_\_\_

**Codinome** (nome com o qual gostaria de ser identificado/a): \_\_\_\_\_

**APÊNDICE D – Caderno Metodológico – Construindo Caminhos com as Juventudes do  
Campo: do semear à colheita**

# CONSTRUINDO CAMINHOS COM AS JUVENTUDES DO CAMPO: DO SEMEAR À COLHEITA

CADERNO METODOLÓGICO PARA FORMAÇÃO  
COM AS JUVENTUDES DO CAMPO



**LEIDJANE FERNANDES BALEIRO**

ORIENTADORA PROF.ª DR.ª PRISCILA GOMES DORNELLES

CONSTRUINDO CAMINHOS COM AS  
JUVENTUDES DO CAMPO:  
DO SEMEAR À COLHEITA

CADERNO METODOLÓGICO PARA FORMAÇÃO  
COM AS JUVENTUDES DO CAMPO



## **Ficha Técnica**

### **Elaboração:**

Leidjane Fernandes Baleeiro

### **Orientação:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Priscila Gomes Dornelles

### **Projeto Gráfico:**

Luiz Gabriel Lacerda

### **Fotos de Capa:**

Juliana Ferreira de Santana A. Martins

Março de 2016

## SEMEADOR DE SONHOS

Semear o sonho em todo coração  
Dar importância a um sorriso amigo irmão  
Semear o sonho em cada coração  
Colher o trigo e repartir o pão  
Semear o sonho é transformação  
É desafio bom!  
Semear o sonho é transformação  
Abrigar na alma todo e qualquer dom  
Semear o sonho abrir o coração  
Nas asas da poesia, magia da canção  
Semear o sonho repartir o pão  
Transformar o mundo é desafio bom!  
Semear o sonho é  
Coragem e fé  
Semeador de sonhos é  
Coragem e fé

**Susi Monte Serrat e João Bello**

## APRESENTAÇÃO

Somos tão jovens...

O caderno metodológico “**Construindo caminhos com as juventudes do campo: do semear à colheita**” é fruto da experiência formativa realizada com jovens do campo, a partir da pesquisa “Juventudes do campo, trabalho e relações de gênero no contexto do semiárido baiano”, realizada durante o Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB no ano de 2015.

O estudo analisou as tensões, os limites e as perspectivas da relação entre trabalho e gênero vivenciadas pelos/as jovens do campo no município de Urandi/BA. Para tanto foi utilizado o grupo focal como instrumento metodológico e formativo. Esse momento coletivo se constituiu como um espaço de construções e aprendizagens coletivas sobre a temática das juventudes do campo.

Como resultado dos encontros realizados, elaboramos este caderno metodológico para assessorar lideranças do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais que atuam com juventudes. O objetivo é apresentar a experiência do grupo focal realizada com os/as jovens do campo para que ela sirva de inspiração para elaboração, implementação e constituição de outros momentos formativos com esse público.

Bom trabalho!

# SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO

### I. MODOS DE PENSAR AS JUVENTUDES

#### I. 1. PROBLEMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DAS JUVENTUDES DO CAMPO: UM INÍCIO DE CONVERSA

##### I. 2. RELAÇÕES DE GÊNERO E JUVENTUDES DO CAMPO

### 2. SUGESTÕES TEMÁTICAS E METODOLÓGICAS PARA FORMAÇÃO COM AS JUVENTUDES DO CAMPO

#### 2. 1. IDENTIDADES DA JUVENTUDE DO CAMPO

#### 2. 2. VIDA NO CAMPO E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

#### 2. 3. JUVENTUDES DO CAMPO E RELAÇÕES DE GÊNERO

#### 2. 4. JUVENTUDES DO CAMPO: ORGANIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

### 3. PISTAS FINAIS PARA O TRABALHO FORMATIVO COM JOVENS DO CAMPO

## INTRODUÇÃO

Este caderno metodológico apresenta-se como um momento de “colheita”, de sistematização para socialização de um “semear” iniciado a partir da minha vivência no campo e, posteriormente, da atuação como militante do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR. No decorrer dessas vivências emergiram reflexões e questionamentos sobre a permanência dos/as jovens no campo.

A partir desse engajamento, ingressei no Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB, onde “a semente” lançada começou a “nascer”, aliada às discussões teórico-metodológicas construídas nesse período e ao posicionamento político decorrente dessa e de anteriores trajetórias com jovens do campo. O grupo focal foi o instrumento que se tornou fundamental para a realização da pesquisa em diálogo com os seus objetivos. Com base nessa proposta de trabalho é que “colhemos” este caderno metodológico e o propomos como um modo de construção de diálogo com jovens do campo.

Constituir o grupo focal envolveu escolhas. Assim, optei pela participação de jovens que já estavam se organizando coletivamente e debatendo sobre a condição de ser jovem no campo em 2015 – ano da realização da pesquisa. Os/As protagonistas deste estudo são os/as jovens do campo participantes do Programa Jovem Saber, do município de Urandi/BA. Esse programa foi iniciado em 2004, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e tem como objetivo desenvolver um processo de capacitação no qual as juventudes do campo debatem e refletem sobre as questões pertinentes às políticas públicas, às políticas sindicais e à formação profissional.

### TEMAS ABORDADOS NO PROGRAMA JOVEM SABER

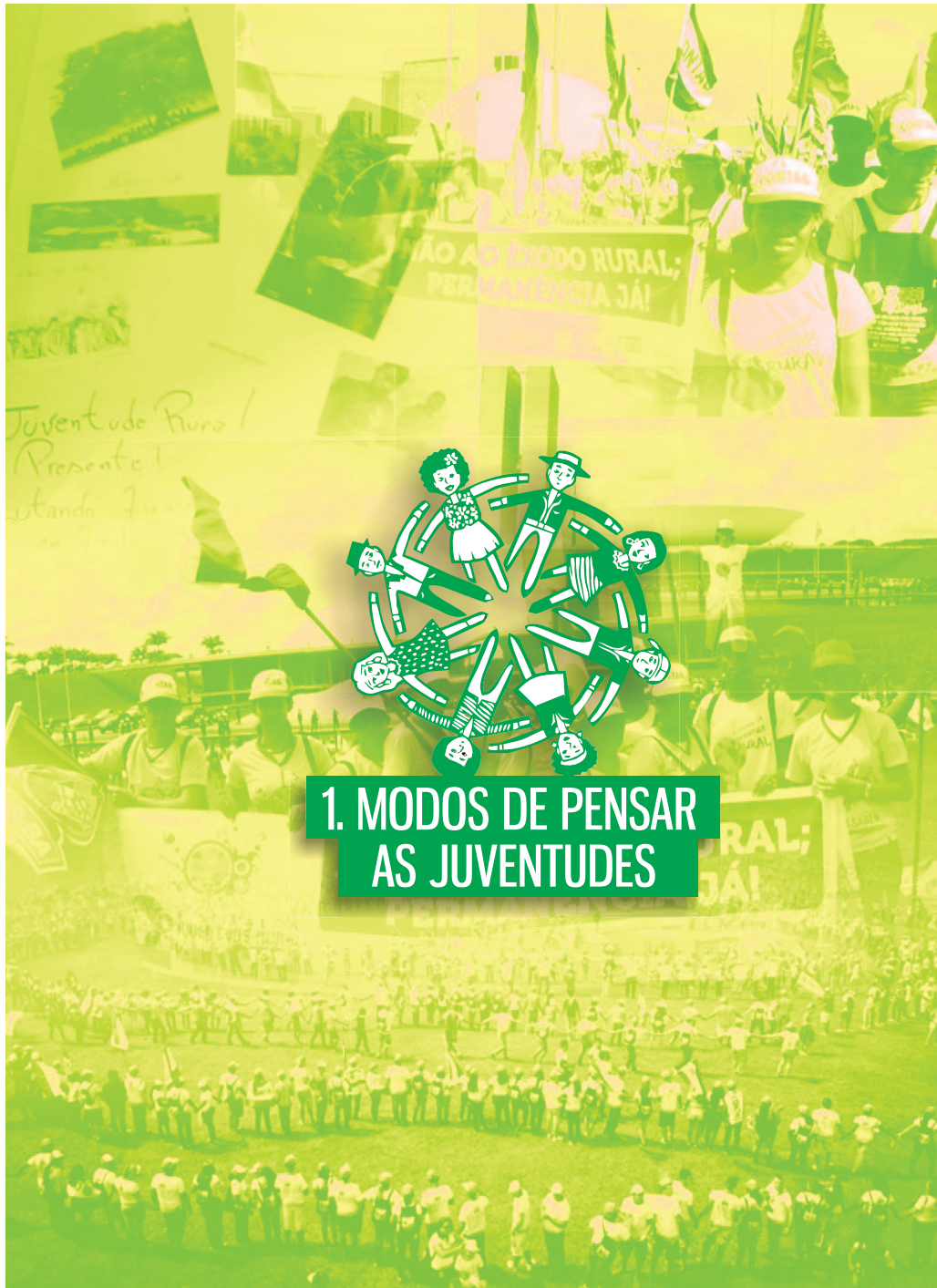
- Desenvolvimento sustentável com sucessão rural;
- Reforma Agrária e Agricultura Familiar;
- Organização da produção e meio ambiente;
- Organização e gestão sindical;
- Educação do Campo;
- Saúde, direitos sexuais e reprodutivos;
- Juventude assalariada, direitos trabalhistas, sociais e humanos;
- Associativismo e cooperativismo.

MAIS INFORMAÇÕES  
EM [HTTP://WWW.CONTAG.ORG.BR/SISTEMAS/  
JOVEMSABER/INFORMACOES.PHP](http://www.contag.org.br/sistemas/JOVEMSABER/INFORMACOES.PHP)

No caso desta experiência, o grupo focal foi formado por 15 participantes, 8 jovens mulheres e 7 jovens homens, abrangendo a faixa etária de 17 a 26 anos. Para construir uma compreensão sobre as relações entre trabalho, gênero e juventudes do campo, foram realizados 4 encontros com os/as jovens, no qual abordamos os seguintes temas: **1 - Identidades da juventude do campo. 2 - Vida no campo e perspectivas para o futuro. 3 - Juventudes do campo e relações de gênero. 4 - Juventudes do campo: organização, participação e acesso às políticas públicas.** Os temas abordados foram escolhidos a partir tanto da relação com o foco da pesquisa como do diálogo com as temáticas indicadas pelos/as jovens.

Assim, este caderno metodológico se constitui como um instrumento de aprofundamento das temáticas relacionadas às juventudes do campo. Na primeira parte, abordamos o debate sobre as problemáticas contemporâneas das juventudes do campo e a relação entre trabalho e gênero. Na segunda parte, apresentamos os roteiros utilizados nos encontros do grupo focal, não como uma receita, mas como um exemplo da sistematização construída, propondo-o como foco de debate para a construção de caminhos próprios e singulares das diferentes comunidades e de contextos brasileiros que promovam formações com as juventudes do campo.





## 1. MODOS DE PENSAR AS JUVENTUDES

## 1.1. PROBLEMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DAS JUVENTUDES DO CAMPO: UM INÍCIO DE CONVERSA

*Deixa-me ser jovem não me impeça de lutar,  
Pois a vida me convida a uma missão realizar!  
Deixa-me ser jovem, ser livre pra sonhar,  
Não reprima, não reprove o meu jeito de amar!*  
(José Luiz Rizzieri)

Discutir sobre a juventude, especialmente a brasileira, exige um olhar pautado por princípios de diversidade e de complexidade, nesse sentido, “precisamos falar de juventudes, no plural, e não de juventude, no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam essa condição” (ABRAMO, 2008, p.43-44). Pensar em juventudes significa dizer que a juventude não é vivida por todos/as da mesma forma. Os/as jovens do campo também vivem essa condição a partir de diferentes categorias e especificidades sociais, sobre as quais podemos considerar os contextos de classe, de gênero e de regionalidade, por exemplo.

Apesar dessas marcações conceituais, há uma compreensão social hegemônica sobre a categoria juventude como uma fase de transição da infância para a vida adulta. Contudo, no entendimento de Ana Amélia Camarano et al. (2006), a percepção dos/as jovens apenas sob a ótica da transitoriedade de sua condição dificulta enxergá-los/as como sujeitos de direitos, com experiências tão importantes quanto as pessoas que estejam em outras fases, sobretudo no contexto do campo.

Outro ponto importante a ser considerado é a associação entre áreas sociais, como a educação, a cultura e o lazer. No entanto, segundo Nadya Araújo Guimarães (2008), o trabalho se destaca de forma recorrente entre os assuntos de maior interesse para a juventude brasileira, sendo este também um dos problemas que mais os/as preocupam e que impulsiona a migração do campo para a cidade.

A compreensão da juventude como momento de transição da educação escolar ao trabalho não condiz com a realidade dos/dos jovens, uma vez que o ingresso da população brasileira no trabalho começa ainda na infância e, de acordo Guimarães (2008), 33% deles iniciam sua carreira como trabalhador entre 5 e 14 anos. No município de Urandi/BA, essa afirmação é constatada na fala de uma das participantes da pesquisa, conforme relato de experiência aqui apresentado.

### RELATO DE EXPERIÊNCIA

**Camila:** Eu fui pela questão da renda, na época não tinha renda, eu trabalhava em casa de família pra ganhar cinquenta reais por mês. Quando eu comecei trabalhar eu tinha onze anos de idade [...]. Então meu primo me chamou: - Camila, aqui tem um mercado, não paga muito não, mais paga trezentos reais. Foi aonde que eu fui e passei a gostar, mas aí a coisa foi ficando mais difícil, cê vai achando que vai melhorando, mas num vai, salário vai subindo, mais as coisa também vai subindo. Mas hoje eu não vou falar que não volto pra lá, pois pode ter a precisão de voltar, **mais hoje eu prefiro ficar aqui.**



As juventudes do campo se encontram diante de muitos desafios e incertezas entre “ficar e sair” do campo. Castro (2005) ressalta alguns elementos configuradores dessa dualidade: a circulação dos/as jovens em função da escola e do trabalho; a difícil realidade de se reproduzir a pequena produção familiar; as tensões a partir das relações de autoridade na família e na “comunidade”; e os diferentes olhares para a realidade e o universo rural e urbano do qual fazem parte esses/essas jovens e adultos. Assim, “ficar” e “sair” do campo aparecem como experiências vividas de forma muito mais complexa do que uma simples escolha entre, de um lado, a simples atração pelo mundo urbano e, de outro, o desinteresse pelo trabalho rural (CASTRO, 2005).

Há aqui um rompimento com uma proposta de construir este debate de forma binária e simplista. Argumentamos que o “ficar e sair” do campo envolve a saída para continuar os estudos, a procura de opções que ofereçam melhores condições de trabalho e remuneração, a busca de autonomia em relação à família e a carência de políticas públicas no campo. Nessa perspectiva, Castro (2005) afirma que a dualidade entre ficar e sair é central para a percepção de que a mudança da realidade do/a jovem do campo demanda ações coletivas e políticas públicas de longo alcance que gerem transformações mais profundas na realidade brasileira.

## FONTES

- ABRAMO, Helena Wendel. **Condição Juvenil no Brasil contemporâneo**. In: ABRAMO, H.; BRANCO, PPM. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- CAMARANO, Ana Amélia (Org) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel. BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

## INDICAÇÕES DE LEITURA

- ABRAMO, Helena Wendel. BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (org.) **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- CARNEIRO, Maria José. CASTRO, Elisa Guaraná de (org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

## INDICAÇÃO DE VÍDEO

**Diz Aí Juventude Rural – Sustentabilidade e Renda**. Disponível em <http://youtu.be/L40DGj7lepQ>

Sinopse: A criatividade, a iniciativa e a força de vontade são características dos jovens, independentemente do local onde vivem. Mas quais os desafios de quem quer trabalhar no campo? Quais as maiores dificuldades encontradas na sustentabilidade das famílias? Que soluções estão sendo colocadas em prática?

## 1.2. RELAÇÕES DE GÊNERO E JUVENTUDES DO CAMPO

“Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”  
(Gerusa Bittencourt)

Pensar a categoria gênero no contexto específico do campo é importante para compreendermos as desigualdades que permeiam e se constituem nesse contexto específico, e nos permite multiplicar os modos de ser jovem mulher e ser jovem homem no campo. Para isso, é fundamental apresentarmos a categoria gênero, assumida aqui como uma construção social e histórica.

O núcleo essencial da definição de gênero, na concepção de Joan Scott (1995, p.86), baseia-se na conexão integral entre duas proposições: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Com esse conceito e seu trato, Scott nos provoca a problematizar a constituição cultural do gênero e, conseqüentemente, de qualquer desigualdade baseada em “naturalizações estratégicas” dos corpos, bem como indica as diferenças e as hierarquias entre feminilidades e entre masculinidades.

A assunção de seu caráter cultural permite pensarmos como as relações de gênero são construídas em diversos espaços sociais (institucionalizados ou não), a exemplo da família e da escola. Isso se dá através de um processo educativo em que predominam tratamentos diferenciados para mulheres e homens. Além disso, a partir desse conceito é possível problematizar como, no decorrer da vida, diferentes pedagogias educam homens e mulheres para se comportar, agir e relacionar-se, constituindo-os/as a partir de padrões de “ser homem” e “ser mulher”.

Em relação a esses padrões e em se tratando da população do campo, os “distintos destinos” dos filhos e das filhas são naturalizados pelas famílias do campo, pois os afazeres domésticos e o cuidado com as crianças são considerados próprios ao universo feminino e o trabalho na agricultura e a comercialização da produção são acionados como “naturais” aos sujeitos masculinos.

Essa forma diferenciada de educar meninos e meninas produz reflexos na vida adulta, construindo um contexto de invisibilidade do trabalho doméstico e agrícola realizado pelas mulheres do campo. Quando se trata das jovens mulheres, essas questões influenciam na decisão de sair ou ficar no campo. Segundo estudo realizado pela CONTAG (2012) sobre o fluxo migratório de jovens do campo para as cidades, constatou-se que são as jovens mulheres que mais saem do campo. Esse dado precisa ser considerado na promoção de políticas e ações para as juventudes do campo.

Tais fatos indicam como a categoria gênero funciona socialmente para a produção de (im)possibilidades para homens e mulheres e contrasta, efetivamente, com a veiculação da ideia de que a discussão sobre as desigualdades entre homens e mulheres não se faz mais necessária, em função de uma suposta condição de igualdade alcançada por mulheres, em relação aos homens, no mercado de trabalho. Essa ideia também se fez presente na fala de uma das jovens do campo participantes desta pesquisa, quando afirmou: “Hoje, basta a mulher estudar e querer que ela pode ter a mesma profissão que o homem. Se ela lutar pelo direito dela e correr atrás, hoje tem mulher até presidenta”. Ao analisarmos as condições da mulher do campo, esse argumento é colocado em conflito com a realidade social.

Ao serem convidados/as a analisar a realidade das mulheres camponesas com as quais convivem diariamente (mães, avós, irmãs, vizinhas, elas mesmas), os jovens do campo participantes desta pesquisa, perceberam rapidamente que esse ideal de mulher independente e empoderada não condiz com a realidade dessas mulheres, uma vez que a maior parte delas continua dependendo dos maridos, e elas ainda são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, enquanto as decisões sobre a produção agrícola são administradas pelos homens. Essas jovens mulheres ainda indicam que muitas delas são reprimidas nas práticas esportivas e de lazer. A partir dessas reflexões, as jovens do campo envolvidas nesta pesquisa constataram que essa mulher independente e autônoma ainda é exceção na realidade do campo e, certamente, na realidade urbana, se considerarmos análises sociais de gênero produzidas no contexto brasileiro.

Essa desigualdade entre mulheres e homens é um aspecto “característico da sociedade capitalista como um todo, de um modelo econômico e social estruturado na propriedade privada, que reproduz as desigualdades que se intersecciona nas relações sociais, econômicas e de gênero” (LINO, 2013, p. 79). A ideia de que a mulher já atingiu um patamar de igualdade com os homens é falsa e ilusória, tanto para as mulheres do campo quanto para as mulheres da cidade. Ainda que muitas mulheres trabalhem fora do ambiente doméstico, elas continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado com a casa e com os filhos, acumulando, assim, uma dupla jornada de trabalho. Outro aspecto a ser considerado quando abordamos a categoria gênero no contexto dos/as jovens do campo é a invisibilidade do trabalho feminino. As diversas tarefas domésticas, em geral, não são consideradas trabalhos, pois não são ações que geram remuneração.

As jovens participantes da pesquisa mencionada pertencem à faixa etária de 19 a 26 anos. Das 8 participantes, 6 são casadas e sete possuem filhos/as, e seus companheiros estão na faixa etária de 24 a 32 anos. Esses dados corroboram os resultados da pesquisa realizada por Parry Scott e Rosineide Cordeiro (2013, p. 132), que afirmam: “no campo começa-se a vida reprodutiva mais cedo do que na cidade.

As mulheres do campo entram na vida reprodutiva muito mais cedo do que os homens, 41% tendo tido filhos antes de completar 18 anos, enquanto apenas 16% dos homens tiveram filhos com esta idade”. Isso evidencia que, no campo, o lugar do privado e as competências daquele contexto ainda são destinados à mulher e/ou naturalizados como espaços de atuação próprios a esse corpo feminino.

Se os fatores sociais, como a precarização e a desvalorização do trabalho no campo; a falta de acesso à terra, à educação, à saúde; e a carência de políticas públicas impulsionam a migração e dificultam a permanência no campo, consideramos que precisamos compreender como a categoria gênero agrava, para as jovens do campo, essas condições de permanecer no campo. Precisamos problematizar esse contexto, visto que as relações de gênero das juventudes do campo também estão permeadas de desigualdades, por vezes naturalizadas.

## FONTES

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Programa Jovem Saber: Lições do Jovem Saber**. Brasília: 2012.

LINO, Amanda Cristina. **A participação das mulheres sem terra em busca de sua emancipação: uma intersecção entre gênero, classe e sexualidade**. REU, Sorocaba, SP, v. 39, n. 1, p. 71-86, jun. 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre: FATED/UFRGS, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide Meira. **Mulheres no Campo: polarização de gênero e sinais de ascensão**. In: VENTURINI, Gustavo, GODINHO, Tatau (Orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013.

## INDICAÇÕES DE FILMES

**As Sufragistas** (Sufragette; Reino Unido; 106 min.)

**Sinopse:** Ludovic é uma garota transsexual que está começando a assumir sua verdadeira identidade perante o mundo. Seu desejo é se casar com o filho de sua vizinha, mas os novos rumos que Ludovic dá para sua vida surpreendem sua própria família e os vizinhos, que não conseguem aceitar, de fato, a felicidade, os desejos e a real identidade de Ludovic.

**Fonte:** <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-12213/>

**Minha Vida em Cor de Rosa** (Ma vie en rose; Bélgica/França/Inglaterra; 1997; 88 min.)

**Sinopse:** No início do século XX, após décadas de manifestações pacíficas, as mulheres ainda não possuem o direito de voto no Reino Unido. Um grupo militante decide coordenar atos de insubordinação, quebrando vidraças e explodindo caixas de correio, para chamar a atenção dos políticos locais à causa. Maud Watts (Carey Mulligan), sem formação política, descobre o movimento e passa a cooperar com as novas feministas. Ela enfrenta grande pressão da polícia e dos familiares para voltar ao lar e se sujeitar à opressão masculina, mas decide que o combate pela igualdade de direitos merece alguns sacrifícios.

**Fonte:** <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-222967/>



**2. SUGESTÕES TEMÁTICAS E METODOLÓGICAS PARA  
FORMAÇÃO COM AS JUVENTUDES DO CAMPO**

## 2.1. IDENTIDADES DA JUVENTUDE DO CAMPO

Como sugestão para o primeiro encontro com os/as jovens, indicamos o tema **Identidades da juventude do campo**, uma vez que, antes de qualquer processo formativo, é importante que conheçamos primeiramente quem são os sujeitos com os quais propomos desenvolver atividades formativas e coletivas. Assim, a proposta seguinte objetiva construir um espaço de reflexão e de debate sobre as posições desses sujeitos como jovens do campo e suas identidades.

Segue um breve roteiro para conduzir esse momento.

**TÓPICO DO DIA**  
**IDENTIDADES DA JUVENTUDE DO CAMPO**

**OBJETIVOS**  
**DEBATER SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DOS/DAS JOVENS DO CAMPO**

**PLANO DE TRABALHO**  
**TÓPICO DE DISCUSSÃO 1**  
**APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES (15 MIN.)**

**TÓPICO DE DISCUSSÃO 2**  
**REALIZAR DE TRABALHO DE GRUPO, NO QUAL OS/AS JOVENS VÃO CONSTRUIR CARTAZES COM IMAGENS QUE REPRESENTAM AS JUVENTUDES DO CAMPO (15 MIN.)**  
**APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS DOS GRUPOS (15 MIN.)**

**TÓPICO DE DISCUSSÃO 3**  
**ESTÍMULO PARA DISCUSSÃO**  
**EXPOSIÇÃO DO VÍDEO "DIZ AÍ JUVENTUDE RURAL – IDENTIDADE" (10 MIN.)**  
**DISPONÍVEL EM [HTTP://YOUTU.BE/ALHQSKKJRIW](http://youtu.be/ALHQSKKJRIW)**

**TÓPICO DE DISCUSSÃO 4**  
**QUESTÕES PARA NORTEAREM O DEBATE SOBRE O VÍDEO:**  
QUAIS AS SEMELHANÇAS/DIFERENÇAS DOS/DAS JOVENS DO VÍDEO COM OS/AS JOVENS DA NOSSA REGIÃO?  
QUAIS ATIVIDADES DE TRABALHO VOCÊS DESENVOLVEM? QUAIS AS OPÇÕES DE TRABALHO QUE TEMOS NA NOSSA REGIÃO?  
VOCÊS JÁ FORAM DISCRIMINADOS POR SEREM DO CAMPO? COMO VOCÊS SE DIVERTEM?  
QUAIS AS OPÇÕES DE LAZER NA NOSSA REGIÃO? QUAIS MÚSICAS VOCÊS GOSTAM DE OUVIR?  
QUAIS MEIOS DE COMUNICAÇÃO VOCÊS TEM ACESSO? QUAIS SÃO OS HÁBITOS ALIMENTARES?  
VOCÊS CONSIDERAM QUE HOUVE MUDANÇAS NESSES HÁBITOS?  
VOCÊS PUDERAM OBSERVAR QUE UM DOS JOVENS DO VÍDEO CITOUCO QUE CONTRIBUI COM AS TAREFAS DOMÉSTICAS? E VOCÊS?  
NA OPINIÃO DE VOCÊS O QUE É PRECISO PARA OS/AS JOVENS PERMANECEREM NO CAMPO?  
**CADA PARTICIPANTE DEVERÁ EXPOR SUA OPINIÃO SOBRE O VÍDEO, E SE POSICIONAR SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DOS/DAS JOVENS DO CAMPO E QUAIS AS PROBLEMÁTICAS VIVENCIADAS (40 MIN.)**

◀ ENCONTRO 1

**ENCERRAMENTO**



**DICA: É IMPORTANTE QUE ESSES MOMENTOS SEJAM CONDUZIDOS COM DINÂMICAS E DE FORMA CRIATIVA. MATERIAL NECESSÁRIO: CARTOLINA; PINCEL; COLA E REVISTAS. INDICAÇÃO DE LEITURA: BOTELHO, ALEXANDRE. EDUCADOR E APRENDIZ. DISPONÍVEL EM [HTTP://BIT.LY/1LYV92H](http://bit.ly/1LYV92H)**



## 2.2. VIDA NO CAMPO E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

O tema **Vida no campo e perspectivas para o futuro** constitui-se como uma proposição importante, pois permite que os/as jovens dialoguem sobre a realidade em que vivem, apontem planos para o futuro no âmbito dos estudos, do trabalho, da família. A proposta é que, durante esse diálogo, possamos compreender e construir elementos sobre a relação desses planos futuros com as (im)possibilidades de permanecer no campo.

Eis um breve roteiro para conduzir esse momento.

### TÓPICO DO DIA

## VIDA NO CAMPO E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

## ENCONTRO 2

### OBJETIVOS

CONHECER QUAIS SÃO AS PERSPECTIVAS DOS/DAS JOVENS DO CAMPO PARA O FUTURO (TRABALHO, EDUCAÇÃO, FAMÍLIA)

### PLANO DE TRABALHO

#### TÓPICO DE DISCUSSÃO 1

DISTRIBUIR PAPEL, LÁPIS DE COR E SOLICITAR QUE OS/AS JOVENS DESENHEM COMO SE ENCONTRAM HOJE E COMO GOSTARIAM DE ESTÁ NO FUTURO (20 MIN.)  
ESTIMULAR OS/AS JOVENS A PENSAREM SOBRE AS SUAS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO: ONDE QUEREM ESTÁ? QUE TRABALHO PRETENDE DESENVOLVER? DESEJAM CONTINUAR NO CAMPO?

#### TÓPICO DE DISCUSSÃO 2

CADA PARTICIPANTE DEVERÁ APRESENTAR AO GRUPO O QUE REPRESENTAM OS DESENHOS QUE FIZERAM (45 MIN.)

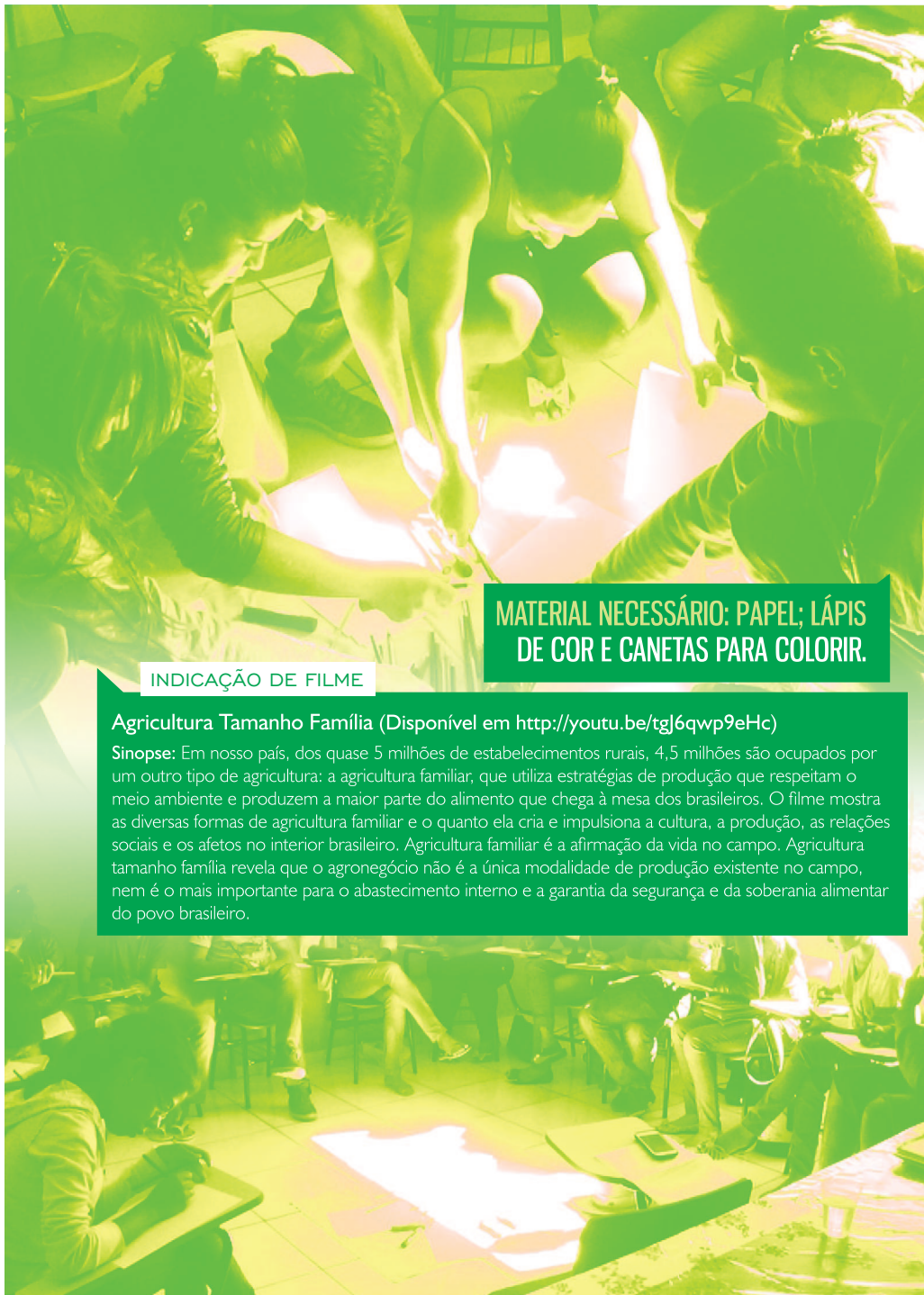
#### ESTIMULAR A DISCUSSÃO:

O QUE É PRECISO PARA QUE O PROJETO DE VOCÊS SE REALIZE?  
QUE CAMINHOS SERÃO NECESSÁRIOS PERCORRER?  
ESSA REALIZAÇÃO DEPENDE SÓ DE VOCÊS?  
QUAIS FATORES EXTERNOS INFLUENCIAM NA REALIZAÇÃO DO PROJETO DE VOCÊS?

IDENTIFICAR AS DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS NAS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO PARA OS JOVENS E PARA AS JOVENS.  
ESTIMULAR O DEBATE ENTRE OS PARTICIPANTES.

### ENCERRAMENTO





**MATERIAL NECESSÁRIO: PAPEL; LÁPIS DE COR E CANETAS PARA COLORIR.**

**INDICAÇÃO DE FILME**

**Agricultura Tamanho Família (Disponível em <http://youtu.be/tgJ6qwp9eHc>)**

**Sinopse:** Em nosso país, dos quase 5 milhões de estabelecimentos rurais, 4,5 milhões são ocupados por um outro tipo de agricultura: a agricultura familiar, que utiliza estratégias de produção que respeitam o meio ambiente e produzem a maior parte do alimento que chega à mesa dos brasileiros. O filme mostra as diversas formas de agricultura familiar e o quanto ela cria e impulsiona a cultura, a produção, as relações sociais e os afetos no interior brasileiro. Agricultura familiar é a afirmação da vida no campo. Agricultura tamanho família revela que o agronegócio não é a única modalidade de produção existente no campo, nem é o mais importante para o abastecimento interno e a garantia da segurança e da soberania alimentar do povo brasileiro.

## 2.3. JUVENTUDES DO CAMPO E RELAÇÕES DE GÊNERO

O debate do tema **Juventudes do campo e relações de gênero** é fundamental, pois permite que os/as jovens dialoguem sobre a sua condição de ser mulher e ser homem no campo. A proposta é que, durante esse diálogo, possamos identificar como se estabelecem as relações de gênero no campo e compreender o processo histórico que naturalizou as desigualdades entre mulheres e homens. Este é um breve roteiro para conduzir esse momento.

### TÓPICO DO DIA

#### JUVENTUDES DO CAMPO E RELAÇÕES DE GÊNERO

### ENCONTRO 3

#### OBJETIVOS

IDENTIFICAR COMO SE ESTABELECEM AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO, COM ÊNFASE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO;  
 DISCUTIR COMO SE CONSTITUEM AS PRÁTICAS CORPORAIS E DE LAZER, PARA O JOVEM HOMEM E PARA A JOVEM MULHER.

#### PLANO DE TRABALHO

##### TÓPICO DE DISCUSSÃO 1

ESTIMULAR OS/AS PARTICIPANTES A REFLETIREM: COMO ERAM “ANTIGAMENTE” E COMO SÃO “HOJE” AS RELAÇÕES ENTRE MULHERES E HOMENS? O QUE MULHERES E HOMENS FAZIAM ANTES E QUE HOJE FAZ DIFERENTE? E O QUE PERMANECE IGUAL?

DIVIDIR EM DOIS GRUPOS, DISTRIBUIR CARTOLINA E PINCEL PARA ELAS IDENTIFICAREM AS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS (20 MIN.)

INCENTIVAR QUE NESTE DEBATE APAREÇAM AS QUESTÕES RELACIONADAS AO LAZER, ATIVIDADES ESPORTIVAS, DOMÉSTICAS, CUIDADO COM OS FILHOS, TRABALHO AGRÍCOLA E PROFISSÕES.

APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS (20 MIN.)

##### TÓPICO DE DISCUSSÃO 2

APÓS A APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS, PROVOCAR O DEBATE NORTEADO PELAS SEGUINTESS QUESTÕES:

O QUE UMA JOVEM DO CAMPO NÃO PODE FAZER, PELO SENSO COMUM?

O QUE UM HOMEM JOVEM DO CAMPO SE RECUSA A FAZER NO ÂMBITO LABORAL?

O QUE AINDA CONTINUA BEM DISTINTO? O QUE ESTÁ MAIS FLUIDO E POSSÍVEL ENTRE OS GÊNEROS?

O QUE É POSSÍVEL PARA O/A JOVEM DO CAMPO, NO CAMPO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA? (20 MIN.)

##### TÓPICO DE DISCUSSÃO 3

CONTINUAR O DEBATE PROBLEMATIZANDO: O QUE É SER MULHER E O QUE É SER HOMEM NO CAMPO? TEM DIFERENÇA?

E SER MULHER JOVEM É IGUAL A SER MULHER ADULTA OU IDOSA? SER HOMEM JOVEM É IGUAL A SER HOMEM ADULTO OU IDOSO?

FAZER UM EXERCÍCIO NO QUAL OS/AS PARTICIPANTES POSSAM DIALOGAR SOBRE O QUE O SENSO COMUM CONSIDERA COMO COISAS DE MENINO E COISAS DE MENINA, BEM COMO AS CARACTERÍSTICAS ESPERADAS DO JEITO DE SER DOS HOMENS E DAS MULHERES.

ESTIMULAR QUE OS PARTICIPANTES FAÇAM UMA CONVERSA EM DUPLA E DEPOIS SOCIALIZEM COM O GRUPO.

REALIZAR UMA BREVE EXPOSIÇÃO REFLETINDO QUE AS RELAÇÕES GÊNERO SÃO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL, PORTANTO NÃO SÃO NATURAIS, DESSE MODO, PODEM SER MUDADAS PARA PREVALECER A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS (20 MIN.)

#### ENCERRAMENTO



**MATERIAL NECESSÁRIO: CARTOLINA E PINCEL**

**INDICAÇÕES DE FILME**

**Frida**

Sinopse: Frida Kahlo (Salma Hayek) foi um dos principais nomes da história artística do México. Conceituada e aclamada como pintora, ele teve um agitado casamento aberto com Diego Rivera (Alfred Molina), seu companheiro também nas artes, e ainda um controverso caso com o político Leon Trostky (Geoffrey Rush), além de várias outras mulheres.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-29082/>

**Hoje eu não quero voltar sozinho**

Sinopse: Leonardo (Ghilherme Lobo), um adolescente cego, tenta lidar com a mãe superprotetora, ao mesmo tempo em que busca sua independência. Quando Gabriel (Fabio Audi) chega à cidade, novos sentimentos começam a surgir em Leonardo, fazendo com que ele descubra mais sobre si mesmo e sobre sua sexualidade.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-224664/>

## 2.4. JUVENTUDES DO CAMPO: ORGANIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O tema **Juventudes do campo: organização, participação e acesso às políticas públicas** permite aos/às jovens debater e conhecer as políticas públicas para as juventudes. O objetivo, ao discutir este tema, é proporcionar o empoderamento dos/as jovens, estimulando o reconhecimento da sua identidade política e a capacidade de se organizar para reivindicar demandas e necessidades específicas das juventudes. Aqui está um breve roteiro para conduzir esse momento.

### TÓPICO DO DIA

## JUVENTUDES DO CAMPO: ORGANIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

## ENCONTRO 4

### OBJETIVOS

IDENTIFICAR COMO E SE AS JUVENTUDES DO CAMPO SE ORGANIZAM;  
IDENTIFICAR OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E DE LUTA DAS JUVENTUDES DO CAMPO POR POLÍTICAS PÚBLICAS E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA NO CAMPO;  
DEBATER SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS AOS/AS JOVENS DO CAMPO.

### PLANO DE TRABALHO

#### TÓPICO DE DISCUSSÃO 1

APRESENTAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À JUVENTUDE DO CAMPO. EM SEGUIDA FAZER O DEBATE SE OS/AS JOVENS DO CAMPO TÊM ACESSO A ESSAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO NO QUAL RESIDEM. SE NÃO TEM, COMO FAZER PARA ACESSÁ-LAS? (15 MIN.)

#### TÓPICO DE DISCUSSÃO 2

APRESENTAR O VÍDEO “JUVENTUDE RURAL”, NO QUAL RETRATA A ORGANIZAÇÃO DE JOVENS EM ASSOCIAÇÕES E OS BENEFÍCIOS QUE ESSA ORGANIZAÇÃO TRAZ PARA A COMUNIDADE.

DISPONÍVEL EM [HTTP://YOUTU.BE/JHDP1ZXy11I](http://youtu.be/JHDP1ZXy11I)

APÓS O VÍDEO DEBATER SOBRE COMO OS/AS JOVENS DO CAMPO DO NOSSO MUNICÍPIO SE ORGANIZAM. SE NÃO SE ORGANIZAM, QUAIS SÃO OS MOTIVOS? QUAIS SÃO AS VANTAGENS QUE O/A JOVEM DO CAMPO TEM QUANDO E ORGANIZA EM GRUPOS, ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS? (20 MIN.)

#### TÓPICO DE DISCUSSÃO 3

DEBATER SOBRE OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO QUE OS/AS JOVENS DO CAMPO PODEM OCUPAR PARA REIVINDICAR SEUS DIREITOS. COMO SE DÁ A LUTA DO/DA JOVEM PARA PERMANECER NO CAMPO? AS JOVENS MULHERES TÊM O MESMO ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO QUE OS JOVENS HOMENS? (15 MIN.)

ENCERRAMENTO



INDICAÇÃO DE LEITURA: CASTRO, ELISA GUARANÁ DE [ET AL.]. OS JOVENS ESTÃO INDO EMBORA? JUVENTUDE RURAL E A CONSTRUÇÃO DE UM ATOR POLÍTICO.

RIO DE JANEIRO: MAUAD X; SEROPÉDICA, RJ: EDUR, 2009.

INDICAÇÕES DE VÍDEO: CLIPE II FESTIVAL NACIONAL DA JUVENTUDE RURAL.

DISPONÍVEL EM [HTTP://YOUTU.BE/4VMZEC2-ZTE](http://youtu.be/4VMZEC2-ZTE)

3º FESTIVAL NACIONAL DA JUVENTUDE RURAL.

DISPONÍVEL EM [HTTP://YOUTU.BE/RSIALOCOM4I](http://youtu.be/RSIALOCOM4I)

### **3. PISTAS FINAIS PARA O TRABALHO FORMATIVO COM JOVENS DO CAMPO**

As contribuições deste caderno metodológico foram motivadas pela realização da pesquisa sobre “Juventudes do campo, trabalho e relações de gênero no contexto do semiárido baiano”. O objetivo foi apresentar a experiência realizada com os/as jovens do campo, com a intencionalidade de multiplicar a experiência formativa do grupo focal, para que ela sirva de referência e possa ser utilizada em outros contextos de formação com as juventudes.

Apresentamos sugestões temáticas e metodológicas para formação com as juventudes do campo, não como uma receita, mas como um exemplo da sistematização construída, e apontamos a necessidade da construção de novos temas e possibilidades formativas, para que outras “colheitas” possam ser realizadas.

Lembramos, às lideranças sindicais que farão uso deste material, a importância de conhecer os sujeitos que estarão envolvidos na atividade formativa, pois cada realidade demanda um “jeito de fazer”, que requer criatividade e disponibilidade para a construção coletiva.

Por fim, destacamos a importância do trabalho formativo como um espaço de aprendizagem e troca de experiências dos/as jovens do campo, que, sobretudo, contribui para a visibilidade e o empoderamento das juventudes.



## O QUE VALE É O AMOR

SE É PRA IR A LUTA, EU VOU!  
SE É PRA TÁ PRESENTE, EU TÔ!  
POIS NA VIDA DA GENTE O QUE VALE É O AMOR  
É QUE A GENTE JUNTO VAI  
REACENDER ESTRELAS VAI  
REPLANTAR NOSSO SONHO EM CADA CORAÇÃO  
ENQUANTO NÃO CHEGAR O DIA  
ENQUANTO PERSISTE A AGONIA  
A GENTE ENSAIA O BAIÃO  
É QUE A GENTE JUNTO VAI  
REABRINDO CAMINHOS VAI  
ALARGANDO A AVENIDA PRA FESTA GERAL  
ENQUANTO NÃO CHEGA A VITÓRIA  
A GENTE REFAZ A HISTÓRIA  
PRO QUE HÁ DE SER AFINAL  
É QUE A GENTE JUNTO VAI  
VAI PRA RUA DE NOVO, VAI  
LEVANTAR A BANDEIRA DO SONHO MAIOR  
ENQUANTO ELES MANDAM, NÃO IMPORTA  
A GENTE VAI ABRINDO A PORTA  
ESSE AMOR TÃO BONITO VAI  
VAI GERAR NOVA VIDA, VAI  
CICATRIZAR FERIDAS, FECUNDAR A PAZ  
ENQUANTO GOVERNA A MALDADE  
A GENTE CANTA A LIBERDADE  
O AMOR NÃO SE RENDE JAMAIS

ZÉ VICENTE